

A Abordagem Multissensorial Snoezelen
Um recurso comunitário
na Região Autónoma da Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Susana Maria Alves da Luz Silva

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

julho | 2025

A Abordagem Multissensorial Snoezelen
Um recurso comunitário
na Região Autónoma da Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Susana Maria Alves da Luz Silva

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ORIENTAÇÃO

Ana Maria França Freitas Kot Kotecki



Faculdade de Ciências Sociais
Departamento de Ciências da Educação
2.º Ciclo em Educação e Desenvolvimento Comunitário

Ano letivo: 2024-2025

Mestranda: Susana Maria Alves da Luz Silva
N.º 2004510

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Educação e Desenvolvimento Comunitário

**A ABORDAGEM MULTISSENSORIAL SNOEZELEN - UM RECURSO COMUNITÁRIO NA
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria França Freitas Kot Kotecki

Funchal, Julho de 2025

Agradecimentos

Concluído este desafio a que me propus resta-me agora em jeito de retrospectiva, reconhecer o quanto esta jornada foi exigente, transformadora, mas, acima de tudo, profundamente significativa.

Em diversos momentos pensei em desistir e é por isso que deixo expressa a minha total gratidão às Pessoas que me ajudaram a retomar o foco sempre que a tentação de me render ao cansaço foi maior, mas são nestes momentos que constatamos que efetivamente o Caminho faz-se caminhando, e nunca sozinha.

Quero agradecer em primeiro lugar à Amélia Martins, cuja dedicação, humanismo e conhecimento me permitiu mergulhar nesta aventura.

De um modo muito especial ao Professor Doutor Nuno Fraga que tanto me inspirou e ensinou ao longo de toda esta jornada. À Professora Doutora Liliana Rodrigues e à minha orientadora, Professora Doutora Ana França: apesar dos encontros e desencontros... cá estamos!

À Universidade da Madeira o meu muito obrigada pela oportunidade de crescimento académico e pessoal.

Às minhas companheiras de jornada pois a união faz a força, certo? Bem hajam Tânia Gul e Petra Bettencourt!

Às Meninas dos meus olhos, a Isabel e a Sara por amorosamente compreenderem as minhas ausências, mas, como costume dizer, parar é morrer!

Aos meus Pais a quem tudo devo, inclusive a coragem e a determinação, embora já não estejam por cá para testemunhar, a eles a minha eterna gratidão

Aos Manos Helena, Filipe e o Paulo, grata por serem sempre Presentes.

Gratidão às Amizades que se mantiveram apesar do distanciamento que a correria do dia-a-dia impôs, na realidade são as verdadeiras amizades que perduram.

A si, Mónica Fernandez, por quem tenho uma grande admiração, o meu muito obrigada.

Com carinho
Susana Maria Silva

“Não importa quão lentamente você vá, desde que não pare.”

Confúcio

Resumo

Alicerçado num dos propósitos do Desenvolvimento Comunitário que é garantir o bem estar da comunidade, este estudo visa investigar qual o contributo de uma sala específica para a intervenção através da abordagem Snoezelen num Centro Comunitário da Região Autónoma da Madeira. Esta infraestrutura classificada como equipamento social polivalente com o intuito de dinamizar o desenvolvimento local, social numa perspetiva de promoção da cidadania, revela-se um recurso estratégico de aplicação das políticas sociais de promoção da qualidade de vida da comunidade numa era global, com profundas transformações e abraços com o fenómeno do envelhecimento populacional.

A abordagem multissensorial Snoezelen, considerada inovadora, promove a estimulação sensorial e o relaxamento. Pode ser utilizada em áreas diversas com variados propósitos nomeadamente como facilitador na área da educação, na intervenção terapêutica, lúdica e de bem-estar. É transversal no seu público-alvo, e tem vindo a ganhar notoriedade tanto pela filosofia presente como nos resultados que daí advêm, baseados na relação personalizada que é criada entre o terapeuta e a Pessoa.

Através da abordagem metodológica qualitativa, sob forma de estudo de caso, esta investigação teve como propósito recolher dados que possibilitassem compreender o contributo da utilização do Snoezelen para a comunidade e em que medida fomenta poderá fomentar a qualidade de vida.

Os resultados decorrentes das entrevistas revelam que as áreas de atuação são a terapêutica e a educacional, o que evidencia a transversalidade do Snoezelen em diferentes faixas etárias. De forma geral, as Pessoas que utilizam este espaço destacam a sua eficácia positiva.

Palavras-chave: Educação, Desenvolvimento Comunitário, Centro Comunitário, Qualidade de Vida, Snoezelen.

Abstract

Based on one of the purposes of Community Development, which is to ensure the well-being of the community, this study aims to investigate the contribution of a specific room for intervening through the Snoezelen approach in a Community Centre in the Autonomous Region of Madeira. This infrastructure, classified as a multipurpose social facility with the aim of boosting local and social development from a perspective of promoting civic awareness, has proven to be a strategic resource for implementing social policies to promote the quality of life of the community in a global era, with profound transformations and embracing the phenomenon of population aging.

The Snoezelen multisensory approach, considered innovative, promotes sensory stimulation and relaxation. It can be used in different areas for several purposes, mainly to facilitate in education, therapeutic, recreational and well-being intervention. It is transversal in its target audience and has been gaining notoriety both for its philosophy and for the results that arise from it, based on the personalised relationship that is created between the therapist and the Person.

Through a qualitative methodological approach, in the form of a case study, this research aimed to collect data that would make it possible to understand the contribution of the use of Snoezelen to the community and to what extent it can promote quality of life.

The results from the interviews reveal that the areas of action are therapeutic and educational, which highlights the transversality of Snoezelen in different age groups. In general, people who use this space highlight its positive effectiveness.

Keywords: Education, Community Development, Community Centre, Quality of Life, Snoezelen Approach.

Résumé

S'appuyant sur l'un des objectifs du développement communautaire, à savoir assurer le bien-être de la communauté, cette étude vise à analyser la contribution d'une salle spécifique à l'intervention selon l'approche Snoezelen dans un centre communautaire de la région autonome de Madère. Cette infrastructure, classée comme équipement social polyvalent visant à stimuler le développement local et social dans une perspective de promotion de la citoyenneté, s'est avérée être une ressource stratégique pour la mise en œuvre de politiques sociales visant à améliorer la qualité de vie de la communauté à une époque de mondialisation marquée par de profondes transformations et tenant compte du vieillissement de la population.

L'approche multisensorielle Snoezelen, considérée comme innovante, favorise la stimulation sensorielle et la relaxation. Elle peut être utilisée dans des domaines divers et variés, notamment pour faciliter les interventions éducatives, plus spécifiquement thérapeutiques, récréatives et de bien-être. Transversale dans son public cible, elle a gagné en notoriété tant pour sa philosophie que pour les résultats qu'elle produit, fondés sur la relation personnalisée établie entre le thérapeute et la personne. À travers une approche méthodologique qualitative, sous forme d'étude de cas, cette recherche visait à recueillir des données qui permettraient de comprendre l'apport de l'utilisation de Snoezelen à la communauté et dans quelle mesure elle peut favoriser la qualité de vie.

Les résultats des entretiens révèlent que les domaines d'action sont thérapeutiques et éducatifs, ce qui met en évidence la transversalité de Snoezelen dans différentes tranches d'âge. De manière générale, les personnes qui utilisent cet espace soulignent son efficacité positive.

Mots clés: Éducation, Développement Communautaire, Centre Communautaire, Qualité de Vie, Approche Snoezelen.

Resumen

Basado en uno de los propósitos del Desarrollo Comunitario, que es garantizar el bienestar de la comunidad, este estudio busca investigar la contribución de una sala específica a la intervención mediante el enfoque Snoezelen en un Centro Comunitario de la Región Autónoma de Madeira. Esta infraestructura, clasificada como equipamiento social multiusos con el objetivo de impulsar el desarrollo local y social desde una perspectiva de promoción de la ciudadanía, ha demostrado ser un recurso estratégico para la implementación de políticas sociales que promuevan la calidad de vida de la comunidad en una era global, con profundas transformaciones y que abarca el fenómeno del envejecimiento poblacional.

El enfoque multisensorial Snoezelen, considerado innovador, promueve la estimulación sensorial y la relajación. Puede utilizarse en diversas áreas con diferentes propósitos, como la facilitación en el ámbito educativo, más específicamente en la intervención terapéutica, recreativa y de bienestar. Es transversal en su público objetivo y ha ganado notoriedad tanto por su filosofía como por los resultados que se derivan de ella, basados en la relación personalizada que se crea entre el terapeuta y la persona. Mediante un enfoque metodológico cualitativo, a través de un estudio de caso, esta investigación tuvo como objetivo recopilar datos que permitieran comprender la contribución del uso de Snoezelen a la comunidad y en qué medida puede mejorar la calidad de vida.

Los resultados de las entrevistas revelan que los ámbitos de actuación son terapéuticos y educativos, lo que pone de relieve la transversalidad de Snoezelen en diferentes grupos de edad. En general, quienes utilizan este espacio destacan su eficacia positiva.

Palabras clave: Educación, Desarrollo Comunitario, Centro Comunitario, Calidad de Vida, Enfoque Snoezelen.

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 <i>Distribuição dos CC na RAM</i>	43
Quadro n.º 2 <i>As dimensões da QdV</i>	71

Índice de imagem

Figura 1 - <i>Índice de envelhecimento demográfico em Portugal</i>	68
--	----

Índice de Apêndices

Apêndice A: <i>Pedido de Autorização a Instituições</i>	123
Apêndice B: <i>Consentimento Informado</i>	125
Apêndice C: <i>Guião da entrevista semiestruturada</i>	128
Apêndice D: <i>Guião de entrevista para as Pessoas que utilizam a Sala Snoezelen</i>	136

Lista de siglas e abreviaturas

ALV: Aprendizagem ao Longo da Vida

AMsS: Abordagem Multissensorial Snoezelen

CC: Centro Comunitário

CCPS: Centro Comunitário do Porto Santo

CE: Comunidade Europeia

CEUMA: Comissão de Ética da Universidade da Madeira

CISM: Centro de Inclusão Social da Madeira

CNN: Carta das Nações Unidas

CONFINTEA: Conférence Internationale sur l'Éducation des Adultes

CREE: Centro de Recursos Educativos Especializados

CREFAL: Centro Regional de Educação Fundamental para a América Latina

DC: Desenvolvimento Comunitário

DLR: Decreto Legislativo Regional

DRR: Decreto Regulamentar Regional

IPSS: Instituição Particular de Solidariedade Social

IPSS: Instituições Particulares de Solidariedade Social

IS: Integração Sensorial

ISNA: Internacional Snoezelen Association

ISSM, IP – RAM: Instituto de Segurança Social da Madeira, Instituto Público-RAM

MSE: Multissensorial Estimulation

ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS: Organização Mundial de Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

PEA: Perturbação do Espectro do Autismo

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPDP: Política de Proteção de Dados

QdV: Qualidade de Vida

RAM: Região Autónoma da Madeira

RDH: Relatório do Desenvolvimento Humano

RGPD: Regulamento Geral da Proteção de Dados

SPCE: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

TFEU: Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TUE: Tratado da União Europeia

UE: União Europeia

UMa: Universidade da Madeira

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Sumário

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract.....	III
Résumé	IV
Resumen	V
Índice de Quadros	VI
Índice de imagem.....	VI
Índice de Apêndices.....	VI
Lista de siglas e abreviaturas	VII
Sumário.....	IX
Introdução	12
1.ª Parte – Enquadramento teórico-conceptual	15
Capítulo I - O Desenvolvimento Comunitário	16
1. Simbiose Educação e Desenvolvimento Comunitário	16
1.1 A Educação e o Desenvolvimento Comunitário	17
1.2. Uma Visão Integrada dos Domínios Educativos	21
1.3 Políticas Internacionais para a Educação de Adultos: As Conferências CONFINTEA.....	23
1.4. Desenvolvimento versus Comunidade.....	27
1.5. O Desenvolvimento Comunitário	31
1.6 A estratégia de intervenção social.....	33
1.7 Pilares Conceptuais, Dimensões e Princípios do Desenvolvimento Comunitário	36
1.8. Os Centros Comunitários na Comunidade.....	39
1.8.1. Centros Comunitários na Região Autónoma da Madeira.....	40

Capítulo II – O enquadramento da Abordagem Multissensorial Snoezelen até ao contexto atual	46
2. Enquadramento Histórico do Snoezelen.....	46
2.1 Conceito, fundamento e aplicação	48
2.2 Snoezelen - O Mundo dos Sentidos	49
2.3 As Esferas de Atuação e Contributo Terapêutico.....	53
2.4 Entre a Teoria e a Prática: o Papel do Profissional	55
2.5 Estratégias de Intervenção	57
2.6 Avaliação: O Pilar na Intervenção Multissensorial Snoezelen	61
Capítulo III A Comunidade – políticas sociais.....	64
3. Contextualização da Comunidade na Atualidade	64
3.1. A Qualidade de Vida	69
3.1.1 Fundamentos da Qualidade de Vida: Uma Abordagem Introdutória	72
3.2- Perspetivas sobre a Globalização	76
2. ^a Parte - Investigação empírica.....	82
Capítulo IV Enquadramento Metodológico	83
4 Considerações Metodológicas	83
4.1 Problema de investigação	83
4.2 Questão de investigação.....	84
4.3 Objetivos.....	85
4.3.1 Objetivo Geral	85
4.3.2 Objetivos Específicos.....	85
4.4 Justificação e pertinência da investigação	85
4.5 Metodologia Qualitativa	86
4.6 Estudo de caso	88
4.7 Técnicas e instrumentos de recolha de dados	89
4.7.1. - Entrevista semiestruturada	89

4.7.2. - Análise documental.....	91
4.8 Técnicas de análise e interpretação de dados de dados.....	91
4.8.1. Análise de conteúdo	92
4.8.2. Triangulação de dados.....	93
4.9. Considerações Éticas	94
Capítulo V - Apresentação e Análise Interpretativa dos Resultados	98
5. Enquadramento.....	98
5.1. – Delimitação do campo de estudo e participantes.....	98
5.2. – Caracterização do espaço.....	98
5.3. Caracterização dos participantes.....	99
5.4. - Procedimentos	100
5.5. - Análise de conteúdo das entrevistas	101
5.5.1. A Abordagem Multissensorial Snoezelen como recurso no Centro Comunitário.....	102
5.5.2. O contributo do Snoezelen	103
5.5.3. Áreas de atuação e público-alvo.....	104
5.5.4. - Áreas de abrangência	105
5.5.5. - Perceção dos dirigentes e profissionais sobre o contributo do Snoezelen	106
5.5.6 A Perceção da Qualidade de Vida das Pessoas que Utilizam a Sala Snoezelen	106
Considerações finais.....	108
Referências	113
Apêndices	123

Alice: - Isso é impossível!

Chapeleiro: - Só se você acreditar que é!

Carroll, L. (1865). *Alice no País das Maravilhas*.

Introdução

O presente trabalho de investigação decorre da dissertação do curso de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário, da Universidade da Madeira, intitulado *A Abordagem Multissensorial Snoezelen, um Recurso Comunitário na Região Autónoma da Madeira*.

Com este estudo, pretende-se aferir qual o contributo da abordagem multissensorial Snoezelen num Centro Comunitário (CC) enquanto recurso para promover a Qualidade de Vida (QdV) garantindo o princípio da universalidade, patente nas estratégias de desenvolvimento comunitário.

Esta filosofia de intervenção é baseada na estimulação sensorial e relacional, mais comumente proporcionada através da utilização de uma sala com equipamentos específicos, que tem como objetivo principal um ambiente que permita a diminuição dos níveis de ansiedade e tensão do indivíduo. Promove o *empowerment*, a atenção e a concentração do indivíduo recorrendo ao input que caracteriza a Pessoa de acordo com as suas necessidades, ou seja, através do conhecimento de como aceder às diferentes formas que cada indivíduo tem de sentir. Conhecidas as hiper e hipo sensibilidades, desenhado com o recurso ao perfil sensorial, é possível recorrer ao sentido através da qual a Pessoa descodifica melhor a informação, sendo como tal, um facilitador para novas aprendizagens ou remanescentes perceções e descobertas de si e do mundo, de uma forma mais holística e humanizada.

Com o intuito de facilitar a leitura e interpretação desta investigação, o seu conteúdo foi estruturado em duas partes e cinco capítulos.

A 1.ª Parte, designada de enquadramento teórico-conceitual, disserta sobre ideias e conceitos alicerçados em autores de referência de forma a esclarecer o mote desta investigação.

No Capítulo I, sob o olhar de Gómez et al. (2007) e Carmo et al. (2015) no paralelo entre a educação e o desenvolvimento comunitário que levam aos centros comunitários e a relação desta estrutura de proximidade à comunidade tendo por base Amaro (2018) e Bonfim (2000).

O Capítulo II centra-se no eixo temático, o Snoezelen, fundamentado na experiência e reconhecimento de Ad Verheul, um dos pioneiros desta filosofia, e alguns dos estudiosos

da temática nomeadamente Pagliano (2012) na vertente da otimização do potencial da sala Snoezelen e na contextualização do papel dos diferentes estímulos e a capacidade de interpretação dos respetivos recetores, e Martins (2016) que explana os três eixos fundamentais desta abordagem – sensorial; do relaxamento e bem estar; relacional. Pagliano (2012) e Martins (2016) abordam ainda a importância da avaliação na intervenção Snoezelen, bem como a formação e o perfil do terapeuta Snoezelen.

No Capítulo III é feita uma caracterização da situação social e demográfica atual com base no recenseamento demográfico, da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística, através do dados do dos Censos 2021 e das orientações da Comunidade Europeia (CE) e o enquadramento deste contexto na QdV de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), Canavarro (2010) bem como de Rando e Madureira (2022) e ainda, no contexto da globalização e princípios patentes no Tratado da União Europeia (TUE) (2016) em particular no que diz respeito aos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e universalidade a par com o Pilar Europeu do Direitos Sociais (2017) enquanto documento orientador para reforçar e melhorar a aplicação dos direitos sociais.

A 2.^a Parte – Investigação Empírica começa por apresentar, no IV capítulo, a problemática, a delimitação do campo de investigação e a apresentação o problema, bem como a premissa que norteia a investigação e consequentes objetivos à luz das orientações de Coutinho (2016) e Gomes (2022). Neste sentido, esta dissertação, construída com base na metodologia de carácter qualitativo de acordo com Bogdan e Biken (1994) e Flick (2005) sob forma de estudo de caso, pois pretende responder ao *como* e ao *porquê* em concordância com o pensamento de Yin (2005) e Stake (2012), fundamentado pelas entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Amado e Ferreira (2014) é uma prática de excelência e que em complemento com a análise documental. E que segundo Bardin (1977) permitem clarificar as especificidades do caso em estudo determinando as respetivas categorias analíticas.

Este capítulo culmina com as considerações éticas que norteias as boas práticas em alinhamento com as diretrizes da Regulação Ético-Deontológica da Carta da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE), organismo regulador da prática científica e estética da comunidade científico-educacional, de acordo com Baptista (2014) e Rodrigues (2023) bem como com a Política de Proteção de Dados Pessoais (PPDP) da Universidade da Madeira (UMa) através das respetivas minutas.

No capítulo V intitulado apresentação e análise interpretativa, é apresentada a delimitação do estudo onde são retratados e caracterizados o estudo de caso centrado num

Centro Comunitário (CC#1) e nos indivíduos que aceitaram participar, num total de nove, bem como a descrição dos procedimentos. Apresenta-se a análise de conteúdo das entrevistas de acordo com as categorias selecionadas através das quais se fundamentam as considerações finais.

Através da revisão de literatura, procurou-se desenvolver a etiologia da temática, que permitiu debruçar sobre os conceitos-chave, contextualizar o CC como repercussão para o Desenvolvimento Comunitário (DC), bem como a abordagem Snoezelen, sendo esta uma dinâmica cuja especificidade promove a QdV. Cientes de que vivemos numa era de grandes demandas, numa sociedade em rápida mutação onde o apelo pelo imediato e a consecutiva insatisfação são constantes, levando muitas pessoas ao seu limite e comprometendo, em última análise, a sua QdV. A abordagem Snoezelen pode promover o bem-estar, mas a sua implementação requer a compreensão de aspetos técnicos, funcionais e relacionais, que com esta investigação pretende-se compreender.

1.ª Parte – Enquadramento teórico-conceitual

CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire (2000, p. 67)

1. Simbiose Educação e Desenvolvimento Comunitário

Ao longo deste capítulo propomo-nos a refletir sobre estas temáticas que irão permitir contextualizar, compreender e fundamentar este estudo, em concordância com Rodrigues e Sousa (2023), quando se referem à educação como o “motor de desenvolvimento local e comunitário” (p.13) o que pressupõe a importância de uma interpelação de maior proximidade e cooperação entre a escola e a comunidade, num apelo ao derrubar os muros da escola e como tal, permitir a permeabilidade associada ao binómio.

Os problemas sociais e económicos decorrentes do legado da II Guerra Mundial, de acordo com Carmo et al. (2015), foram determinantes para se estabelecer “um método complementar de intervenção social” (p.77). Consequência da necessária reestruturação socioeconómica, que resultou na convergência de sinergias através da “cooperação entre os recursos estatais e os exíguos meios das comunidades locais” (p.77).

Posto isto, DC assume-se como método interventivo de forma a “concretizar o protagonismo das comunidades locais nos processos de transformação e mudança social que as afetam: a um “ser mais e melhor” na construção histórica da Humanidade e na evolução dos povos” (Gómez, et al., 2007, p.118).

Arroteia (2008) apresenta um paralelo entre vários autores na conceitualização, importância e propósito do DC. O autor corrobora com Grácio (1988) que alude “a uma vontade de transformação e de progresso que há nas populações ou que desperte nelas por adequada intervenção” (p. 131) e cita Carmo (1998), que apoiado no Relatório do Progresso Social Através do Desenvolvimento Comunitário, define DC como sendo “o processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa” (p.131). O autor, apoiado no estudo de Ezquiel Ander-Egg, referenciado por Carmo (1980) de forma a esclarecer que o é DC:

uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, o estudo,

planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida (Arroteia, 2008, p.131).

No seguimento do constructo de Nogueira Mascareñas, Arroteia (2008) cita o autor que explana o conceito de DC de onde sobressai esta ideia que “supõe a realização de atividades educativas relacionadas com o bem-estar da comunidade que as acolhe” (p.131).

1.1 A Educação e o Desenvolvimento Comunitário

Como “um binómio indissociável” (Gómez, et al., 2007 p. 178) é-nos apresentada a educação e o desenvolvimento, pois de acordo com os autores, “toda a prática pedagógica é uma acção a favor do desenvolvimento das pessoas e dos grupos sociais. Pois, todo o processo de desenvolvimento é, ou deveria ser, pela sua própria natureza, um acto educativo” (p. 8) sendo que, é deste modo que os indivíduos têm a possibilidade de apreender e transformar as suas condições de vida.

Em concordância com os autores, o entendimento é de que a relação entre educação e desenvolvimento, pode ser observada em dois planos, mas enquanto faces de uma mesma moeda. Por um lado, a educação enquanto resultado do desenvolvimento, ou seja, uma sociedade dotada de serviços infraestruturas e, por outro, os elementos económicos que produz “melhores resultados educativos (formais e não formais)” (p. 178). Os autores agregam a esta ideia a qualidade de vida, já que a esta está associada uma “maior capacidade para compreender e transformar a realidade” (p. 179), sendo, pois, a educação premissa para o desenvolvimento (Gómez, et al., 2007).

A propósito Carnoy (1990) refere que “o próprio processo de desenvolvimento é educação, num sentido tão importante, senão mais, que o ensino no seu sentido restrito” (p. 84), o que reflete a simbiose entre a educação e o desenvolvimento.

Por se tratar de uma associação proficiente, neste caso entre as ideias de educação e desenvolvimento, chamamos-lhe de simbiose. Pois, ao longo do tempo o ser humano procurou legar o conhecimento e a experiência adquirida, consequentemente a este ato está implícito o do conceito de educação. Em tom de provocação, ou quiçá, de reflexão, António Nóvoa (2005) afirma “É evidente que só pela educação se conseguirá a regeneração, e o progresso, e a modernização, e a industrialização, e o desenvolvimento do país. Evidentemente.” (p.14).

Muito embora tenha evoluído ao longo dos tempos, a educação está intimamente associada à transmissão de saberes e à socialização. De acordo com Barros (2011) o filtro

estatal que se traduz no currículo, interliga a combinação entre a educação e o ensino intrinsecamente relacionado à educação formal, dentro da sala de aula, assente nos procedimentos metodológicos, didáticos e pedagógicos implícitos ao exercício da instrução. Como tal, ao conceito de educação está associado um carácter normativo e organizacional. O *status* que os sistemas educativos formais alcançaram social e culturalmente transbordaram os muros da escola “que na sua dimensão institucional consolida os valores da cidadania e na sua vertente organizacional consolida valores de classe” (p.25).

Segundo Carmo, et al. (2015), para haver uma educação propulsora do desenvolvimento é necessário definir uma estratégia nesse sentido. Os autores apontam duas vertentes correlacionadas, por um lado a “educação para a gestão dos recursos disponíveis” (p.68) mas também “a indispensabilidade de uma educação para a solidariedade” (p.68). Os autores colocam estas dimensões indissociáveis a par com um dos princípios fundamentais da Revolução Francesa, a fraternidade. Neste sentido, acrescentam que na perspetiva da globalização, este é um valor que transcende o dever moral assumindo “um imperativo de sobrevivência da humanidade” (pp. 68-69) já que a sua ausência potencia os conflitos sociais, pois ambas visam assegurar a qualidade e a esperança de vida, fomentar os ideais democráticos de cidadania ativa, formada e informada para promover as potencialidades dos indivíduos.

Intrínseco ao conceito de educação no seguimento do raciocínio de Carmo et al. (2015), Rodrigues e Sousa (2023) acrescem as dimensões *com intervenção, bondade e investigação*, para se promover uma “cidadania ativa que mobiliza para o empoderamento das comunidades. Das suas comunidades. Educação como desenvolvimento comunitário. Educação que parte de cada um para o todo” (p. 30), numa perspetiva que pretende dar o enfoque à educação no seu papel de problematizadora e promotora de questionamento e como consequência a promoção do desenvolvimento congruente com os ideais democráticos.

Carmo (1996) aponta dez áreas chave da educação para o desenvolvimento cuja transversalidade implica uma relação sistémica na compreensão do mundo, não só numa dimensão lata, mas também individualidade de cada sujeito. O autor diferencia estas áreas em dois grandes blocos que considera serem indissociáveis. Quatro, que na sua perspetiva são transversais na educação, mas também, seis áreas específicas. Na visão do autor, enquadra-se numa melhor “gestão dos recursos disponíveis” (p.71), ou seja, que implica que os aprendentes tenham acesso a um melhor conhecimento das quatro áreas da educação, nomeadamente

- a educação para a mudança, no sentido do aprender a adaptar-se e a gerir essa adaptação à mudança;
- a educação para a autonomia, sem que isso se traduza em individualismo;
- a educação para a democracia “aprender competências comunicacionais indispensáveis ao exercício da democracia (...) aprender competências para o exercício da democracia representativa” (p. 71);
- a educação para a solidariedade tanto no espaço, ou seja, nos diferentes contextos e no tempo “para com as gerações futuras e passadas” (p.71).

Quanto às seis áreas específicas, que o autor define como indispensáveis tendo em conta a globalização no sentido que “preparam para o exercício de papéis particulares” (Carmo, 1996, p.72), identifica-as: a educação ambiental que promove a sustentabilidade; a educação demográfica, numa perspetiva de educação para a parentalidade em consciência; a educação para a saúde no sentido de prevenção de doenças; a cidadania económica, educando para a produção, gestão de recursos, de distribuição de bens e serviços e de consumo; educação das mulheres enquanto agentes estratégicos de desenvolvimento e de democratização; e educação intercultural visando a educação para a identidade cultural, a diversidade e o ecumenismo. Ou seja, o resultado destas áreas-chave da educação para o desenvolvimento, visam preparar o indivíduo para uma melhor conceção de si, do mundo e da sua globalidade (Carmo, Esgaio, Pinto & Pinto, 2015) de forma a impulsionar o potencial do conhecimento.

A educação e o desenvolvimento partilham assim, o propósito de capacitar para a promoção da sustentabilidade, das condições de vida e da humanização. O desenvolvimento, é pois considerado um processo evolutivo comum a um número significativo de pessoas, ou seja, uma ação correspondente a um nível macro em prol de uma melhoria de situação da comunidade. No entanto, ao processo de desenvolvimento está subjacente um processo educativo, já que “toda a prática pedagógica é uma ação a favor do desenvolvimento das pessoas e dos grupos sociais” (Gómez, et al., 2007, p. 8) e assim, na perspetiva dos autores, o mesmo se aplica no sentido inverso, num processo simbiótico. Os autores aditam ainda que

é no seio das comunidades e do comunitário que o desenvolvimento pode e deve transferir as suas iniciativas e realizações em nomes e rostos concretos, reivindicando e possibilitando a participação activa das pessoas nos processos de mudança que se precisam e induzem, porque importa reconhecer nelas a sua condição de sujeito e não de mero objecto da acção social (p.8 - 9).

O prefácio do relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1998), que considerado atemporal, pois reflete a uniformização e democratização da educação, da ciência, da tecnologia, da cultura e da comunicação “ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” (p.11) que só é possível ante o processo educacional que valorize o indivíduo.

Urge pois, a necessária contribuição das políticas educativas, ressaltando os seus atores principais: a comunidade local, a comunidade educativa, as autoridades oficiais e a comunidade internacional, de forma a “contribuir para um mundo melhor, para um desenvolvimento humano sustentável, para a compreensão mútua entre os povos, para a renovação de uma vivência concreta da democracia” (p.14), num mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

A relação intrínseca entre educação e desenvolvimento é amplamente reconhecida, sendo a educação ao longo da vida um eixo fundamental na promoção da inclusão social, do reforço da autonomia individual e da melhoria da qualidade de vida. Por conseguinte, importa compreender o contributo do Snoezelen enquanto abordagem multissensorial que, ao potenciar a estimulação, a autorregulação e a motivação, pode desempenhar um papel significativo nos processos de aprendizagem contínua, independentemente da faixa etária ou das capacidades individuais.

Consequência do pós-guerra, o enquadramento estratégico da educação passou a ser repensado, evidenciando-se a necessidade de promover a educação de adultos como um fator determinante para o desenvolvimento económico, social e cultural.

Ante esta nova realidade, a ideia da educação enquanto construção linear e gradativa da trajetória da vida, onde existem “duas fases da vida sequenciais e estanques, em que se espera que os indivíduos se preparem convenientemente na primeira fase de forma a garantir o sucesso ao longo de todo o tempo da segunda” (Barros, 2011, p.25). De modo que perdurou, de acordo com Carmo, Esgaio, Pinto e Pinto (2015), até “há bem poucos anos

quando se discutia educação quase todos os interlocutores se referiam ao que hoje se chama formação inicial” (p.255), considerando o conhecimento acumulado durante a primeira fase da vida, suficiente para que o indivíduo pudesse desempenhar os diferentes papéis a que se propusesse no decorrer da sua vida (Carmo et al., 2015).

1.2. Uma Visão Integrada dos Domínios Educativos

É incontestável a importância da educação para a construção do saber e para o desenvolvimento. O processo de ensino e aprendizagem caracteriza-se pela diversidade de contextos, necessidades e percursos de vida, pelo que Pires (2014) enfatiza a correlação e interdependência existente entre domínios formal, não formal e informal, que “não sendo estanques, contêm a potencialidade de estabelecer entre si uma articulação fecunda, promissora, geradora de novas possibilidades educativas” (p.3). Estes domínios, embora distintos na sua natureza, estrutura e intencionalidade, coexistem e interagem de forma dinâmica, contribuindo de modo complementar para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos indivíduos.

A educação formal decorre em contexto escolar e resulta num certificado oficializado do reconhecimento das qualificações nos diferentes níveis de educação e formação tendo por base um currículo oficial e sequencial. Na ótica de Gohn (2006) a educação formal possui vários objetivos, “destacando os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por leis, dentro dos quais se destacam: formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias” (p. 29). Sebastião (2009) destaca a socialização “baseado em regras institucionais e valores de carácter universalista” (p.239) pois considera que esta dimensão da escolaridade, embora oculta é “um conjunto estruturado de saberes organizado sob a forma de currículo, transmitido e avaliado de forma sistemática” (p.239) que exige da criança uma série de transformações físicas, sociais, culturais, cognitivas e emocionais.

Assente na afirmação de Kant de que *o homem só se pode tornar homem através da educação*, Canário (2007) enfatiza que esta condição resulta deste ser um “processo permanente em que , como ser inacabado e curioso, a pessoa afirma e edifica a sua especificidade humana, interrogando-se, construindo conhecimento sobre o mundo e sobre a forma de nele intervir” (p.210) pelo que o autor refere que este é um ato inevitável. Ainda de acordo com o autor, os processos educativos não formais estão diretamente associados à formação de adultos. No rescaldo da Segunda Guerra mundial “marcado por um processo

de crescimento económico a uma escala sem precedentes” (p.211) surge a necessidade de validar a educação e formação num *continuum* educativo. A educação não formal, pressupõe, de acordo com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022, as “iniciativas educativas organizadas e intencionais que se desenrolam num contexto organizacional” (p.17), pelo que estes processos são “marcados pela flexibilidade de horários, programas e locais, em regra de carácter voluntário, sem preocupações de certificados e pensados «à medida» de públicos e situações singulares” (Canário, 2007, p.211). O reconhecimento do contributo da educação não formal para o desenvolvimento do indivíduo e visibilidade são “contemporâneas da designada «crise da escola», diagnosticada a partir dos anos 70” (p. 255).

A educação informal, diz respeito a todas as aprendizagens que ocorrem de forma espontânea, através das experiências do quotidiano, ou seja, para que aconteça, ela não pressupõe uma organização ou orientação já que ocorre de acordo com as vivências pessoais e com a multiplicidade de possibilidades da diversidade humana, atendendo à capacidade intrínseca de aprendizagem. Na sequência, Canário (2007) refere que a educação informal “valoriza a aprendizagem, por contraste com o ensino, entendendo-a como um processo apropriativo de oportunidades de natureza educativa, vivenciadas na vida quotidiana que se definem pelas suas consequências (efeitos) e não pela sua intencionalidade” (p.215)

Mayo et al. (2013), contrapõe duas perspetivas diferenciadas, a de Paulo Freire e de Saul Alinsky, ambos reconhecidos na promoção da cidadania ativa e organização comunitária,

The analysis of the underlying causes of social problems and social injustices was central to Freire’s approach – education as the basis for long-term strategies for social justice. Alinsky’s approach, in contrast, has been perceived as being more centrally concerned with organising to attain achievable targets in the here and now. He emphasised the importance of people’s self-organization to achieve this (p.9).

Estes autores defendem que a aprendizagem ativa para as boas práticas de cidadania, só é possível através do conhecimento e reflexão em comunidade já que, é desta forma que é possível reforçar o empoderamento que o sentimento de pertença traz. Desta feita, o princípio da valorização da diversidade abre portas para a cooperação, coesão social e solidariedade com o objetivo comum de justiça social (Mayo, 2013).

Na perspectiva de Freire (1974) apenas quando entendemos a dialética entre a consciência ou subjetividade, que seria a criação de um ideal criador de uma realidade e o mundo, ou objetividade que se traduz no condicionamento do pensamento, ou seja, reconhecer a relevância da tomada de consciência para a libertação do homem, pois “quando sabemos que não temos a consciência *aqui* e o mundo *acolá*, mas pelo contrário, quando ambos, a objetividade e a subjetividade, se incarnam dialeticamente, é possível compreender o que é a conscientização” (p.30). É através deste processo dialético que é possível identificar o ser humano enquanto ser inacabado e em permanente busca, pelo que “se falamos da humanização, do ser mais do homem - objetivo básico da sua busca permanente -, reconhecemos o seu contrário: a desumanização, o ser menos”(Freire, 1974, p.13). É perante esta assunção que Paulo Freire (2012) reforça que é fundamental saber escutar, através de uma escuta ativa, com *amorosidade, tolerância, abertura ao novo, humildade e justiça*. Pois, ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando mas instiga-lo no sentido de que como sujeito cognoscente, se torne capaz de entender e comunicar o inteligido. É neste sentido que se impõe a mim escutar o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória. E ao escutá-lo, aprendo a falar com ele (p.104)

deste modo, na perspectiva deste pedagogo,

todo o ensino de conteúdos demanda de quem se acha na posição de aprendiz que, a partir de certo momento, vá assumindo a autoria também do conhecimento do objeto. O professor autoritário, que recusa escutar os alunos, se fecha a esta aventura criadora. Nega a si próprio a participação neste momento de boniteza singular: o da afirmação do educando como sujeito de conhecimento (Freire, 2012, p.107).

1.3 Políticas Internacionais para a Educação de Adultos: As Conferências CONFINTEA

A noção de educação permanente, conceito que evoluiu para Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), enquanto “processo educativo que ocorre continuamente ao longo de toda a vida e que se destina a promover o desenvolvimento integral dos seres humanos” (Fernandes,

1998, p.118) advém da III Conférence Internationale sur l'Education des Adultes, que decorreu no Japão em 1972.

As Conférences Internationales sur l'Education des Adultes (CONFINTEA), organizadas pela UNESCO, destacam-se fundamentalmente na definição de políticas globais da educação de adultos e foram revelando a sua importância ao longo do tempo, de tal modo que na primeira conferência, onde se reuniram 106 delegados dos Estados-Membros, evoluiu para os atuais 1125 aquando da VI CONFINTEA.

Dada a dimensão e ónus das políticas internacionais geradas pelas CONFINTEA's, considera-se um tópico relevante neste estudo. Estas conferências permitem uma melhor compreensão da evolução do conceito de ALV e da sua importância que é transversal na idade o que remete para a possibilidade do contributo da abordagem multissensorial Snoezelen poder ter um papel relevante a desempenhar.

Estas conferências surgem “com o objetivo de debater e avaliar as políticas implementadas para a modalidade de educação de adultos”¹(p.1), em alinhamento com a premissa do direito de “todos os seres humanos” (art.2.º), sem qualquer tipo de distinção, à educação à qual se refere o Artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), sendo reforçado, enquanto princípio, através do Programa Educação para todos, de Jomtien em 1990.

A I CONFINTEA, que decorreu em 1949, na cidade de Elsinore na Dinamarca, na sequência das recomendações de um primeiro encontro de especialistas em Paris, no ano anterior, para responder à necessidade de debater a Educação de Adultos. Desta conferência resulta o relatório coordenado por Edgar Faure, *Learning to be*, (UNESCO, 1972), de forma a garantir uma educação holística ao longo das diferentes fases da vida, preparando a Pessoa para um exercício pleno de autonomia e liberdade. Deste relatório, destaca-se a importância das tecnologias educativas e dão origem às cidades educadoras, pois assume que a educação está correlacionada às mudanças socioeconómicas podendo desta forma desempenhar um papel fundamental na evolução e na humanização “prodded that efforts are centred on training 'complete men' who will consciously seek their individual and collective emancipation, it may greatly contribute to changing and humanizing societies” (Faure, 1974, p.56), decorrente da constatação da rápida mutação dos saberes e foca uma maior atenção no saber integral. J. Werthein e C. Cunha (2000) referem, apoiados no Relatório de Faure (1972), que ancorado ao “pressuposto tanto biológico quanto filosófico de que o homem é

¹ http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/breve_historico-confinteas.pdf

um ser inacabado, obriga-o, deste modo a “aprender constantemente para sobreviver e evoluir” (Werthein & Cunha, 2000, p.15) ou seja, abre o leque de contextos de aprendizagem e transpõe-se para fora dos muros da instituição educativa.

O relatório Delors, *Learning: the treasure within*, (UNESCO, 1996), enfatiza o facto de as tecnologias de informação poderem assoberbar o Homem de informação, pelo que cabe à Educação operar qual bússola que indica o norte. Deste relatório surgem os quatro pilares fundamentais para a educação: Aprender a Conhecer, munindo o indivíduo de instrumentos que facilitem a compreensão; Aprender a Fazer, de modo que seja possível saber agir no meio envolvente; Aprender a Viver Juntos, no sentido de fundamentar a participação e a cooperação, apelando à necessária capacidade de adaptação e evolução da educação, pois num sentido mais lato, ela “é fundamental para aprender e compreender como dar resposta” (CCE, 2000, p.6) aos novos contextos de diversidade cultural, étnica e linguística; e Aprender a Ser, em concordância com Faure (1972), e enquanto parte integrante das anteriores, numa lógica destas “quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta” (p.90)

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO) (1998) a educação deverá ser um *continuum* educativo, pois só assim se poderá coadunar com as exigências do mundo do século XXI de forma integrada com o desenvolvimento holístico da pessoa, logo, a ideia da educação concentrada na infância e juventude, está obsoleta e por conseguinte:

não pode continuar a definir-se em relação a um período particular da vida – educação de adultos, por oposição à dos jovens, por exemplo – ou a uma finalidade demasiado circunscrita – a formação profissional, distinta da formação geral. Doravante, temos de aprender ao longo de toda a vida e uns saberes penetram e enriquecem os outros (UNESCO, 1998, p. 104).

Ciente dos ventos de mudança que a globalização e a “nova economia baseada no conhecimento” (Conselho Europeu de Lisboa, 2000, I, 1.) urge a necessidade de reforçar estratégias com vista a reforçar o emprego, a economia e a coesão social. Desta feita, da reunião extraordinária do Conselho Europeu em Lisboa (2000) surgem as conclusões para a Europa dos debates, cujo objetivo estratégico é “tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um

crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (I, 5.). Por conseguinte, são delineadas metas entre as quais se destaca ALV, e a recomendação para uma reflexão sobre os objetivos “concretos dos sistemas educativos, que incida nas preocupações e prioridades comuns e simultaneamente respeite a diversidade nacional” (I, 27.), o que implica, não só uma alteração do perfil do indivíduo, como dos procedimentos convencionais.

É neste contexto que surge o Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida (2000), da Comissão das Comunidades Europeias, onde a ALV deixa de ser vista apenas na perspetiva da educação e formação para “tornar-se um princípio orientador, da oferta e da participação num contínuo de aprendizagem, independentemente do contexto” (CCE, p.3), ou seja fruto de uma abordagem mais holística.

Em consequência do Memorando da Comissão sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida, a comissão do Parlamento Europeu (PE) aprovou a proposta de resolução por unanimidade, de onde surge o relatório datado de 09 de outubro de 2001. Este Relatório, destaca as três principais diretrizes nas quais deve assentar a ALV - em primeiro lugar o princípio da igualdade e da democratização, onde se reconhece a ALV enquanto oportunidade única de democratizar o ensino sendo fundamental que “seja acessível a todos os cidadãos – independentemente da sua idade, origem ou educação” (p.13). Em segundo lugar, a realização pessoal, já que a ALV não se resume às aprendizagens necessárias para desenvolver uma profissão, e remetendo “para um debate mais alargado sobre o reforço dos investimentos em capital humano e criatividade versus produtividade” (p.14). E em terceiro lugar o direito individual a uma aprendizagem ao longo de toda a vida, pois para que este conceito seja concretizável, é indispensável “que a ALV assinale a transição da escolaridade obrigatória para o direito à aprendizagem” (PE, 2001, p.13).

De acordo com este Relatório (2001), a ALV não pode ser limitada nem no tempo nem no espaço, pelo que são especificadas as tarefas concretas a implementar pela Europa nomeadamente, “a integração horizontal do conceito de ALV nos fundos estruturais europeus, nos programas da União Europeia (UE) atuais e futuros (...); a definição de critérios vinculativos em matéria de direito à ALV (...); fixação de objetivos, diretrizes e indicadores comunitários” (p.15). A título de exemplo, uma das medidas no sentido de uniformização, é o documento que surgiu com o objetivo de facilitar a mobilidade transfronteiriça e o reconhecimento mútuo, de diplomas e a abertura das possibilidades de mobilidade, tanto para os empregadores como para as instituições de ensino, o *CV Europass*.

Embora hajam diferenças identificadas por Rego, et al. (2020) entre a educação e a formação em questões relacionadas com a duração, no sentido em que a educação decorre a um ritmo mais lento, em oposição à formação, já que esta última é condicionada pelo uso eficiente do tempo, ou seja, de forma a garantir o maior conteúdo possível no menor tempo possível; pelos conteúdos sendo a formação mais concreta e de aplicação mais específica; e os destinatários, sendo a formação mais focada para a capacitação dos indivíduos tendo em vista o atingir metas organizacionais, “ambos se destinam ao enriquecimento individual do ponto de vista intelectual, emocional e operativo” (p.384). Em consequência do “aumento da esperança média de vida das populações e da redução drástica do ciclo de vida do Conhecimento” (Carmo et al., 2015, p.256), os autores, corroborando com Malcolm Knowles, referem que “a formação inicial perdeu peso relativo” (p.256) em detrimento da formação contínua, provocando uma necessidade acentuada de “intervenção concertada entre protagonistas ligados ao sistema educativo e a comunidade envolvente” (p.256).

Com efeito, relativamente à ALV a tónica é colocada no tempo, já que a aprendizagem acontece no decorrer de qualquer uma das fases desde o nascimento ao fim da vida, nas suas múltiplas dimensões. Desta forma existe em nós uma constante dialética de ensino e aprendizagem, à semelhança do que nos diz Freire (2012):

quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém. É por isso que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo. Verbo que pede um objeto direto – alguma coisa – e um objeto indireto – a alguém” (p.39)

1.4. Desenvolvimento versus Comunidade

Para compreender as características intrínsecas da relação entre os conceitos de desenvolvimento e de comunidade começo por fazer de forma sintética, uma contextualização conceptual.

Desenvolvimento é designado por Sach (2010) como “um rosário cada vez mais extenso de adjetivos: económico, social, político, cultural, sustentável, e agora (socialmente) incluyente” (p. 33).

Para o economista francês Lebrét, citado por Carmo (2007), o sentido do conceito de desenvolvimento é multifacetado e consiste num “processo dinâmico e inacabado” (p.75), aos quais estão inerentes os “critérios de pragmatismo e economicidade” (p.75) num

constante equilíbrio e avaliação entre os custos e os benefícios “diretamente ligado à noção de solidariedade intra e inter-nacional, o que lhe confere uma ideia de globalidade e radicalismo” (p.75). Ou seja, implica fundamentalmente a participação de todos e a necessária imersão na organização social.

Rosanna Barros (2011) procura clarificar o conceito de desenvolvimento, categorizando-o em quatro níveis organizados como o nível mega, macro, meso e micro. Quanto ao nível mega, a autora considera que depreende de uma abrangência internacional; o nível macro referente ao desenvolvimento nacional; o nível meso alusivo ao meio organizacional e comunitário; e finalmente o nível micro, que se aplica ao desenvolvimento individual. Desta feita, segundo a autora é no nível micro, pela sua dimensão, que está mais diretamente análoga a ideia de aprendizagem, no entanto, os três primeiros ligados à dimensão coletiva, permitem a articulação e correlação entre níveis. Para a autora, é inegável que à noção de desenvolvimento está, de uma forma mais abrangente e transversal, subjacente o estímulo do crescimento económico.

Posto isto, Gómez, et al. (2007) ratificam que “a educação, a saúde e a formação passariam a ser *actos económicos*, ou seja, estariam em pé de igualdade com os factores capital e trabalho do crescimento económico” (pp. 20-21), pelo que estes conceitos inicialmente teorizados por Schultz, revelaram-se um marco que deu origem à teoria do capital humano, pelo que os autores, referenciando Barros (1974), corroboram no entendimento de que o conceito de desenvolvimento foi sendo adaptado às diferentes contextualizações.

O investimento no capital humano é, assim entendido como propulsor do desenvolvimento e como uma “estratégia adequada para superar o subdesenvolvimento das comunidades humanas e diminuir as condições de vida de pobreza e insegurança social” (Gómez et al., 2007, p, 179) cujo papel da educação é inegável e fundamental. A constatação de que a noção de desenvolvimento vinha sendo desvalorizada, por ser utilizada indiferenciadamente e de forma generalizada, para designar realidades distintas, gerando discrepâncias no seu significado. Desta feita, os autores defendem que para “evitar as interpretações vagas de voluntaristas, é necessário analisar este termo a partir de realidades concretas, como um conceito e uma prática multidimensional que deve ser entendida como marco próprio de cada cultura e não como um processo monitorizado” (p. 29). Consequentemente, a noção de desenvolvimento é então compreendida por estes autores sob dois tipos de concretizações, que identificam como sendo por um lado, os diferentes modelos ligados às expetativas culturais, caracterizada por políticas simplificadas tendo em vista

atenuar as assimetrias económicas, administrativas enquanto processo de “claro carácter intervencionista ou corretor” (p. 89), e por outro, o percussor de mudanças estruturais de forma a alcançar “a sustentabilidade de melhores condições de vida” (p.89), com base na participação e ação dos residentes. Contudo, os autores defendem uma terceira concretização mais holística, enquanto

modelo de vida, pois implica uma forma de fazer as coisas, de transformar a natureza, de consumir, de participar e conceber a segurança e o risco. Uma maneira de organizar, de gerir os recursos e de satisfazer as necessidades. Compreendido este marco, o desenvolvimento expressa uma acção de mudança de social ligada à paz, aos Direitos Humanos, ao exercício democrático do poder, ao cuidado pelo meio ambiente, à cultura e, em geral, ao modo de vida das pessoas: a um modo de ser adequado às exigências, às necessidades, aos projectos e à visão do mundo dos diversos sujeitos e sociedades (Gómez, et al., 2007, p. 90).

Facto que possibilita que o termo se adegue numa lógica de mudança e de evolução, em harmonia com as especificidades das necessidades das respetivas comunidades.

Deste modo, os autores vão ao encontro com a ideia de Amaro (2003), que considera o desenvolvimento, embora seja um conceito ambíguo “mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades” (p.1), é considerado “um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais” (p. 1) e tido como referência para avaliar e classificar os níveis de progresso e bem estar.

Apoiado na ideia de que o desenvolvimento não se cinge apenas ao crescimento económico que “remete ao crescimento do PIB, à acumulação de capital, ao progresso técnico, à produtividade crescente do capital” (Sachs, 2010, p. 33), o autor defende que deve ser planeado de forma flexível, articulada e conciliada com o desenvolvimento social, onde é promovido “o emprego e o autoemprego, e observa em que medida o processo de desenvolvimento favorece a inserção social pelo trabalho decente de todos os que sentem a necessidade e o desejo de trabalhar” (p. 33).

Guida Mendes (2023) na sua reflexão sobre a evolução do conceito de desenvolvimento, salienta a importância da educação, apoiada no mais recente entendimento que emerge dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), agenda que estabelece metas num espaço temporal entre 2015-2030,

do qual sobressai a importância de assegurar o acesso das gerações futuras para a sustentabilidade destacando o ODS 5 – Educação de Qualidade – comporta de uma forma abrangente, e corroborando com a UNESCO, 2017, que “associa a qualidade da educação a: estudantes bem nutridos e motivados; docentes bem formados, utilizando metodologias de aprendizagem ativa; instalações e materiais adequados; e a um ambiente acolhedor, sensível ao género, saudável e seguro, que encoraja a aprendizagem.” (p. 162).

Ora, efetivamente, *nenhum homem é uma ilha*, é sim, um ser que vive e está integrado e co-dependente da sociedade. Neste sentido, inerente ao conceito de desenvolvimento, requer aludir o conceito de comunidade, que de acordo com Carmo (2007), desde cedo tem vindo a ser discutido pelas Ciências Sociais. O autor considera o sociólogo alemão, Ferdinand Tönnies, como sendo o autor da “primeira teorização do conceito por contraposição ao de sociedade” (p.79). Assim, poderá ser definido como “uma forma de vida antiga que se desenvolveu a partir da agregação de famílias num mesmo espaço, caracterizando-se por uma coesão social baseada em laços de sangue, de amizade, de costume e de fé” (p.79). Posteriormente, de acordo com este autor, na sequência do estudo deste conceito levado a cabo por diversos investigadores sociais, salientam-se ideias basilares de coesão social, por ser eminentemente intrínseco ao indivíduo, com base na consolidação das relações sociais, com compromisso moral e de forma ininterrupta (Carmo, 2007).

Citando o sociólogo argentino Ander-Egg, Carmo (2007), apresenta a definição de comunidade como um grupo organizado de pessoas, num determinado local, com características, interesses, elementos, objetivos ou funções em comum que lhes agrega o sentimento de pertença. Deste modo, o autor destaca duas ideias principais “a de um agregado social com um conjunto de interesses vitais comuns (...) e a de uma proximidade geográfica que permite uma estruturação sólida de tais interesses” (p.80) às quais o autor acrescenta as tecnologias de informação e comunicação que permitem relativizar a questão da presença física e da distância, possibilitando uma “interação de qualidade em situação de presença virtual” (p.81).

Na perspetiva de Gómez, et al. (2007) foi a partir do século XIX, com o surgimento dos movimentos associativistas e consequentes atividades, nomeadamente “a educação popular, a formação agrícola, a ajuda recíproca, etc.” (p. 100), que se verifica uma nova noção de comunidade. Por sermos seres de natureza social em que a satisfação das necessidades quer fisiológicas como intelectuais e espirituais, potencia e “gera esforços comunitários em todas as sociedades” (p. 99), no sentido de resolver querelas internas das

populações desde a antiguidade, contudo, este tipo de realização seria moldado, de uma forma mais espartilhada, pelos interesses tanto de ordem política, como religiosa ou mesmo filosófica.

Burbules e Torres (2004) referem que o sistema educativo, imbuído num contexto de profundas mutações económicas, políticas e culturais que “irá alterar de forma fundamental o terreno da vida pública e privada” (p.25), encontra-se num dilema, pois “se permanecer da maneira usual, como se nenhuma dessa ameaças (e oportunidades) existisse, ela corre o risco de ser cada vez mais substituída por influências educacionais que não são justificáveis perante o domínio e o controle público” (p.25), o que leva os autores a concluir que, atualmente está em causa a “sobrevivência da forma democrática do governo e o papel da educação pública neste empreendimento” (p.25).

1.5. O Desenvolvimento Comunitário

A génese do DC, validada por Carmo, et al (2015), que apoiados em Ezequiel Ander-Egg, e Myriam V. Baptista, consideram que surge no período seguinte à I Guerra Mundial. No entanto, o agravamento dos problemas sociais e económicos decorrentes do legado da II Guerra Mundial, foram determinantes para uma reestruturação socioeconómica e confluência de esforços, que Rui Canário (2021) denomina de “Trinta Anos Gloriosos” (p.61), já que da conjunção do crescimento económico provocou o “crescimento perpétuo do capital” (p.61).

Subsequente à Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Mundial, que teve lugar em São Francisco em 1945, surge a Carta das Nações Unidas (CNU), através da qual se define os objetivos, métodos e princípios que criam a Organização das Nações Unidas (ONU) tendo, entre outras, a finalidade de “promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade” (CNU, p.3) e “empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos” (idem, p. 4). Por sua vez, esta organização depara-se com a necessidade de criar uma entidade especializada, vocacionada para as especificidades da educação, ciência e cultura, que surge em 1946, sob o nome United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), conhecida em português como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura², pelo que esta organização alicerçada na educação, revela-se determinante na promoção do DC. Mais tarde, decorreu em Cambridge, em 1948,

² <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>

a Conferência Internacional onde “se reconheceu a utilidade do DC como instrumento de desenvolvimento dos territórios em vias de descolonização” (Carmo, et al., 2015, p.78).

Cientes da necessidade urgente de alfabetização das comunidades e como consequência a necessária capacitação de profissionais, de forma a promover a evolução das diferentes comunidades, realiza-se em 1950 na cidade do México, a Segunda Conferência Geral da UNESCO, na qual foi aprovada a criação do Centro Regional de Educação Fundamental para a América Latina (CREFAL) com o objetivo de promover a especialização de profissionais nas diferentes áreas de intervenção, nomeadamente “técnicos de educação de adultos, educação fundamental e desenvolvimento da comunidade” (Gómez, et al., 2007, p. 101). Neste sentido, os Estados Unidos e algumas organizações internacionais, nomeadamente a UNESCO, “desenharam o interesse crescente pelo processo global de Desenvolvimento Comunitário (...) desenvolvimento económico e social das regiões consideradas subdesenvolvidas da Ásia, África, e América Latina” (p. 100), pelo que os autores entendem ser esta a origem do DC, decorrente de uma sinergia entre os “apoios técnicos e científicos e a já antigas organizações comunitárias das zonas rurais destes países” (idem). Mais vocacionado para ser implementado nas aldeias rurais, de modo a fomentar, em primeira instância a educação fundamental, a par com “a ajuda financeira e a assistência técnica e material” (p. 102) e mais tarde com a “promoção de pequenas indústrias rurais, fomento de cooperativas, extensão agrícola, economia doméstica e saneamento rural” (p.102).

Mais recentemente, Amaro (2018) enumera as características que no seu ponto de vista são essenciais para definir DC, como sendo um processo de mudança cuja cerne é uma comunidade “de pequena dimensão, ou seja, com uma escala humana de Proximidade” (pp. 21-22), com o propósito de dar resposta às necessidades de forma a promover o *Bem-Estar e Bem-Viver*. Acrescenta ainda que, a premissa deverá estar fundeada nas capacidades e recursos locais, de uma forma abrangente e articulada entre a “metodologia e a pedagogia de Participação e de Autonomização (*Empowerment*) da Comunidade” (p. 22) recorrendo ao “apoio de recursos exógenos de variados tipos, desde que fertilizadores dos endógenos” (p. 22) numa perspetiva holística. Este enquadramento, é apenas possível com uma articulação entre parceiros locais, com repercussão no coletivo em consonância com a diversidade e especificidades de cada Comunidade. Assim, reunidas estas características poder-se-á assegurar que o desenvolvimento projetado decorre para aquela comunidade em particular, de acordo com as especificidades verificadas.

Amaro (2018) assinala ainda as implicações metodológicas, que no seu ponto de vista, são imprescindíveis para a ação comunitária e identifica nove inferências - a territorialização ou *enraizamento*; papel ativo na participação; perspectiva articulada entre dos problemas e as soluções; concertação entre entidades da comunidade; flexibilidade; planificação; avaliação e investigação-ação. Sendo que a primeira a ser apontada é a territorialização ou *enraizamento*, por considerar ser imperativo pertencer à dita comunidade ou ser por ela considerada idónea, que haja um papel ativo na participação e envolvimento dessa comunidade e essa ação advir de uma perspectiva articulada entre dos problemas e as soluções, numa lógica de concertação entre entidades da comunidade, assegurando a flexibilidade necessária das ações e das suas etapas, tendo por base uma planificação ajustada, sempre que necessário, fundamentada através da respetiva avaliação contínua e constante postura de investigação-ação “refletindo e agindo, de forma interativa, permanentemente” (Amaro, 2018, p.23) e, por fim, assegurar uma constante “conjugação de competências éticas (valores de referência), relacionais e técnicas.” (p. 23).

1.6 A estratégia de intervenção social

O termo DC, na sua “aceção técnica que hoje se lhe reconhece, é em 1950 que é consagrado” (Carmo et al., 2015, p. 76), com o relatório Progresso Social através do Desenvolvimento Comunitário, como uma estratégia de intervenção social.

Quatro anos mais tarde, surge o XX Rapport du C.C. au Conseil Économique et Social, que Gómez, et al. (2007), corroborando com Alfredo de Sousa, economista português e fundador da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, referencia os pontos fundamentais para a definição de DC, devendo agregar, cumulativamente:

- a) o fim principal é o melhoramento da vida comunitária e a sua participação no conjunto mais vasto da nação;
- b) o conteúdo específico, a capacidade de integração (interna e externa) e a autodirecção da comunidade;
- c) o processo, auto-esforço coerentemente organizado;
- d) os meios, organização do esforço de autodesenvolvimento através da auto-ajuda e trabalho cooperativo e;

e) os actores são membros das coletividades, verdadeiros agentes do seu desenvolvimento. (pp. 103-104).

Destes componentes lógicos, os autores, tornam a apoiar-se em Alfredo de Sousa, para destacar os elementos operacionais que consideram fundamentais, nomeadamente, a participação da comunidade tanto na elaboração como na execução dos projetos, deter um profundo conhecimento das necessidades e recursos locais e a existência de uma parceria entre os poderes públicos e locais. O suporte externo com os meios financeiros, técnicos e materiais, a cooperação e sinergia entre os serviços técnicos e a comunidade local e o suporte de equipas de intervenção especializada, são determinantes para a operacionalização do DC.

Deste modo, Gómez et al. (2007), reforça que ao propósito social de melhoria dos níveis de vida e bem estar está inerente

a criação e desenvolvimento de alguns equipamentos e atividades: agricultura, nutrição, educação, orientação e formação profissional para a agricultura, promoção de cooperativas, pequenas indústrias, serviços sociais, serviços relativos ao ambiente físico, subministro de vivendas, determinação de zonas específicas (industriais, residenciais, etc.), organização da indústria e comércio, formação de pessoal e serviços de saúde (p. 105).

Posteriormente, e ainda numa perspetiva de promoção do crescimento económico propulsor de emprego e conseqüente evolução social, durante a década de 50, o DC enfatiza uma vertente mais prática de ação social, com a criação de centros sociais nas áreas rurais para o DC através de programas e atividades, em particular nos países subdesenvolvidos. É em 1955 que, de acordo com Silva (1963), a Organização das Nações Unidas (ONU) adota a definição do termo, pois o mesmo

entrou na linguagem internacional para *designar o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral* (p.543).

pelo que os elementos essenciais para o seu sentido são: “a participação da população e a subministração de serviços técnicos e outro carácter” (Gómez, et al., 2007, p. 103) onde se pressupõe o contributo pleno dos habitantes, com objetivo de melhorar a qualidade de vida,

com o suporte dos serviços técnicos a “fim de favorecer e tornarem mais eficazes as iniciativas, os esforços pessoais e a ajuda mútua” (p. 103).

Em 1956, decorrente do seminário nos Países Baixos, mais concretamente em Baarn, é reconhecido o termo *região-problema*, referindo-se à identificação das zonas problemáticas onde a intervenção neste âmbito se revela mais premente. Dois anos mais tarde, desta feita na cidade de Palermo, em Itália, no decorrer de um outro seminário, o DC é classificado como um instrumento simultaneamente de estudo e de diagnóstico. Neste enquadramento, em Bristol (Reino Unido), no decurso do ano de 1959, o termo DC é considerado aplicável, não só em contexto rural, mas também em contexto urbano, particularmente no que diz respeito às migrações.

Gómez, et al. (2007), apoiados n’ *O Progresso Social mediante o Desenvolvimento da Comunidade*, de Ander-Egg (1987), corroboram com o facto de consistir na promoção do desenvolvimento harmonioso em consonância com a ação social. Assim, de acordo com o documento referido, o DC baseia-se em três premissas, a saber, a criação de “condições de progresso económico e social, a participação ativa da comunidade e a confiança na sua capacidade de iniciativa” (p. 101). As práticas inerentes ao DC, inicialmente mais direcionadas para as comunidades rurais, vão se alargando nas comunidades urbanas, com “novos âmbitos de intervenção e de projectos específicos” (p. 103) que frutificam através de “educação fundamental, promoção de pequenas indústrias rurais, fomento de cooperativas, extensão agrícola, economia doméstica e saneamento rural” (p. 101), debatendo-se com a transformação das condições de vida num nível micro sistémico.

Mais tarde, em 1965, no decorrer do Congresso Mundial dos Ministros da Educação, em Teerão, a eliminação do analfabetismo é um ponto incontornável da agenda de trabalho. Este evento marca a evolução do conceito de alfabetização tradicional para a alfabetização funcional, que incluía “a melhor preparação para o trabalho, para o aumento da produtividade e para a melhor inserção, domínio e transformação do meio natural” (Fernandes, 1998, p.117).

Nesse mesmo ano, a ONU institui o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através da fusão do Programa Ampliado de Assistência Técnica e do Fundo Especial, possibilitando um maior foco no desenvolvimento humano, na melhoria da qualidade de vida dos povos do mundo e reforçando esforços na intervenção atendendo às características aferidas na sua monitorização. Este programa, com o objetivo fundamental de promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza de forma a garantir a igualdade de oportunidades, gera anualmente dados para o Relatório do Desenvolvimento

Humano (RDH). Estes dados importantes para o PNUD, são também promotores de relatórios de caráter regional que embora independentes, tornam-se complementares na análise da informação.

Aquando da edição do 20.º aniversário do RDH, *A Verdadeira Riqueza das Nações: vias para o Desenvolvimento Humano*, a administradora do PNUD, Helen Clark, refere que a gênese

do IDH, considerada radical na época, era de uma simplicidade elegante: o desenvolvimento nacional devia ser medido não apenas pelo rendimento nacional, como era prática havia muito tempo, mas também pela esperança de vida e pela alfabetização, em relação às quais estavam disponíveis dados comparáveis para a maioria dos países. (Kluman, 2010, p. iv).

Através deste relatório, é anunciada a introdução de novos indicadores nomeadamente relativamente à desigualdade, em concreto à de género, e para a pobreza multidimensional.

1.7 Pilares Conceptuais, Dimensões e Princípios do Desenvolvimento Comunitário

De acordo com os autores já referenciados, o DC espelha a convergência de três conceitos-chave, a saber, a participação, a parceria e a base local. Com efeito, para Pereira, et al, (2017), a ação do DC assenta numa dimensão territorial “na medida em que os contextos socio-espaciais, os territórios locais, constituem o referencial interpretativo de problemas e soluções, da genealogia dos processos de desfavorecimento e das dinâmicas de desenvolvimento” (p.10), no entanto, esta não é possível sem o estabelecimento de parcerias, pois

uma intervenção social de base territorial e comunitária pressupõe a existência e o fomento de dinâmicas de interação e de cooperação entre as entidades e organizações do tecido social local, tendo em vista e definição de uma visão estratégica comum para o território (p.10),

sendo que só faz sentido numa ótica de envolvimento e participação da comunidade “na medida em que um verdadeiro processo de desenvolvimento de base territorial e comunitária

pressupõe, nas suas lógicas de intervenção e ação, o desenvolvimento ativo dos moradores e de todos quantos, mesmo não residindo, fazem parte da comunidade” (p.10).

Deste modo, a organização concetual dos autores identifica as três palavras-chave, que consideram fundamentais para a prossecução do propósito do DC, a participação, a visão integrada e o trabalho em parceria. A primeira refere-se à participação, que aqui é entendida de uma forma mais global e participada. No entanto, Amaro (2018), por outro lado, compreende a participação enquanto contributo gerado pelo envolvimento, individual ou coletivo daquela comunidade, numa perspetiva de inclusão nas diferentes fases do processo que o autor identifica como sendo o “diagnóstico, conceção, decisão, planeamento, direção, execução, acompanhamento e avaliação.” (p. 24).

Na perspetiva de Amaro (2018), em concordância com Pereira et al. (2017), este processo deverá possibilitar que todos os moradores, incluindo as pessoas mais desfavorecidas, tenham oportunidade de apresentar o seu contributo para a prossecução da finalidade da ação para a conquista da qualidade de vida da coletividade.

A segunda palavra-chave, a visão integrada, engloba não só uma abordagem aos problemas e necessidades sentidas, numa lógica a partir daí construir o “plano de ação contando, desde o começo, com a iniciativa, a responsabilidade e liberdade de escolha por parte dos interessados” (Silva, 1963, p.544) mas, sobretudo a “procura de respostas correspondentes, e conjugando as suas várias dimensões” (Amaro, 2018, p. 24) de forma abrangente “e (pelo menos) interdisciplinar” (p.24) e assim, permitir a necessária transversalidade das diferentes áreas do conhecimento.

O trabalho em parceria, entendido por Pereira et al. (2017) como a terceira palavra-chave na implicação estratégica e metodológica, reconhecido como alicerce fundamental, onde a “cooperação e a Ação articulada entre as Instituições e Serviços de todos os tipos que intervêm na Comunidade” (p. 24) que agregam e partilham respostas e recursos disponíveis.

Intrinsecamente agregado à conceitualização de DC, abre-se um leque de dimensões e princípios.

De acordo com Carmo, et al. (2015), a este conceito estão subjacentes quatro dimensões: a dimensão doutrinária, que está implícita à filosofia personalista, inata à sua essência; a dimensão teórica, presente na análise sociológica e económica; a dimensão metodológica decorrente na ideia de mudança defendida e, por fim, a dimensão prática indissociável à aplicabilidade do conceito. Por sua vez, a estas dimensões, os autores consideram estar implícitos cinco princípios pelos quais se regem as estratégias do DC, decorrentes do seu percurso evolutivo.

Em primeiro lugar, o princípio da identificação das necessidades sentidas, que apela à necessidade de auscultar ativamente a comunidade antes de intervir evitando a ação dos técnicos baseada apenas no saber profissional. O segundo princípio refere-se à participação e estabelece que a intervenção só é possível através da promoção do envolvimento pleno e ativo da comunidade. O terceiro princípio, da cooperação, segue uma lógica de articulação, coresponsabilização e colaboração, nos projetos, entre os sectores público e privado em prol do DC. O quarto princípio a autossustentação, ou seja, a capacitação da comunidade para manter e continuar o trabalho iniciado pelas equipas especializadas. O quinto e último princípio, o da universalidade, regido pela proficiência da comunidade no que diz respeito ao seu desenvolvimento de uma forma globalizada e não em apenas alguns grupos dessa comunidade. Estes princípios conferem uma intervenção feita à medida das especificidades daquela comunidade em particular (Carmo, et al., 2015).

Por outro lado, Pereira, et al. (2017) identificam um outro conjunto de princípios estratégicos ou valores referência, a saber, o da territorialização, eficácia, endogeneização, participação, *empowerment*, integração, flexibilidade e o da sensibilidade, os quais passamos a descrever.

- O princípio da territorialização é onde se assume o território e a comunidade como bases de atuação, não só no sentido administrativo e formal, mas também sociocultural, ou seja, com uma identidade comum dentro de uma escala territorial específica.
- O princípio da eficácia, em virtude de se centrar na resposta aos problemas e necessidades concretas da comunidade, identificadas por esta.
- O princípio da endogeneização que diz respeito à utilização dos recursos da própria comunidade, com o intuito de privilegiar as capacidades e potencialidades locais dando resposta aos seus problemas e necessidades não satisfeitas, articuladas, se necessário, com recursos exógenos complementares.
- O princípio da participação parte do pressuposto do DC enquanto um processo aberto, evidenciando o envolvimento e a participação das populações e tecido institucional local no decorrer de todo o processo de ação.
- O princípio do *empowerment*, torna indispensável a capacitação dos diferentes elementos da comunidade para exercer os seus direitos e deveres de cidadania de forma plena.

- Com o princípio da integração é assumida a pluralidade e a interdependência enquanto dimensões inerentes à vida em sociedade, pelo que a sua análise e intervenção deverá fazer-se de forma holística.
- O princípio da flexibilidade valoriza e respeita as especificidades de cada contexto local, a diversidade de protagonistas e características próprias de cada comunidade. Com este princípio, o DC é assumido intrinsecamente como um processo de aprendizagem contínua, que instiga a criatividade e a inovação.
- Por último, mas não menos importante, o princípio da sustentabilidade através do qual o DC é assumido como um processo que perdura no tempo, e por isso deve garantir a sua continuidade enquanto bem comum. (p.13).

Neste sentido, estes princípios conferem uma intervenção feita à medida das especificidades de cada comunidade em particular, prevendo a observância de linhas orientadoras identificadas por cada um deles (Pereira, et al., 2017).

1.8. Os Centros Comunitários na Comunidade

Na ótica de Bonfim, et al. (2000) o foco prioritário da ação do CC é a família e a comunidade, sem descurar as respetivas especificidades. Os autores realçam que os CC's regem-se pela

a organização de respostas integradas, face às necessidades globais das populações, numa função de carácter preventivo e de minimização dos efeitos de exclusão social, assumindo-se também como agente dinamizador da participação das pessoas, famílias e grupos sociais, factor de desenvolvimento local, social e de promoção da cidadania (p.5).

pelo que esta é uma resposta social vocacionada em “tornar-se um verdadeiro pólo de desenvolvimento social e dinamizador das solidariedades locais” (p.5) enquanto estrutura com recursos físicos e humanos que prioriza a sua ação na família e na comunidade, numa perspetiva holística. Neste sentido, a Direção Geral da Ação Social identifica-os numa lógica de “estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido” (Bonfim, et al., 2000, p.7), num paradigma regido por uma resposta integrada dinâmica e

evolutiva, que pressupõe o conhecimento global da realidade assente na prevenção e minimização da exclusão social.

Nesta ótica de atuação, ela é ainda promotora de “desenvolvimento de novas formas de viver e estar, baseadas nomeadamente, na informação, animação, motivação, conhecimento, apoio, afecto, responsabilidade e acção, promovendo novas formas de solidariedade” (p.5). No entanto, os autores fincam a flexibilidade e o dinamismo enquanto características indissociáveis numa lógica de modelo adaptável ao meio onde o CC está inserido. Esta esteira só é possível através de uma boa dinâmica de cooperação e coordenação com parcerias estabelecidas particularmente com os parceiros económicos já que é neste setor que assenta o desenvolvimento local e em consequência a promoção da coesão social, em harmonia com o 174.º artigo do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFEU) de 07 de junho de 2016, o que possibilita a este organismo “desempenhar um papel fundamental para a consolidação e criação de laços a nível local, do bairro, do grupo, e assim reforçar o “laço social” onde são vividas as relações e onde podem ser descobertas as soluções” (Bonfim, et al., 2000, p.5).

A política de coesão, considerada pela Comissão Europeia (CE, 2014) “a principal política de investimento” da União Europeia, está direcionada para toda e qualquer região ou cidade da UE de modo a promover a “criação de emprego, a competitividade empresarial, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável e a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos” (CE, 2014) de forma a garantir uma maior simetria das regiões.

Em suma, de acordo com a Comissão Europeia, um CC deverá estar estrategicamente localizado, de forma a permitir um sentimento de pertença na comunidade abrangida, possível através da proximidade, flexibilidade e participação. Esta proximidade contribui para a “criação de condições que possibilitem aos indivíduos, o exercício pleno do seu direito de cidadania” (p.10) bem como apoiar as famílias no desempenho das suas funções e responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social” (p. 10), favorecendo um sentimento de pertença, em linha com os objetivos da UE e dos ODS (Bonfim, et al., 2000).

1.8.1. Centros Comunitários na Região Autónoma da Madeira

Na Região Autónoma da Madeira, é através do despacho normativo n.º 1/2023, da Secretaria Regional de Inclusão e Cidadania, que se vê aprovado o regulamento interno dos CC do Instituto de Segurança Social da Madeira, Instituto Público-RAM (ISSM, IP – RAM).

De acordo com o Despacho, os CC na RAM têm como “objetivo principal proporcionar uma maior qualidade, eficácia e eficiência à intervenção social, prestada através da definição das normas de funcionamento e utilização dos Centros Comunitários” (Preâmbulo).

Neste documento, o CC é definido como:

um equipamento social polivalente que elege a pessoa, a família e a comunidade como protagonistas prioritários da sua ação assumindo junto deles uma função de carácter preventivo e também de agente dinamizador da sua participação, constituindo-se como um polo de desenvolvimento local, social e de promoção da cidadania (DN, n.º 1/2023, Preâmbulo).

Os CC, são “estabelecimentos integrados sob gestão direta atual do ISSM, IP-RAM” (Portaria 17/2017, de 23 de janeiro, Art.8, n.º3) e estão na dependência do Departamento de Projetos e Programas Sociais, a quem “compete garantir o acesso a serviços de qualidade, que satisfaçam as necessidades e expectativas dos cidadãos em matéria de apoio social” (Art.14º, n.º1) e “dinamizar programas de apoio à inserção e desenvolvimento social, visando resposta às problemáticas sociais específicas a partir dos centros comunitários, nomeadamente, dirigidos a crianças, jovens e famílias” (alínea e) do n.º2 do Art. 14.º).

Inicialmente, foi através o Decreto-Lei n.º 391/80, de 23 de setembro, que substituiu o Decreto-Lei n.º 426/77, de 13 de outubro, que se procedeu à regionalização dos serviços de segurança social e respetiva responsabilização do Governo Regional da Madeira pela orientação política deste setor (DLR n.º 9/2006, de 18 de abril).

Justificado com o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, surge o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2006, de 18 de abril que aprova o Estatuto do Sistema de Ação Social da Área de Segurança Social na RAM

integrado pelo serviço de segurança social da estrutura orgânica do Governo Regional, por instituições particulares de solidariedade social, misericórdias, organizações não governamentais, pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e demais entidades privadas, com ou sem fins lucrativos com actuação na área social (Art. 1.º).

O referido estatuto, é constituído por um sistema de proteção participado, através do envolvimento de recursos tanto públicos como privados “humanos e materiais, numa

perspetiva globalizante, integradora e de coresponsabilidade, orientada pelos objetivos de prevenção, reparação, intervenção e integração comunitária das pessoas e grupos sociais vulneráveis” (Art. 4.º, 1) que tem como missão, “criar oportunidade ao nível das condições de vida das pessoas” (Art. 4.º, 2).

Encontramos nos critérios organizadores do Sistema de Ação Social (art. 6.º), a linha orientadora das premissas do DC, onde se destacam palavras como a subsidiariedade social, como repto à envolvimento individual, coletiva e/ou comunitária nos processos que lhes dizem respeito, mas também a adequação, a parceria, a transversalidade através da intervenção integrada, a descentralização, a equidade social e a articulação entre os serviços. Assim, e de forma a garantir “um agente de dinamização local, com vista à prevenção, proteção e inclusão social das pessoas e grupos sociais mais vulneráveis” (art. 13.º, 1), surgem equipamentos e serviços de ação social entre eles os centros comunitários (art. 13.º, g)). Previsto ainda neste DLR, estão as parcerias inclusive com as universidades de forma a incitar a participação “em projectos de investigação e observatórios sociais, tendo em vista o conhecimento da realidade e a definição de políticas, objectivos e prioridades sociais” (art. 15.º).

O ISSM, IP-RAM vê aprovada a sua orgânica, através do DLR n.º 34/2012/M, de 16 de novembro, entre a missão e atribuições se destacam duas alíneas do artigo 4.º: “desenvolver e executar as políticas de ação social, bem como desenvolver medidas de combate à pobreza e de promoção da inclusão social” (q)) e

Desenvolver e apoiar iniciativas que tenham por finalidade a melhoria das condições de vida das famílias e a promoção da igualdade de oportunidades, designadamente as dirigidas à infância, à juventude, ao envelhecimento ativo, dependência, deficiência e outros grupos em situação de vulnerabilidade (u).

Mais recentemente a Portaria n.º 167/2012, de 20 de dezembro, foi revogada através da Portaria n.º 17/2017, de 23 de janeiro, das Secretarias Regionais das Finanças e da Administração Pública e da Inclusão e Assuntos Sociais, aprovando os Estatutos do ISSM, IP-RAM e estabelecendo “a organização interna e as respetivas competências dos serviços e dos estabelecimentos integrados que funcionam na sua dependência” (Sumário). Assim, o artigo 7.º define a estrutura orgânica deste Instituto, onde se destaca da área operacional, o Departamento de Projetos e Programas Sociais (alínea a), vi)), à qual compete “garantir o acesso a serviços de qualidade, que satisfaçam as necessidades e expectativas dos cidadãos

em matéria de apoio social” (Artigo n.º 14, 1), sendo as competências atribuídas, descritas nas alíneas de a) a e) e na m) do número 2 do artigo 14.º ao Setor de Projetos de Intervenção Social (SPIS).

O Decreto Regulamentar Regional (DRR) n.º 10/2020/M, de 21 de janeiro, aprova a orgânica da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (SRIC), da qual se destaca “assegurar as ações necessárias à definição, coordenação, execução e avaliação da política regional nos domínios da solidariedade e segurança social, combate à pobreza e à exclusão social” (Artigo 3.º, b)).

No entanto, de acordo com Despacho Normativo n.º1/2023, os CC sob a alçada da ISSM, IP-RAM, a saber: o Centro de Apoio a Crianças e Jovens de Câmara de Lobos; o CC do Lugar da Serra; o CC da Nogueira e o CC de São Martinho “carecem de instrumento normativo que defina a sua natureza, organização e normas de acesso e funcionamento, urge proceder à respetiva regulamentação” (Preambulo).

Até à presente data, tem surgido alguns CC na RAM, para além dos já referidos da ISSM, IP-RAM, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que são entidades privadas sem fins lucrativos, prestam serviços de apoio a pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade, pelo que complementam a resposta do governo neste domínio. A título de exemplo temos a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal (ADCF), a Santa Casa da Misericórdia da Calheta (SCMC) e a Santa Casa da Misericórdia de Machico, o Centro Social e Paroquial de Santa Cecília (CSPSC) a Associação de Desenvolvimento da Costa Norte da Madeira (ADENORMA), que deste modo prestam serviço à comunidade nesta valência. No entanto, apesar dos CC estarem presentes na grande maioria dos municípios da RAM, ainda estão os concelhos de Porto Moniz, Ponta do Sol em Santana a descoberto, como se apresenta no quadro n.º1:

Quadro n.º 1 Distribuição dos CC na RAM

Município	Identificação da infraestrutura	Entidade responsável
Calheta	CC do Pinheiro	IPSS – SCMC
Câmara de Lobos	CC - Centro de Apoio para Crianças e Jovens de Câmara de Lobos	ISSM, IP-RAM
	CC do Lugar da Serra	ISSM, IP-RAM
	CC Cidade Viva	CMCL

	CC Vila Viva	CMCL
	CC Câmara de Lobos Viva	IPSS – ADCCL
	CC Integrar e Desenvolver	IPSS – CSPSC
Funchal	CC de São Martinho	ISSM, IP-RAM
	CC das Romeiras	IPSS – ADCF
	CC do Pico dos Barcelos	IHM
	CC da Várzea	IPSS – ADCF
	CC dos Viveiro	IPSS – ADCF
	CC das Murteiras	IPSS – ADCF
	CC de Santo Amaro	IPSS – ADCF
	CC da Quinta Falcão	IPSS – ADCF
	CC do Funchal	CMF
	CC Regional	ISSM, IP-RAM
Machico	CC da Bemposta	IPSS – SCMM
Ponta do Sol		
Porto Moniz		
Porto Santo	CC do Porto Santo	GVPS
Ribeira Brava	CC do Lugar da Serra	ISSM, IP-RAM
Santa Cruz	CC da Nogueira	ISSM, IP-RAM
Santana		
São Vicente	CC da Terceira Lombada	IPSS – ADENORMA

Fonte: Auscultação da investigadora

Posto isto, decorrente do diagnóstico social é possível identificar diferentes tutelas dinamizadoras de CC, como observado no quadro, podendo estar na dependência das câmaras municipais, nomeadamente a Câmara Municipal do Funchal (CMF), a Câmara Municipal de Câmara de Lobos (CMCL) ou associações, a saber, a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal, também denominada de *Associação Garouta do Calhau*, que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que neste momento é responsável por cinco centros comunitários: na Várzea, nos Viveiros, nas Murteiras, em Santo Amaro e na Quinta Falcão, de acordo com o descrito no quadro n.º 1.

Na dependência direta da Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo é criada uma infraestrutura da qual surge o CC do Porto Santo. Posteriormente, é extinta esta direção, de forma que para assegurar institucionalmente esta resposta comunitária à população porto-santense, transita, através da Portaria n.º 125/2020, de 14 de abril para o Gabinete do Vice-Presidente no Porto Santo.

CAPÍTULO II – O ENQUADRAMENTO DA ABORDAGEM MULTISSENSORIAL SNOEZELLEN ATÉ AO CONTEXTO ATUAL

Penso com os olhos e com os ouvidos
E com as mãos e com os pés
E com o nariz e com a boca.
Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la
E comer um fruto é saber-lhe o sentido.
Alberto Caeiro (1946)

2. Enquadramento Histórico do Snoezelen

No prefácio de Carvalho, Martins e Vicente (2024), um dos fundadores desta metodologia, Ad Verheul, refere que até na Holanda, onde nasceu este conceito, a palavra Snoezelen é ímpar, pois surge da aglutinação de duas palavras holandesas: *snufflen* (cheirar, explorar) e *doezelen* (tornar-se leve, relaxar).

Sella (2008) remete os efeitos positivos da estimulação multissensorial para o estudo de Cleland e Clark em 1996, dois psicólogos americanos, cuja teoria preconizava a promoção de “meios para que fossem melhorados significativamente o desenvolvimento, as comunicações e as formas de relacionamento, bem como as maneiras dos indivíduos com deterioração, hiperatividade e autismo, através da estimulação dos sentidos” (p. 17), pelo que utilizaram salas específicas para o seu estudo.

O Snoezelen foi desenvolvido no Instituto De Hartenberg, na Holanda, num centro destinado a pessoas com deficiência profunda e multideficiência em regime de internato, através de dois terapeutas, Jan Hülsegge, musicoterapeuta e Ad Verheul ergoterapeuta. Estes profissionais não se reviram na abordagem assistencialista, embora fosse prática comum nesta época, pelo que se propuseram a adaptar e criar materiais que pudessem neutralizar o ambiente hospitalar e introduzir progressivamente estímulos sensoriais baseados em cores, luz, texturas, aromas e sons diversos adequados à estimulação multissensorial. Posteriormente, criaram uma sala destinada aos utentes do instituto, onde pudessem interagir dentro de um ambiente específico, protegido, intuitivo e previsível com o propósito de proporcionar relaxamento através da estimulação multissensorial, em oposição ao ambiente clínico e estéril a que estavam sujeitos, o que resultou numa experiência com resultados positivos significativos.

De acordo com Martins (2016), a partir da Holanda, a filosofia Snoezelen foi sendo disseminada pela Europa no decorrer dos anos 80, com base nas evidências verificadas pelos pioneiros e pelo interesse dos profissionais. Inicialmente a vizinha Dinamarca, depois Bélgica, Inglaterra, Suécia, na década de 90 noutros tantos países da Europa, mas também na Rússia, Estados Unidos da América, Emirados Árabes, Austrália, China e já no decorrer do novo milénio no Japão, Coreia, chegando a Portugal no ano de 2005, com a primeira sala Snoezelen a surgir na Associação Portuguesa de Familiares e Doentes de Alzheimer, em Lisboa, apoiada pela Fundação Calouste.

Sella (2008) refere que embora esta filosofia já ser aplicada na Europa e em Israel, foi criada na América do Norte, em 2005 a Associação Americana dos Ambientes Multissensoriais (AAMSE), com o intuito de “ fortalecer a consciência, a informação e a pesquisa em torno do conceito multissensorial e dos efeitos positivos que são capazes de produzir” (p.18).

Na RAM, mais precisamente no concelho do Funchal, o Snoezelen surgiu primeiramente numa Instituição Particular de Solidariedade Social que atende crianças e jovens com multideficiência em regime de internato, no decorrer do ano de 2005, fruto da disseminação através da formação que decorreu no continente português, e “utilizado por diversos técnicos, do centro – fisioterapeutas, terapeuta ocupacional, psicólogas, docentes especializados, animadora sociocultural” (Mendes et al., 2011, p.16). Paulatinamente, foram surgindo salas com esta especificidade espalhadas, inicialmente mais no concelho do Funchal e posteriormente na Ribeira Brava e em Machico. Predominantemente vocacionadas para pessoas com necessidades específicas, mas também reconhecida como recurso na intervenção precoce de crianças com atraso de desenvolvimento.

Embora a abordagem Multissensorial Snoezelen (AMsS) fosse inicialmente concebida para as pessoas com incapacidade intelectual profunda, a sua aplicação foi sendo reconhecida em “adultos mais velhos com demência” (Carvalho, et al., 2024, p.14). Posteriormente o público-alvo foi sendo cada vez mais alargado, pelo que o co-fundador do conceito Snoezelen – MSE (Multissensorial Estimulation) adita que “o Snoezelen é uma ótima abordagem que pode ser inteiramente integrada na vida diária” (p.15).

Esta multiplicidade de utilizações levou à utilização de termos como “*multisensory rooms* or *multisensory environments* rather than Snoezelen rooms.” (Fowler, 2008 p.20), que permite um leque maior de possibilidades de tipos de intervenção potencializado através da especificidade que este ambiente favorece.

2.1 Conceito, fundamento e aplicação

A AMsS traduz-se fisicamente numa “sala rica e maravilhosamente cheia de detalhes em forma de luzes, cores, cheiros, sabores e texturas. É um espaço de prazer, silencioso, com controle de temperatura ambiente e preparado para estimular os sentidos.” (Sella, 2008, p.22). A autora salienta os dois principais propósitos desta sala: “promover a atividade intelectual e incentivar o relaxamento” (p.22) evidenciando que este espaço não se limita aos equipamentos que possui, mas a interação, o relaxamento ou estimulação que proporciona.

O princípio básico definido pelos seus mentores é aparentemente simples, e traduz-se na ação não diretiva de que, no Snoezelen, *nada tem de ser feito, tudo é permitido* Verheul (2014), ou seja, possibilita que a Pessoa tenha o tempo e o espaço necessário para usufruir do tipo de estímulo sensorial que mais lhe agrada de acordo com o seu ritmo, preferências, motivações e interesses. A motivação da Pessoa não deve ter por base o que o terapeuta ou cuidador determina mas pelo ambiente e pelo material presente na sala, pelo que “at the same time the environment should bring the necessary peace and quiet to make relaxation possible because experiencing the direct environment, taking it all in and passively enjoying it are already outcomes” (p.26).

De acordo com a Associação Internacional Snoezelen – Ambientes Multissensoriais (ISNA-MSE), enquanto organismo reconhecido mundialmente nesta área de Multi Sensory Environment (MSE)³ - estimulação multissensorial “Snoezelen, esta palavra holandesa especial, expressa como nós – enquanto seres humanos – entramos em contacto com o mundo em nosso redor de uma forma que nos faz sentir vivos” (p. 17). Pode advir tanto da intervenção terapêutica como de um suporte complementar, propõe-se criar “oportunidades nas quais os sentidos sejam estimulados, com diferentes finalidades, e a partir de diversas situações” (Martins, 2016, p.93).

Durante algum tempo foi debatido se se deveria construir salas Snoezelen, com ênfase no lazer, ou salas multissensoriais com o foco na educação e no treino de habilidades, mas rapidamente se chegou à conclusão de que estes dois objetivos não se excluem mutuamente. A sala pode ser usada de diferentes formas, dependendo do equipamento utilizado e de como a sala é preparada para ser utilizada de acordo com as especificidades do utilizador, o que refletiu numa alteração na forma como é concebida a sala abrangendo ambos os tipos de intervenção (Tradução livre, Fowler, 2008 p.20).

³ <https://isna-mse.org/brochure-mse/>

A aplicabilidade da AMsS é abrangente, surgindo nos mais diversos contextos transversais nas idades e propósitos, em áreas tão distintas como o lazer, saúde e educação. Ocorre maioritariamente num ambiente específico arquitetado de forma a incluir todas as pessoas, com e sem limitações físicas, cognitivas ou sensoriais nomeadamente com demências, perturbações no neuro desenvolvimento (perturbação da capacidade intelectual, perturbação do espectro do autismo), doenças oncológicas, dor crónica, depressão e ansiedade. O Snoezelen, traduz-se conseqüentemente, num ambiente específico criado para promover aos seus utilizadores “um sentimento agradável de processos de autorregulação” (Paulo & Casado, 2021, p. 24).

Esta abordagem não farmacológica é descrita como vasta e dinâmica, assente em conhecimentos científicos, onde se constrói uma estreita relação entre a Pessoa que utiliza e o profissional habilitado, num ambiente controlado e previsível, onde são oferecidas múltiplas possibilidades de estimulação sensorial. Com o intuito de estimular não só os sentidos primários, como a visão, a audição, o olfato, o tato, o paladar, mas também os sentidos vestibular e proprioceptivo (Carvalho et al., 2023), o que proporciona um estado de relaxamento que promove o bem estar nas suas diferentes vertentes.

2.2 Snoezelen: O Mundo dos Sentidos

Para Thiry (2014), fundador do Snoezelen Sans Frontières, o Snoezelen “est un art de la relation basée sur la sensorialité” (p.67) cujo principal pilar é a qualidade, não só do momento, como do espaço e do próprio tempo. O autor explica que

Un environnement sensoriel, lumineux, visuel, sonore, gustatif, odorant, tactile, kinesthésique est proposé pour favoriser une communication entre des personnes parfois très fragilisées et celles qui accompagnent, éducateurs ou soignants, sur un mode d'égal à égal permettant le rapprochement des affects et favorisant la communication (p.67)

Thiry (2014) defende que enquanto seres sociais precisamos nos comunicar, nos fazer entender, pelo que a estimulação multissensorial promove a comunicação, em particular entre a pessoa em situação de fragilidade com a o seu cuidador/educador/terapeuta. A comunicação pode ser verbal, ou não verbal. A comunicação verbal é o modo mais completo que subentende a fala, a linguagem, ou seja um sistema de sinais linguísticos, vocais, gráficos ou gestuais cuja fragilidade é o facto de não ser universal, mas cultural. A

comunicação não verbal não utiliza palavras, mas idiosincrasia, ou seja, a capacidade que a pessoa tem de se expressar através de expressões faciais, corporais e gestos.

Dos benefícios apontados para o AMsS, prende-se com a melhoria “do desenvolvimento do pensamento, da inteligência e das habilidades sociais” (Sella, 2008, p.23). Neste contexto, Pedro (2019) reforça que percepção sensorial é “traduzida em sensações, interpretada pelas emoções e transformada em memórias” (p.60) pois, na verdade, toda a experiência humana ocorre através da unidade corpo-cérebro, sendo que a sua interpretação decorre dos sentidos. Serrano (2021) corrobora, pois de acordo com a autora, “cada resposta a uma sensação inicia ou fortalece ligações no cérebro, e assim a experiência sensorial vai ajudando à formação do sistema nervoso”(p.12). A compreensão, a cognição, a consciência de si e do mundo que rodeia o ser humano, são edificados através dos sentidos ainda durante o processo de vida intrauterina, pelo que o seu subdesenvolvimento poderá comprometer a capacidade adaptativa e / ou comportamental. Com efeito, os nervos e gânglios nervosos, que embora não fazendo parte do sistema nervoso central (SNC) são constituintes do sistema nervoso periférico (SNP) responsável por reagir ao estímulo externo, podendo ou não acontecer de forma voluntária.

De facto o processamento sensorial é um termo abrangente que diz respeito ao ponto de contacto para a passagem da sensação à percepção, ou seja, “é a capacidade de registar a informação sensorial, interpretando e armazenando a informação do estímulo, para que futuramente possa ser usado como base para a percepção e a ação”(Serrano, 2021).

Dos sistemas sensoriais, ou órgãos dos sentidos, serão aqui abordados os mais significativos – tátil, vestibular, proprioceptivo, paladar, audição olfato e, por último mas não menos importante, a visão.

O sistema tátil é constituído pela pele, o órgão sensorial mais extenso, pois recobre integralmente o corpo humano, atuando como uma barreira física e sensorial entre o organismo e o meio externo. É através do tato que “ é possível adquirir conceitos como as texturas dos objetos, a temperatura, as formas, etc.”(Serrano, 2021, p.15) e perceber o perigo.

O sistema vestibular é responsável pelo equilíbrio, cujos recetores estão situados no ouvido interno, “é estimulado pelos movimentos da cabeça, pescoço, olhos e movimentos do corpo do meio. Responde à lei da gravidade e regista a posição que os nossos corpos têm em relação à Terra”(p.17), ou seja, a sua maturação é fundamental para que no caso das crianças, possam “ter a capacidade para estar direita em relação à gravidade, com equilíbrio,

sentada, e controlar o movimento dos olhos, para estar pronta para prestar atenção e assim aprender numa sala de aula”(p.19).

O sistema propriocetivo, diz respeito à consciência do nosso próprio corpo sendo que os seus recetores “estão localizados nos músculos, articulações e ligamentos”(p.20), permite-nos situar no espaço, sem chocar com os elementos que nos rodeiam e termos perceção da força que precisamos exercer no decorrer das diferentes atividades. A autora acrescenta que “a informação do sistema propriocetivo junta-se no cérebro à informação do sistema vestibular e, em conjunto, tornam possível regular a postura e o tónus muscular. Em conjunto informam-nos se estamos de pé ou sentados, dobrados, encostados, esticados ou encolhidos”(p.20).

O sistema gustativo está localizado na língua e permite-nos sentir as diferentes sensações de sabor – doce, azedo, ácido – no entanto, a experiência de degustar um alimento está intrinsecamente ligado a outros sistemas sensoriais, nomeadamente o olfativo, o tátil, o propriocetivo, o visual e o auditivo, “esta junção de sensações faz com o sabor seja uma experiência multissensorial”(p.23)

O sistema auditivo está localizado no ouvido interno e capta as ondas sonoras, ou seja, está estreitamente ligado à capacidade de rececionar ou não os sons. O processamento sensorial auditivo é integrado com as informações dos sistemas vestibular, visual e propriocetivo, “no tronco cerebral e depois viaja para outras partes dos hemisférios cerebrais. É a integração da informação auditiva com a dos outros sistemas que nos torna capazes de interpretar os sons que nos são significativos, como, por exemplo, os da fala”(p.23).

Ao sistema olfativo está inerente os odores que são rececionados pelo “revestimento poroso das cavidades nasais. Aqui as moléculas ligam-se aos neurónios sensoriais olfativos e viajam para o sistema límbico” (p.24) assim. este sentido está diretamente associado às emoções.

Em conformidade com Serrano (2021) “de todos os sistemas sensoriais, a visão é um dos mais complexos”(p.25), pois consiste na captação da luz através da retina e a sua descodificação no córtex visual o que se traduz não só na acuidade visual, mas também na discriminação de cores, grandezas, formas, justificando que “é através da constante informação sobre o contexto visuoespacial, juntamente com o varrimento visual, que, ao detetar as mudanças no meio, o indivíduo tem capacidade para antecipar, planear, monitorizar e corrigir interações”(p.27) e desta forma possibilitar a adaptação ao meio.

Com efeito, existem diferentes formas de sentir, pois “o organismo humano possui uma série de estruturas nervosas destinadas a captar, veicular ao sistema nervoso central e

interpretar diversos tipos de sensações” (Almeida, 2018, p.171). O autor identifica três categorias, a que chama de sensibilidades, de recetores de sensações:

1. sensibilidade somática, diz respeito à informação captada pela superfície corporal, que se traduz na “dor superficial, a temperatura, o tacto, a pressão superficial, a vibratória, ou palestésica, e a postural, ou proprioceptiva” (p.172);
2. sensibilidade visceral, cuja informação provém das estruturas ou componentes internos do organismo, como a dor e a pressão profunda;
3. sensibilidade especial, “ou sentidos, que captam certos estímulos muito particulares do ambiente, por meio de receptores específicos” (p.171).

De acordo com Pagliano (2012) para que o recetor possa ser despoletado, é necessário haver um estímulo, ou seja, “the type of stimulus must match the transduction capability of the receptor”(p.12) referindo que, o ser humano possui seis tipos de recetores, nomeadamente, os quimiorrecetores, que são provocados por estímulos químicos, como o olfato e o paladar, ao que Martins (2016) adita os “mecanorreceptores, que são sensíveis a variações de movimento, energia mecânica e força, como os responsáveis pelas sensações tácteis e auditivas” (p.53); nocirrecetores, que respondem ao dano nos tecidos, ou seja, a percepção da dor; fotorrecetores, que são sensíveis à luz, como a acuidade visual; “proprioceptores, que estão localizados principalmente nas articulações, músculos e tendões, e que dão ao sistema nervoso central informações sobre a posição do corpo e sobre a força que é necessário aplicar” (p.53), como a propriocepção e os termorreceptores, que reagem à temperatura, no caso, a pele.

Face ao exposto, não só “as sensações são peças dispersas de informação que devem ser organizadas e interpretadas pelo sistema nervoso central para que o nosso corpo e mente se possam adaptar ao mundo à nossa volta” (Serrano, 2021, p.11) mas também para adaptar-se ao meio cultural e social.

Com efeito, para que seja possível entender os benefícios de AMsS é pertinente compreender a plasticidade cerebral, por possibilitar a modificação e adaptabilidade às necessidades de desempenho das diferentes estruturas do corpo humano, pois “a sala multissensorial, trabalhando com os cinco sentidos do corpo humano, os quais são a porta de entrada para a recepção de estímulos, facilita a atividade cerebral, auxiliando a ocorrência de plasticidade” (Sella, 2008, p.60).

A estimulação multissensorial refere-se, pois, a uma experiência sensorial integral que ativa um conjunto de recetores captados pelo sistema nervoso que permite que estejamos

cientes ao receber a informação sensorial de forma a organizar, interpretar e agir sobre elas através de um fluxo contínuo entre os sentidos e o cérebro Pagliano (2001).

2.3 As Esferas de Atuação e Contributo Terapêutico

Pagliano (2001) destaca a versatilidade da sala destinada à abordagem Snoezelen, pela sua multifuncionalidade, pois os seus utilizadores são de variadas faixas etárias que vai desde crianças pequenas até à população sénior. As razões para as Pessoas utilizarem a sala são distintas e poderá ser pela deficiência, nas suas diferentes vertentes, na demência e outras patologias ligadas à gerontologia, na saúde mental, na educação e assistidos por diferentes facilitadores de acordo com o pretendido, que podem ser professores, terapeutas, pais, cuidadores, psicólogos, assistentes sociais e enfermagem, com diferentes propósitos, desde o lazer, terapia e educação. (tradução livre, Pagliano, 2001, p.5).

Com efeito, Baillon, S., Erik van Diepen, E. e Prettyman, R. (2002) aditam áreas, que na sua perspectiva, estão mais disseminadas na abordagem multissensorial Snoezelen. Realçam, sobretudo as dificuldades de aprendizagem do adulto, na demência, nas crianças com necessidades específicas, pediatria, maternidade, nos cuidados da dor crónica, na área da psiquiatria e em casos de acidente vascular cerebral e de lesão cerebral traumática.

Apoiada na presunção de que o Snoezelen é uma abordagem que facilita o bem-estar, de forma a “favorecer o desenvolvimento e ampliação das conexões neurais no cérebro, podemos afirmar que a Estimulação Multissensorial na abordagem Snoezelen pode estar em qualquer lugar” (Pereira, 2021, p.18). A autora defende ainda que, apesar da sua aplicação estar prevista em ambientes adaptados, este ambiente pode ser facilmente moldado, sempre de acordo com as necessidades e preferências do utilizador, todavia não deixa de enfatizar a necessária qualidade do vínculo afetivo, interação, comunicação e empatia entre o utilizador e o facilitador de onde sobressai o fator fundamental, o relacional, enquanto fator determinante para garantir a segurança que potencia o melhor proveito da sessão.

Ao longo da pesquisa na literatura disponível, verifica-se uma multiplicidade de utilizações através das quais o Snoezelen é apontado como resposta de referência. De forma ilustrativa apresentam-se alguns dos exemplos de trabalhos de investigação através do qual é possível compreender a sua transversalidade nas áreas de intervenção e ao longo da vida.

Assim, enquanto ferramenta “para promover o conforto materno-fetal” (Parreira, 2018, p.42), no âmbito da saúde materna e obstetrícia; na intervenção precoce, de forma a otimizar os recursos existentes na comunidade (Rafael & Piscalho, 2017); nas diferentes

áreas da deficiência mais específicas, como a Perturbação do Espectro do Autismo (PEA) que sendo uma alteração crónica no neuro desenvolvimento, reflete-se na integração sensorial a intervenção precoce poderá melhorar o prognóstico, assim, a estratégia de intervenção é fundamentalmente educacional, numa perspetiva de “desenvolvimento e treino de competências de comunicação e comportamento” (Paulo & Casado, 2021, p.26) devendo ser multidisciplinar e integrada de forma a fomentar a autonomia e o desenvolvimento da criança e das suas competências; na paralisia cerebral, que se traduz numa disfunção motora de variada complexidade.

Teixeira (2014) refere que a abordagem multissensorial promove a “estimulação primária nas pessoas com danos neurológicos” (p.24) pois possibilita alternativas de estimulação sensorial nas pessoas com incapacidade perceptiva, com multideficiência, dificuldades específicas de aprendizagem, que a autora, apoiada em Viegas refere que esta abordagem

proporciona um aumento da atenção e da concentração; estimula a memória; eleva a consciência pondo em funcionamento a atenção; aumenta a autoestima e desperta as emoções; melhora a criatividade, o desenvolvimento motor, a coordenação e a interação; fornece uma atmosfera de encanto onde as pessoas são capazes de apreciar; desenvolve a comunicação verbal e a interação social; promove o relaxamento físico diminuindo a agressividade; aumenta a oportunidade de escolha; reduz a ansiedade; promove a comunicação partilhada e ajuda a aliviar estados dolorosos (pp.23-24).

e onde, em linha com o estudo de Fábio Ferreira (2015), sugere que há uma tendência para efeitos positivos nos indicadores estudados, nomeadamente a Frequência Cardíaca, a Frequência Respiratória e a Tensão Arterial em pessoas com esta problemática.

A AMsS, é também amplamente utilizada em gerontologia e de acordo com Martins (2016) é onde se tem disseminado nas últimas décadas, pois a “sua utilização prendem-se com o aproveitamento das capacidades sensoriais residuais” (p.118) e remanescentes do idoso (com demência) de forma a promover comportamentos adaptativos, a integração e a comunicação. O trabalho de investigação de Martins (2016), por um lado contraria o estudo de Baillon et al. (2002) que referia que para uma “valid empirical research in this area is

limited owing to studies that lack control conditions and /or have small numbers of subjects” (p.447) mas reforça o que já os autores tendiam nas suas conclusões,

The research literature into the relative merits of multi-sensory therapy may not be substantial, but it does indicate support for the large amount of anecdotal evidence which claims that this activity is an effective and appropriate therapeutic intervention for people in mental health care (p. 449)

Martins (2016) esclarece que os benefícios do Snoezelen em pessoas com deficits “numa base observacional, estão a exploração do meio, o relaxamento, a produção de experiência agradável e o aumento da atenção/concentração/memória” (Martins, 2016, p.130).

O Snoezelen é ainda utilizado na dor crónica, onde “The findings suggest that Snoezelen environments are as effective as, if not slightly better than, teaching relaxation within the traditional pain clinic environment for this group of patients” (Schofield, 2013, s.p.); em cuidados paliativos, já que pode “diminuir a perceção da dor” (Lopes, 2018, p.32) e conseqüentemente no reequilíbrio dos “níveis hormonais de cortisol” (Pereira, 2021, p.45) que se traduz numa melhor qualidade de sono, em suma, na promoção da QdV (Martins, 2016).

2.4 Entre a Teoria e a Prática: o Papel do Profissional

Apoiada em diversos autores, Martins (2016) identifica competências determinantes ao profissional que orienta as sessões, nomeadamente a sensibilidade para interpretar a linguagem não verbal e sinais emocionais da Pessoa que utiliza a sala; ser facilitador promovendo uma abordagem não diretiva; ser mediador entre a Pessoa e o ambiente onde se encontra; criativo, no sentido de ter a capacidade para flexibilizar e adaptar os equipamentos à Pessoa, bem como ter a habilidade de criar materiais mais compatíveis com as necessidades a quem se destina; deve ainda, garantir uma boa condução das sessões e ser observador, de modo a descodificar e adequar as preferências da Pessoa de acordo com a sua dieta sensorial de forma a fazer o registo da sessão o mais fíável possível e com elementos de avaliação.

Amélia Martins (2016) referencia os quatro eixos através dos quais as sessões devem ser guiadas, em concordância com Line Eschauzier, que se baseiam nas dinâmicas da comunicação não diretiva assentes nos eixos relacional, sensorial, relaxamento e bem-estar. A autora ressalva ainda, a importância de adequar a planificação e a preparação da sessão

Snoezelen, com base no exame das necessidades de cada utilizador, tendo em conta a idiosincrasia da pessoa que está a utilizar, de forma a melhor adequar os diferentes elementos apresentados de acordo com a sua resposta à sua dieta sensorial, pelo que “é essencial a formação dos cuidadores / terapeutas” (Martins, 2016, p.112). A eficácia de uma sessão Snoezelen está fundamentalmente assente na existência do eixo relacional e no nível confiança, porque só assim a Pessoa a quem está a ser aplicada esta filosofia poderá, usufruir dos seus benefícios.

Pagliano (2012) refere algumas das características que, no seu entender, devem estar presente no facilitador, nomeadamente a congruência e justifica que “the reason congruence is so central is the sincerity must be extended or modelled to the participant to help the participant achieve greater congruence in his or her own life” (p.84); a confiança já que esta é um “by-product of a caring relationship” (p.84) que permite que a Pessoa se sinta segura no desenrolar das atividades multissensoriais e é “thought trust a special participant-practitioner relationship emerges” (p.84). Não obstante, o autor chama a atenção, neste ponto, para a questão ética e o estabelecimento de fronteiras estabelecidas pela Pessoa, e acrescenta a importância do profissionalismo, pelo que “the relationship is not equal so it is not a friendship relationship and it is inaccurate to call it one” (p.84).

No que diz respeito à questão ética, Pagliano (2012) estabelece o contraponto entre a beneficência e não maleficência na medida em que “beneficence is the idea of acting only to benefit the participant, while non-maleficence refers to doing no harm” (p.87) pelo que deste modo o autor considera as palavras-chave para a “ethical practice” (p.87).

Relativamente às fronteiras Pagliano (2012) refere cinco: a propriedade, o espaço, o comportamento, a linguagem verbal e não verbal e a sensibilidade ao toque nas diferentes partes do corpo. Pelo que o autor enfatiza que a “empathy starts as an effective response where judgement is suspended to better understand the participant’s experiences and progresses to a cognitive response where the understanding is reflected back to the participant in a professional way” (p.86).

Posto isto, Martins (2016) reforça que “na atmosfera de sons, cheiros, gostos, texturas, cores e efeitos de iluminação, o terapeuta acompanha com dignidade e empatia, oferece conforto, respeito, ouve e cuida” (p.112) pelo que o ambiente multissensorial Snoezelen, deve assegurar um espaço seguro, confortável, previsível e prazeroso.

2.5 Estratégias de Intervenção

A AMsS, possibilita responder o mais adequadamente possível ao perfil sensorial da pessoa a quem se destina. Este é o ponto, considerado fundamental no âmbito da intervenção por ir ao encontro do perfil individual, das necessidades, memórias, comunicação, interação, prazer e bem-estar da Pessoa que distancia o modelo Snoezelen, baseado na abordagem não diretiva da intervenção multissensorial *per se*, explicando que esta última se distingue por ser mais orientada e estruturada. Esta abordagem alicerça-se na promoção de respostas adaptativas, não só físicas ou sensoriais, mas também emocionais adequadas, que poderão estar bloqueadas por comprometimentos patológicos pelo que, através da estimulação tendem a proporcionar um profundo bem-estar, combinando deste modo as vertentes passiva e ativa (Pinkney, 2000).

De forma a determinar qual o tipo de intervenção a utilizar em cada caso, é, previamente, definida através de uma dieta sensorial, desenhada de acordo com duas ferramentas de relevância, o perfil sensorial⁴, que permite identificar indicadores como as hipo e hiper sensibilidades o que “permite aceder a informações sobre o estado de cada um dos seus sentidos para ajudar a delinear os objetivos terapêuticos” (Carvalho et al., 2024, p.28) e a sensobiografia que alia duas dimensões que são únicas: a história de vida e as preferências sensoriais da pessoa que vai utilizar.

Hirstwood e Gray (1995) referem que “designing a sensory room is no less of a journey” (p.18) que passa por definir o destino, o mapa do caminho e o meio de transporte a utilizar para lá chegar, esta metáfora ilustra a necessidade de uma boa planificação de forma a conseguir alcançar o objetivo. Cada uma destas etapas são fundamentais tanto para assegurar que a Pessoa que utiliza a sala tire o maior partido possível da sessão, como recolher referências para potenciar as sessões seguintes.

A construção de um ambiente destinado à intervenção multissensorial Snoezelen poderá variar tanto nas características, como na dimensão da sala, e no tipo de equipamentos utilizados, de forma a ir ao encontro das necessidades do público-alvo e dos objetivos a que se destina.

O conceito de sala branca é o mais aproximado do conceito iniciado em De Hartenberg. Apresenta paredes, chão e teto pintados de branco, uma vez que esta opção possibilita adequar o ambiente às diferentes solicitações através da utilização das diferentes das cores da projeção tanto de imagens, como dos tons das luzes. Para garantir este ambiente,

⁴ <https://kitrin.com/wp-content/uploads/2021/02/Adult-sensory-profile.pdf>

as janelas devem ser protegidas por estores, ou outra opção que garanta escurecer a sala durante a sessão, sem descuidar a devida ventilação. Quanto à localização da sala deverá ser, preferencialmente, numa zona mais resguardada do edifício, de forma a garantir o menor ruído exterior ou protegendo as paredes através de isolamento acústico (ex: mantas de borracha ou de espuma grossa).

Para Pagliano (2012) esta é uma opção indicada para lazer, terapias e para a intervenção educacional. Esta tipologia de sala, é a opção mais comumente usada nas salas destinadas à intervenção multissensorial Snoezelen, por fomentar a “calma e conforto, com recurso a vibrações e sons mais ténues” (Agapito, data p.152)

Contudo, Hirstwood e Gray (1995) referem a possível desvantagem que poderá advir de uma sala totalmente branca, pois que pode correr o risco de ser motivo de stresse para alguns indivíduos, por não ter visível pontos de referência como a localização da porta. No entanto, admite que

The lack of colour in the decor of the *White Room* may be seen as offering very little stimulation in itself and the attention can be on the activity carried out, rather than being distracted by bright coloured furniture and hard uncomfortable floors (p.21)

o que torna esta sala mais versátil, sendo por isso a mais comum. Este é um ambiente propício para utilizadores com limitações sensoriais inclusive “those with cortical visual impairment” (Pagliano, 2012, p. 70).

A par do aspeto visual, deverá ser ainda tida em atenção a temperatura da sala pois, Hirstwood e Gray (1995) argumentam que “the room temperature can make or break a session. None of us will relax or perform well if we are either too hot or too cold” (p.41). Quanto ao chão, autores, nomeadamente Baillon, Diepen e Prettyman (2002), referem que deverá ser de acordo com o tipo de pessoas que utilizará a sala, podendo ser texturizado ou acolchoado e o tipo de assentos poderão consistir em pufes, cadeiras ou camas especializadas com colchões de água.

A principal utilização da sala negra, na visão de Pagliano (2012) prende-se com os benefícios para a estimulação visual, tanto ótica quanto cortical. Esta opção consiste na escolha da cor preta para cobrir todo o interior do espaço, de modo a permitir tirar o maior partido do contraste produzido pela *luz negra* também conhecida por *luz ultravioleta* nos diferentes materiais, como a plasticina, luvas ou brinquedos brancos, ou com elementos fluorescentes, brilhantes, *néon* ou, pois ao contrário da sala branca, “black soaks light in, so offers very little reflection and glare” (Hirstwood & Gray, 1995, p.22). A opção pela sala

negra permite que as pessoas com baixa visão, tenham a oportunidade de interagir melhor nas atividades tirando partido do alto contraste das cores, que poderão facilitar e encorajar exercícios diversos, como o reconhecimento visual, diferenciação, coordenação óculo-manual e também atividades recreativas (Pagliano, 2012).

Contudo, Hirstwood e Gray (1995) referem que à semelhança da sala branca, poderá provocar desconforto ou receio, no entanto tanto numa como noutra “ may help a person to function in a comfortable environment which offers little stimulation except the equipment used” (p.23), ou seja, aqui o determinante são os objetivos e a seleção do equipamento adequado à sua concretização, bem como uma boa orientação do profissional especializado.

Além dos espaços referidos, que são os mais comuns, existem ainda espaços que podem ser incrementados com o intuito de serem adequados à estimulação multissensorial.

Os jardins sensoriais, são exemplo disso por serem espaços ao ar livre, onde “a disposição maravilhosa das cores e aromas e dos sons, junto com as experiências táteis das texturas” (Sella, 2008, p.100) que promovem o desenvolvimento das habilidades motoras.

Com excelentes resultados em particular do sistema proprioceptivo tanto estático quanto dinâmico, o recurso à piscina de hidroterapia, onde a temperatura da água é recomendada ser estabelecida entre os “92-96°C, provida de um sistema de som e luzes de alta qualidade, produz um ambiente de profundo relaxamento”(Sella, 2008, p.98). A autora salienta os benefícios deste ambiente, naturalmente relaxado, em particular para pessoas com dificuldades motoras, e justifica que:

1. A água morna ajuda a libertar as endorfinas, dirigidas para as regiões de dor, relaxando os músculos.
2. A piscina permite que essas pessoas com mobilidade limitada experimentem uma facilidade maior dos movimentos e uma independência, mesmo com a sustentação e salva-vidas.
3. A sensação de flutuar acalma as pessoas agitadas e oferece à pessoa uma quantidade direta de estímulos sensoriais sem sobrecarga sensorial.
4. Oportuniza a socialização entre pais e filhos, onde podem se encontrar com outras crianças com necessidades e informações similares (Sella, 2008, p. 99).

Na visão de Sella (2008) os equipamentos gerais deverão estar “intrinsecamente relacionado à qualidade e diversidade do material disponível dentro da sala sensorial” (p.104), pois irá se repercutir nos resultados obtidos.

Os equipamentos deverão ser selecionados de acordo com o perfil do público-alvo e os objetivos a atingir, pelo que Martins (2016) aponta o som e a luz como determinantes neste ambiente e aporta, corroborando com diversos autores, que “para a planificar e instalar o ambiente Snoezelen, é importante realizar um cuidadoso exame às necessidades do público-alvo que se vai acompanhar (...) pelo que é essencial a formação dos cuidadores / terapeutas” (p.112).

De acordo com a autora destacam-se diferentes elementos base, cujo objetivo deverá proporcionar sensações e estímulos distintos, nomeadamente:

- Elementos vibroacústicos, tais como as colunas de água, o colchão de água aquecida que propaga a vibração do som da música emitida através de *subwoofer* e outros sistemas vibratórios, associados aos sentidos da audição, vestibular e tátil;
- Elementos auditivos, que deve ser harmonioso e calmo privilegiando músicas de baixa frequência, já que esta promove a redução da frequência cardíaca e como consequência a oxigenação do sangue (devendo ser ambas monitorizadas);
- Elementos táteis que podem estar dispostos no solo, em painéis ou de forma individualizada através de tecidos, e materiais;
- Elementos de equilíbrio, que estimulam o processamento vestibular e passa por diferentes tipos de baloiços, piscina de bolas, colchão de água e outros equipamentos *soft and play*;
- Elementos visuais que ao proporcionar o processamento visual e percepção visual estímulo visual possibilita “perceber as reações, fixação, contraste, seguimento visual e estimulação cognitiva” (p.110) podendo ser utilizados equipamentos como projetor de efeitos visuais, tapete ou teto tipo *via láctea*, painel de luzes, *soundbox*;
- Elementos olfativos e gustativos podendo recorrer aos diferentes tipos de óleos essenciais, pelo que a autora referencia Rodríguez reforçando com o facto de que “são dois sentidos optimizadores da percepção sensorial pela sua capacidade de apelar à memória emocional” (p.110).

A par da variedade e das especificidades dos elementos descritos, existem ainda equipamentos denominados de *causa efeito* que se caracterizam pela interação que proporcionam. Através destes *equipamentos*, a Pessoa que utiliza a sala, tem a possibilidade de verificar automaticamente que a sua ação produz um efeito, ou seja, por exemplo se a

Pessoa clicar num controlador de luzes com o *switch*, ligado por *wi-fi* a equipamentos com luz, como as fibras óticas ou a coluna de bolhas, consegue alterar, por exemplo, a sua cor.

Deste modo, é possível utilizar estes equipamentos para promover a compreensão da ação motora e respetivo efeito, estimular a coordenação óculo-manual e a memória. Também muito usado na aprendizagem, de forma lúdica, das cores, dos números, formas geométricas, letras e palavras na língua que se quiser trabalhar, pois estes equipamentos podem ser programados de acordo com o pretendido.

Para que a Pessoa possa tirar pleno proveito do espaço e dos equipamentos, de acordo com o seu ritmo, às suas necessidades e expectativas, a qualidade da presença do terapeuta e a sua capacidade de adaptação às características da Pessoa, é fundamental. Pelo que, Paulo e Casado (2021), aludem que, de forma a promover a construção de uma relação de confiança, enquanto elemento-chave para potenciar a sessão.

Por conseguinte, os benefícios associados à Estimulação Multissensorial Snoezelen são a regulação emocional e sensorial, o relaxamento, a redução dos níveis de ansiedade e cortisol, a melhoria do sistema imunitário e sistema cardiovascular, a melhoria do sono, a melhoria da capacidade de comunicação e interação, o maior sentimento de empatia e relação afetiva agitação motora e as tensões o que proporciona sensações de bem-estar e de segurança.

2.6 Avaliação: O Pilar na Intervenção Multissensorial Snoezelen

Pagliano (2012) enfatiza a necessidade de manter uma avaliação contínua das sessões Snoezelen, baseada nos registos escritos, *feedback* da Pessoa e através das observações pois um terapeuta cuidadoso não toma nada como garantido então “constantly checks and rechecks that the treatment is progressing satisfactorily and in the manner predicted” (p.91). O autor defende que, o terapeuta pode contar com inúmeras ferramentas que o ajudam a monitorizar o que se está a passar, que aliadas ao *feedback* da Pessoa permitem um resultado mais de acordo com o que realmente se passa. O autor explica que “to achieve this practitioners use triangulations, a processo of data validation through cross verification. Triangulations often involves the comparisons of three different measures. Measures may differ by observer, time, locations theoretical stance or data gathering method” (p.91)

O enquadramento da avaliação na abordagem multissensorial não é simples, pelo que Pagliano (2012) recomenda que os seus indicadores assentem em quatro grandes pilares abrangentes e de forma interligada: o bem-estar, o desenvolvimento, a aprendizagem e a

funcionalidade, porque “conducting assessment that focuses on just one area does not adequately cater to the exceptional needs of participants” (p.92-93), sem descurar o facto de que cada Pessoa é única e esta “it is not a *one size fits all* aproach” (p.94).

Martins (2015), refere no seu trabalho a inclusão de indicadores visuais nomeadamente o comportamento, a presença ou não do sorriso e a manifestação de dor, bem como “medidas de natureza fisiológica recolhidas pelos cuidadores, designadamente, o pulso, a tensão arterial sistólica e diastólica, e a oxigenação sanguínea” (p.21), pelo que o seu “estudo aborda, sem nela se centrar, a relação existente entre as medidas de bem-estar” referentes à utilidade instantânea e a recordada da abordagem Snoezelen em idosos institucionalizados. Um outro estudo, desta feita realizado por Ferreira (2015), embora não executado em ambiente laboratorial, referente aos efeitos da estimulação multissensorial Snoezelen em adultos com paralisia cerebral e referencia igualmente a utilização de indicadores antes e depois da intervenção, mensuráveis através da tensão arterial, da frequência respiratória, da frequência cardíaca, da dor (com a utilização da Versão Portuguesa da Escala Face, Legs, Activity, Cry, Consolability – Revised), espasticidade, rigidez e elasticidade bem como do comportamento sendo este último dirigido à família. Em conclusão o autor refere uma evolução positiva da AMsS “nas pessoas com PC nos diferentes parâmetros em estudo, nomeadamente na FC, FR, TA, dor crónica e ao nível do comportamento” (p.71).

Paulo e Casado (2021) identificam indicadores como o grau de relaxamento, o nível motivacional e o bem-estar emocional, concluindo que “através da estimulação multissensorial, aplicada de forma ajustada às capacidades presentes, facilita-se as possibilidades de ação da pessoa, e as respostas adaptadas á situação” (p.32).

Em suma, as sessões de intervenção multissensorial Snoezelen deverão ser avaliadas de forma a poder compreender e chegar à Pessoa através da utilização desta filosofia, pelo que “it is a dynamic process consisting on ongoing purposeful information gathering, analysis and reflection” (p.94) possibilitando a expansão dos limites sensoriais da Pessoa, ajustando os objetivos da intervenção sempre que necessário. Só através do estabelecimento de relações confiança e de uma avaliação adequada, é possível redesenhar o ambiente de acordo com as necessidades da Pessoa naquele momento. Com efeito, Pagliano (2012) refere ser fundamental que terapeuta domine quatro eixos do saber prático, “to know how to design the environment, to know what stimulation to use, to know why it is being used with a particular participant and to know when to use it”(p.132), pois permite flexibilizar e adequar

o ambiente e consequentes estímulos através de um *design* centrado na Pessoa que em última instância revela-se determinante na QdV da Pessoa.

CAPÍTULO III A COMUNIDADE – POLÍTICAS SOCIAIS

3. Contextualização da Comunidade na Atualidade

“Da infância à reforma, as políticas sociais estão presentes em todas as etapas da nossa vida” (Parlamento Europeu, 2017, s.p.)⁵. Ao iniciar este capítulo com esta citação pretende-se refletir a importância das políticas sociais na vida da comunidade. Com efeito, autores como Marshall (1950), Amartya Sen (1999) e Esping-Andersen (1990) consideram que as políticas sociais são ações governamentais ou institucionais cujo intuito é melhorar o bem estar da população, combater as desigualdades e promover a inclusão ideais subjacente a uma cidadania ativa. Assim, a sua definição é “cada vez mais influenciada pelas relações bilaterais e multilaterais estabelecidas entre os vários Estados e pela actividade desenvolvida pelas organizações internacionais.” (Decreto-Lei n.º 41/99).

Com o tempo, a sociedade passou a organizar-se como uma comunidade de cidadãos, com leis iguais para todos e representantes eleitos para defender os interesses públicos. O voto tornou-se a principal forma de participação dos cidadãos. No entanto, este modelo baseado apenas nas eleições mostra-se hoje insuficiente, pois não garante uma participação ativa e contínua das pessoas na vida pública. Baltazar (2024) considera que “a globalização falhou no que concerne às questões sociais e ambientais” (p.4), pois

quer seja ao nível internacional, nacional, regional ou local, a resposta organizada a tais situações de privação que afectam um número muito alargado de indivíduos surge através das denominadas políticas sociais, que têm como principal finalidade prevenir, atenuar ou resolver esses problemas sociais e que se traduzem em situações de exclusão social e pobreza (p.4).

Giddens (2005) compara a democracia que funciona bem, como um banco de três pernas, onde o “governo, economia e sociedade civil têm de estar em equilíbrio” (p.77), no entanto não se deve descurar o poder dos *media* na “emergência da sociedade global da informação” (p.77). Eventos determinantes como a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim do *apartheid*, são exemplo de alterações estruturais das quais acreditava-se que só poderia ter fim através da força e violência. O autor defende que o poder político autoritário,

⁵ <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20170616STO77648/europa-social-em-que-consiste-a-politica-social-da-ue>

perdeu pois “o monopólio da informação, em que o sistema político assentava não tem futuro no quadro de total abertura das comunicações globais (p.73).

Perante a constatação de que a educação assenta em ideais políticos, Freire (2012) refere “um sinal dos tempos, entre outros, que me assusta: a insistência com que, em nome da democracia, da liberdade e da eficácia, se vem asfixiando a própria liberdade e, por extensão a criatividade e o gosto pela aventura do espírito” (p.101). Defende que “o discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano” (p.109), pois o “discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões.”(p.109).

Domingues (2005) apoiado no Relatório da World Commission on The Social Dimension of Globalization, apresentado em 2004 pelo Internacional Labor Office, afirma que na dimensão social da globalização está inerente o trabalho, a saúde e a educação, pelo que apraz assumi-lo enquanto “ objetivo de abertura de um espaço de diálogo dirigidos para consensos na ação”(p.47). Para tal, há que ter em conta que estamos perante um “mundo conectado como nunca existiu, mas também interações políticas e sociais entre organizações e indivíduos a nível mundial”(p.47) onde a desigualdade é uma evidência, não pela globalização em si, mas fruto da “utilização que dela está a ser feita”(48). Esta é uma responsabilidade de todos, “dos governos, parlamentos, negócios, trabalho, sociedade civil e organizações internacionais” (p.47), pelo que , deste modo é então possível uma “comunidade global livre, igualitária e desenvolvida” (p.47).

Por outro lado, “existe uma relação direta entre estado da providência e política social, no sentido que não é possível falar de um sem aceitar que nele existe o segundo” (Caeiro, 2015, p.19), pois “o objeto central da política social é a promoção do bem-estar social” (p.29). O autor acrescenta que à política social está inerente a justiça e a equidade pois estes pilares “balizam, ou pelo menos devem fazê-lo, o enquadramento da política social”(p.44), do ponto de vista normativo, por forma a reduzir as desigualdades sociais. Com efeito, é a dimensão económica, que permite a promoção da redistribuição dos recursos e proporciona não só a justiça social como a consecução da coesão social transversais quer na política nacional como internacional (Caeiro, 2015).

Já Garcia (2005) refere o facto de que para o cidadão comum é esperado que seja um cidadão ativo e altamente competitivo de forma a obter “rendimentos que lhe permitam viver dignamente”(p.251). Antes as políticas passivas e ativas, nas cidades europeias, a intervenção do Estado “não conseguiu, porém, evitar dois problemas importantes nas nossas

idades: a pobreza e a segregação social” (p.251) pelo que promoveu o alargamento das distâncias sociais e como consequência um maior empobrecimento na cidade. A autora destaca esta evidência com a utilização dos espaços públicos para o comércio, através da construção de centros comerciais, e o cidadão é cada vez mais distinguido pelo seu poder de compra do que “pela sua capacidade de dialogar e de participar nas tarefas comuns.”(Garcia, 2005, p.251). A autora considera positivo a construção de planos estratégicos locais, como “mecanismos de defesa da esfera de ação local” (p.251), o que permite uma ação concertada entre os vários agentes “empresas, autoridades municipais, organizações comunitárias, sector do voluntariado”(p.251), logo, promotores do desenvolvimento da cidadania local. No entanto, reconhece fragilidades para que seja possível inovar no conceito de bem estar “o que pressupõe enfrentar problemas tais como o elevado número de desemprego, a permanência da pobreza, a captação de investimentos, a integração dos novos migrantes que se deslocam para as cidades para realizar tarefas não qualificadas e mal remuneradas”(Garcia, 2005, p.252), ou seja, a ação das políticas locais enquanto agente económico, revelam-se determinantes para, em última instância, promover a qualidade do bem estar da comunidade.

No entender de Baltazar (2024) denota-se que Portugal há uma vontade de combater a pobreza e a exclusão social, no entanto a autora atribui a sua morosidade à “reconhecida falta de tradição de participação em processos de planeamento da população portuguesa” (p.15).

O Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão, o Pessoas 2030, que surge com o objetivo de “apoiar medidas de política pública que permitam enfrentar os desafios das qualificações da população, do emprego, da inclusão social e, transversalmente, da questão demográfica”, refere que entre 2002-2022,

a percentagem de jovens (dos 0 aos 19 anos) diminuiu em todos os Estados-Membros. A nível da UE, a diminuição foi de 3 pp, de 23% para 20%. Em 2022, O grupo mais jovem (menos de 15 anos), correspondia a 15% da população na UE e a 12,8% em Portugal, denotando a tendência de quebra nos nascimentos⁶.

Ribeiro (2003) constata que “a baixa de natalidade, o envelhecimento da população, a competição em face do dinamismo demográfico da Ásia e as consequências que daí advêm colocam a Europa problemas prementes” (p.76).

⁶ <https://pessoas2030.gov.pt/2023/09/08/demografia-da-europa-2023/>

O Instituto Nacional de Estatística (INE), através dos Censos 2021, aferiu que entre homens e mulheres, existiam, à data, um total de 10 343 066 habitantes, sendo 1 331 188 entre os 0-14 anos de idade, entre os 15-24 anos 1 088 087, com idades entre 25-64 eram 5 500 152 e com 65 e mais anos 2 423 639⁷, mas também que o índice de envelhecimento em Portugal continua a “acentuar-se de forma muito expressiva” (p.20) sendo que a relação é de 182 idosos por cada 100 jovens atualmente, mas “este índice era de 128 em 2011” (Lima, 2022, p.20).

O fenómeno demográfico atual, revela dados claros do envelhecimento populacional, onde presentemente “cerca de uma em cada seis pessoas com mais de 65 anos, este será o caso para uma em cada cinco pessoas até 2030, e cerca de uma em cada quatro pessoas até 2050” (UNECE⁸, 2021, p.1). Estes dados têm sido alvo de atenção por vários organismos de forma a antecipar e mitigar o impacto social e económico para as sociedades.

Para debater medidas relativas a esta temática, foi deliberado o Plano Internacional de Ação de Viena decorrente da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento precedido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1982. A iniciativa seguinte ocorre em 1991 da qual surgem os Princípios das Nações Unidas para os Idosos e, no ano seguinte, a Conferência Internacional sobre o Envelhecimento assume a Declaração sobre o Envelhecimento. Em sequência desta consciencialização, em 1999 é declarado o Ano Internacional das Pessoas Idosas, celebrado desde então no primeiro dia de outubro.

Em 2002, nasce o Plano de Ação Internacional de Madrid sobre o Envelhecimento, desta feita com objetivos mais concretos, no sentido de esboçar políticas internacionais para a promoção deste plano, de forma a efetivar mudança nas diversas políticas e práticas. É então acordada a Declaração Política e o Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento. As recomendações decorrentes destes documentos referem-se não só à qualidade do envelhecimento, mas também à promoção da qualidade de vida e da criação de redes de apoio⁹.

Resultado de um esforço concertado entre diversas estratégias e organizações tanto globais como regionais, surge a Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 com a 75th session agenda, item 131, da Resolution adopted by the General Assembly. Originalmente decorrente do plano de ação sobre o envelhecimento e saúde 2016-2030; da Estratégia Global da OMS sobre Envelhecimento e Saúde; do Plano de Ação Internacional das Nações

⁷ <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011609>

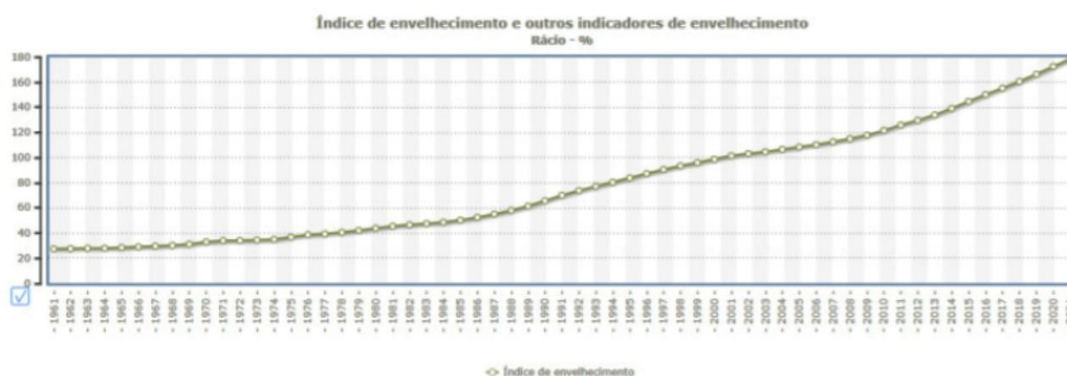
⁸ United Nations Economic Commission for Europe

⁹ <https://unric.org/pt/envelhecimento/>

Unidas para o Envelhecimento; dos ODS e mais recentemente em linha com a Agenda das Nações Unidas 2030.¹⁰ Tendo como pano de fundo a promoção do envelhecimento saudável e melhoria de vida dos idosos, de acordo com as palavras do diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus

The announcement of the UN Decade of Healthy Ageing sends a clear signal that it is only by working as one, within the United Nations system and with governments, civil society and the private sector, that we will be able to not only add years to life, but also life to years.¹¹

Figura 1 - *Índice de envelhecimento demográfico em Portugal*



Fonte: Copyright ¹²

A figura acima revela uma evolução bem clara do índice de envelhecimento demográfico em Portugal desde 1962 até 2021, através da qual se verifica nos dados mais recentes que o rácio apresentado era de 178,4 idosos por cada 100 jovens. Em alinhamento com a Comissão Europeia e o facto sublinhado pelos dados obtidos através dos Censos 2021, que posiciona o nosso país como o “4.º país a envelhecer mais rapidamente” (Resolução do Conselho de Ministros, n.º 14/2024), é aprovado o Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026, com base na estratégia europeia para o envelhecimento ativo e saudável, designado de Livro Verde do Envelhecimento.

O Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável (2024), que tem como objetivos “a manutenção e a recuperação da autonomia e otimização da qualidade de vida” (Resolução do Conselho de Ministros, n.º 14/2024, A.1). Deste plano de ação destaca-se, dos seis pilares estratégicos, a saúde e bem-estar; a autonomia e vida independente; o

¹⁰ <https://cuidarhoje.alcurea.pt/quais-os-objetivos-da-decada-do-envelhecimento-saudavel-2021-2030/>

¹¹ <https://www.who.int/initiatives/decade-of-healthy-ageing/development/process-overview>

¹² <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/01/00900/0003100078.pdf#page=7.01> (pág. 38)

desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida; e a participação na sociedade (Resolução do Conselho de Ministros, n.º 14/2024, A.2) por serem mais relevantes para este estudo.

Em suma, as várias medidas pretendem minimizar as desigualdades, com enfoque nos direitos humanos, assente na QdV, na igualdade de género e na equidade, de forma a assegurar uma maior coesão social, e garantir do princípio da igualdade de oportunidades, com o “objetivo final de criar uma sociedade para todas as idades” (UNECE, 2021, p.67), sem deixar ninguém para trás.

Posto isto, urge assegurar a QdV perante todo o contexto do mundial, um dos maiores desafios do século XXI que tem inevitáveis repercussões sobretudo em áreas como a saúde decorrente dos cuidados médicos necessários ao acompanhamento do declínio natural da senescência biológica, mas por outro lado representa um peso acrescido, que também se reflete na economia social.

3.1. A Qualidade de Vida

O conceito de QdV, que pode abranger muitos significados, tem vindo a merecer um olhar mais atento e holístico e a sua aplicação cada vez mais abrangente o que resulta numa evolução conceptual, de acordo com Verdugo, et al. (2013). Contudo os autores referem que a este conceito, que pretende ser mensurável, está inerente a subjetividade de indicadores como a perceção, os comportamentos e condições específicas sobre determinada dimensão.

Porém, Schalock e Alonso (2002) assumem que a importância de “understanding and applying the QOL concept is critically important for a number of reasons to today’s human service practitioners, including policymakers, researchers, and consumers” (p.4), evidenciando também a sua amplitude e abrangência. Muito embora os autores refiram que o entendimento deste conceito é, sem dúvida, pautado pela “cultural experience and assumptions play an important role in understanding and applying the QOL construct” (p.5), ou seja, dadas as especificidades culturais o entendimento possa ser diferenciado.

Outro aspeto referido por Verdugo et al. (2013) afirmam que os indicadores da QdV “deben ser psicométricamente válidos y culturalmente sensibles, de manera que sirvan para evaluar el bienestar percibido (‘autoinforme’) o una indicación objetiva de las experiencias de vida de la persona y sus circunstancias (‘observación directa’)” (p.447-448).

O conceito de QdV tem sido objeto de estudo em áreas como a educação, a saúde e a área social, de acordo com os autores “education and special education, health care (physical

and behavioral), social services (mental retardation and intellectual disabilities and aging), and families.” (p.11).

Por outro lado e tendo em conta a inevitável ordem natural da vida, Ferreira (2021) considera importante conhecer os principais fatores de risco da patologia mental para promover a “implementação de medidas preventivas dirigidas à melhoria dos índices de saúde mental na população geriátrica” (p.148), nomeadamente as demências, perturbações depressivas e de ansiedade a que Carvalho, et al. (2023), apoiadas na literatura, acrescentam a solidão, sedentarismo, consumo de substâncias, tabagismo, hipertensão arterial e a má alimentação poderão surgir como distúrbios neuro cognitivos.

Branco e Gonçalves (2021), corroboram e reforçam que as necessidades e aspirações desta camada da população, privilegiam os níveis de bem-estar físico, psicológico e social, pelo que destacam ser fundamental garantir meios e recursos para suprimir e adequar as respostas disponibilizadas assentes na “promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos idosos” (p.402).

Portanto, a ação com o idoso deverá ser integrada, ou seja, através da combinação de diferentes tipos de intervenção, nomeadamente a não farmacológica que se apresenta como complementaridade, e que Carvalho et al. (2023) referem a “musicoterapia, a arteterapia, a terapia assistida por animais, a terapia com bonecas, a realidade virtual e a Estimulação Multissensorial de Snoezelen” (p.2), enquanto exemplos de abordagens sensoriais, sendo que o Snoezelen, é considerado uma das mais utilizadas, inclusive na modalidade Snoezelen 24horas, onde todo o ambiente onde o idoso vive, é adaptado de forma a criar um ambiente todo ele mais humanista.

No que diz respeito à educação, esta mudança de paradigma da QdV, de acordo com Verdugo et al. (2013) levam à ao uso do termo *inclusão*, e em congruência com Bradley, Ashbaugh e Blaney (1994), identificam três momentos chave dessa evolução, a institucionalização, a desinstitucionalização e o momento atual, que se pretende ser com o sentido de pertença comunitária.

Com base em estudos prévios de autores de referência, nomeadamente os pioneiros na temática, Campbell et al. (1976), posteriormente Schalock (1996) e Felce (1997) sobre os principais domínios ou dimensões agregadas a este conceito, Schalock e Alonso (2002) concordam em estabelecerem oito dimensões da QdV em concomitância entre as suas características e respetivos indicadores. Para uma melhor perceção, apresenta-se o quadro n.º 2, as dimensões da QdV:

Quadro n.º 2 As dimensões da QdV

DIMENSÃO	CARACTERÍSTICAS	INDICADORES
Bem estar emocional	Sentir-se tranquilo; seguro	Satisfação; autoconceito; ausência de stress e sentimentos negativos.
Relações interpessoais	Relacionar-se com várias pessoas; ter amigos; dar-se bem com as pessoas	Relações sociais; ter amigos claramente identificados; relações familiares; contactos sociais positivos e gratificantes; relacionamento e sexualidade.
Bem estar material	Ter recursos financeiros suficientes para comprar o que necessita e deseja ter; ter habitação e atividade laboral	Habitação; local de trabalho; salário; bens materiais e poupanças.
Desenvolvimento pessoal	Possibilidade de aprender várias coisas; ter conhecimentos e realizar-se pessoalmente	Limitações/capacidades; acesso às tecnologias; oportunidades de aprendizagem; competências relacionadas com o trabalho ou outras atividades; e competências funcionais.
Bem estar físico	Ter saúde; sentir-se em boa forma física; ter hábitos de alimentação saudável	Cuidados de saúde; sono; Saúde e suas alterações; atividades de vida diária; acesso a ajudas técnicas e alimentação.
Autodeterminação	Ter a possibilidade de decidir por si mesmo o que quer, como quer que seja a sua vida, o seu trabalho, o seu tempo livre, o lugar onde vive e as pessoas com quem está	Metas e preferências pessoais; decisões; autonomia e eleições.
Inclusão social	Ir aos lugares da sua cidade ou bairro onde vão outras pessoas e participar das atividades como qualquer pessoa; Sentir-se membro da sociedade e integrado; contar com o apoio de outras pessoas	Integração, Participação, Acessibilidade e Apoios.
Direitos	Ser considerado igual às outras pessoas, ser tratado de forma igual, respeitar a sua forma de ser, opiniões, desejos, privacidade, direitos.	Privacidade, Respeito, Conhecimento e Exercício de Direitos.

Fonte: a investigadora

De cariz holístico, ecológico e social, a evolução do conceito de QdV revela-se, como podemos ver no quadro anterior, um paradigma que realça a Pessoa na sua unicidade. Não obstante, está diretamente ligada à “las prácticas de los profesionales, al desarrollo de programas por las organizaciones y al diseño de las políticas públicas” (Verdugo e Schalock, 2013, p.444) na adequação da intervenção tendo por referência os respetivos indicadores.

Contudo, o estudo realizado pelo Centro de Reabilitação de Gaia em parceria com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2007) ressalva o facto que “cada cultura parece provocar variações no grau de importância relativa atribuída a cada uma das dimensões integrantes do constructo” (p.8)¹³.

3.1.1 Fundamentos da Qualidade de Vida: Uma Abordagem Introdutória

A Comissão para a População e a Qualidade de Vida, fundada durante a presidência de Maria de Lourdes Pintasilgo entre 1992 e 1997, em alinhamento com o paradigma de Amartya Senn, propôs a utilização do conceito de QdV em substituição do conceito de Desenvolvimento, de forma a indicar “uma estratégia de desenvolvimento baseada na satisfação das necessidades básicas, materiais e não materiais e implicar a participação das populações na deteção destas mesmas necessidades e na indicação dos caminhos de resposta” (Koning et al., 2012, p.43). Assim, podemos dizer que a evolução deste conceito, é dinâmico e moldável à diversidade de contextos, pelo que o real significado depende do enquadramento da sua aplicabilidade.

Neste sentido, Santos, Martins e Ferreira (2009) defendem, apoiadas em Ribeiro, que “o conceito de qualidade de vida entrecruza-se (embora não seja equivalente) com os conceitos de saúde, bem estar e satisfação com a vida” (p.15) pelo que envolvem componentes objetivas (eg. necessidades básicas) bem como subjetivas (eg. felicidade).

O conceito de QdV, alvo de debates devido ao respetivo enquadramento nos direitos individuais, não obstante estar presente, encontra-se diluído implicitamente nos instrumentos jurídicos, resoluções e programas. Esta é um dos factos constatados no Relatório da Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida, sob orientação da Fundação Cuidar o Futuro (2017). Este documento resulta da tradução de *Caring for the Future: Report of the independent Commission on population and Quality of life*, de 1996, que salienta a consequência desta lacuna pela falta de força legal vinculativa. Todavia, por

¹³ https://crpg.pt/wp-content/uploads/Modelo_de_Qualidade_de_Vida-2.pdf#page=26.10

existir este leque de abrangência de múltiplos elementos de QdV, o Relatório ressalva, no que podemos considerar uma visão hedonista, pois

baseiam-se na fruição garantida e tranquila da saúde e da educação, da alimentação adequada e da habitação, de um ambiente estável e saudável, da equidade, da igualdade entre os sexos, da participação nas responsabilidades da vida de todos os dias, da dignidade e da segurança. Cada um destes elementos é importante em si, mas a falta de realização nem que seja de um só pode minar o sentido subjetivo da qualidade de vida. a qualidade de vida não pode, além disso, ser «resumida» ou «calculada pela média» (p.113)

Posto isto, a QdV tem sido objeto de estudo por vários autores que corroboram a teoria de que a saúde é apenas uma das partes importantes da mesma. Em concordância com diversos autores, Ribeiro (2009) refere que o conceito de QdV, por ser tão popular torna difícil o seu estudo e conseqüente definição e referenciando Hunt, refere que este “explica que a ausência da definição de QdV tem sido defendida de duas maneiras opostas: 1) ora porque há concordância geral acerca da definição e dos componentes da QdV (ou seja toda a gente sabe o que é)” (p.33) ou pela inexistência de uma “medida *gold standard* pelo que fica a liberdade para utilizar qualquer definição e medida, ou seja, todas as definições e medidas seriam boas” (p.33).

Mais recentemente Rando e Madureira (2022), esclarecem que “no campo da psicologia, bem-estar, felicidade e qualidade de vida têm sido e ainda são considerados construtos sinónimos” (p.135).

Cristina Canavarro, coordenadora, em parceria com Adriano Vaz Serra, do Centro Português para Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (OMS) onde o interesse desta temática decorre da sua multidimensionalidade, do seu poder heurístico e do seu valor pragmático cuja multiplicidade na aplicabilidade, na avaliação e intervenção clínica, mas também na “tomada de decisões políticas em saúde” (Canavarro, 2010, p. 3).

A autora percorre a evolução história da conceptualização da felicidade nas escolas e correntes filosóficas desde a antiguidade, e contrapõe a perspectiva eudemonista de Aristóteles, com o hedonismo e o epicurismo, considerando-as mais próximas das concepções mais modernas da definição de felicidade como sendo “um estado almejado de obtenção de

máximo prazer, em detrimento do sofrimento e da dor, nas diversas áreas da vida do indivíduo” (p.4). No entanto, com o mercantilismo, a QdV ficou associada aos indicadores económicos, ou seja, quanto melhor o nível económico de uma nação, melhor seria a QdV da sua população, no entanto, com o final da II Guerra Mundial, dissipou-se a associação entre a prosperidade económica e o bem-estar. Urge assim, a necessidade desenvolver novos indicadores de QdV, que tem vindo a ser alvo de desenvolvimentos conceptuais e metodológicos, de acordo com a autora, até aos nossos dias. (Canavarro, 2010)

A constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO), através da qual “os Estados Membros declaram, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, que os seguintes princípios são basilares para a felicidade dos povos, para as suas relações harmoniosas e para a sua segurança” e de onde emerge a definição de saúde sendo “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946). Ora, é na sequência deste conceito mais holístico do indivíduo, que a definição de QdV, tendo em conta os indicadores sob os quais podem ser avaliados, sofreu uma evolução.

Canavarro (2010), corrobora com os autores Joseph Oliver, Peter Huxley, Keith Bridges e Hadi Mohamad recorrendo à etimologia do

termo qualidade significa o nível, grau ou estado de excelência atribuído a alguém ou a alguma coisa; o termo vida, por outro lado, engloba o estado completo da atividade funcional de uma pessoa, incluindo o seu comportamento, desenvolvimento, fontes de prazer/sofrimento e o estilo geral de vida (p.9).

Rando e Madureira (2022), fundamentados nos pioneiros do pensamento sobre a saúde pública, Leavell e Clark, através dos quais surge o termo prevenção para a saúde, com o “modelo triangular epidemiológico sobre as causas das doenças, no qual era considerada a triade recetor, agente e ambiente” (p.138), assinalam esta mudança de paradigma para a valorização dos métodos preventivos. No entanto, o reconhecimento ao nível governamental ocorre apenas em 1974, através do relatório Lalonde, onde é referido “a promoção da saúde como parte de um planeamento estratégico em que fossem considerados quatro determinantes da saúde, nomeadamente a biologia humana, o ambiente, o estilo de vida e a organização da assistência à saúde”(p.139).

A Carta de Ottawa, surge após a primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em 1986, que se traduz numa “a response to growing expectations for a new public

health movement around the world” (WHO, 1986), sendo considerado um guia orientador sobre esta temática, com o intuito não só de reforço ao direito à saúde, reconhecido em 1978 na sequência da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários, que decorreu em Alma-Ata, mas também de promover a literacia e o “*empowerment* das pessoas e comunidades, condição essencial para que estas sejam capazes de agir, de modo consciente e informado, sobre os factores determinantes da saúde” (Nunes, 2011, p.201), através de estratégias definidas no documento, nomeadamente, advogar, capacitar e mediar, numa ação coordenada entre o “governo, setor da saúde e outros setores sociais e económicos, organizações de voluntariado e não governamentais, autoridades locais, indústria e comunicação social” (Rando & Madureira, 2022, pp.139-140). Os autores reforçam ainda o papel determinante que o Estado Social tem, enquanto “principal ponto de referência e de propulsão para a promoção do bem-estar e da saúde das populações” (p.142).

O conceito de QdV assume-se como a perceção que um indivíduo tem da sua situação de vida, no contexto da sua cultura e dos seus sistemas de valores, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Na perspetiva de Feder (2019), inclui diversos aspetos a serem verificados, nomeadamente, o nível biológico, que implica o seu estado físico; o nível psicológico, que inclui as características da personalidade, crenças, valores e expectativas; o nível de autonomia, tanto do ponto de vista psicológico como do material; o nível dos vínculos afetivos e sociais, que envolve a perceção e o desenvolvimento das relações, das mais íntimas às mais superficiais; o nível cultural e ecológico, que inclui a perceção do nível de integração e identificação com uma cultura (p.82). Ou seja, a QdV tem uma abrangência holística que tem vindo a ser estudada por vários autores que revelam que as condições relacionadas com a saúde são apenas uma das partes importantes da mesma. Ora, este facto incita para uma postura de alerta, mas acima de tudo de prevenção tanto no que diz respeito à saúde, nomeadamente à qualidade de vida, como à educação no seu geral englobando a aprendizagem ao longo da vida de forma a assegurar a promoção da equidade nestas áreas chave da sociedade, de acordo com as políticas de coesão numa ótica de fomentar a proximidade e dinâmica social e inclusiva aos cidadãos (Feder, 2019).

Ao conceito de QdV importa abordar a pandemia da COVID-19 como antagónico, sobretudo pela profunda rutura que causou “na vida diária das pessoas, afetando o seu bem-estar”(Levy, 2021, p.277) espelhado não só na sua saúde física, mas também na sua integridade psicossocial, “gerando um alto nível de sofrimento psicológico e desajuste psicossocial”(p.277). A autora sublinha a importância do equilíbrio emocional como

estrutural para que o indivíduo possa se adaptar à nova realidade, mas desenvolver também “resiliência e saber gerir de forma eficaz o medo, a ansiedade e o stress”(p.278)

3.2- Perspetivas sobre a Globalização

Sem dúvida que o impacto produzido pelas sequelas deixadas pela Segunda Guerra mundial repercutiu para que o desenvolvimento e a “modernização era assumida como ideal universal” (Teodoro,2020, p.23). O autor refere-se a Wallerstein (2005) enquanto “precursor da perspetiva teórica do sistema mundial moderno”(p.25) que “apresenta a globalização como a continuação natural do *desenvolvimentismo* (“develop-mentalism”), após o esgotamento deste como conceito mobilizador de exportação de um modelo de organização económica”(p.25). No entanto, perante grandes transformações económicas e sociais o neoliberalismo não se delimita à atividade económica.

Na educação significou uma mudança radical de prioridades na agenda política: o ideal social-democrata da igualdade de oportunidades, que esteve na base da fortíssima expansão educativa dos pós-segunda guerra, foi substituído por um vago conceito de qualidade, ponto de partida da trilogia reformadora das últimas duas décadas – competitividade, accountability e performatividade (Teodoro, 2010).

Numa era em que a crescente abertura das economias onde se destacam as migrações e o *outsourcing*, a evolução das tecnologias fizeram desaparecer alguns dos trabalhos rotineiros e repetitivos que podem ser programados por máquinas automáticas, substituindo cada vez mais a presença do ser humano no processo da tarefa. Contudo, aproximam as atividades ligadas à produção com as atividades da educação e formação, no sentido de aprender para produzir. Assim sendo, as práticas da educação e a formação são encaradas como parte da solução para o problema do desemprego, em que as sociedades modernas devem inter-relacionar a inserção social, o desenvolvimento de aptidões e a realização pessoal entre si numa perspetiva de combinação de saberes como medida favorável ao emprego (Teodoro, 2010).

A UE, reconhece novas competências básicas e essenciais para a participação ativa na sociedade e na economia do conhecimento e destaca: “a literacia digital; as línguas estrangeiras; as competências sociais tais como autoconfiança, auto-orientação; as competências empresariais, e destaca a “Aprender a aprender, a adaptar-se à mudança e a compreender vastos fluxos de informação ...” (Comissão das Comunidades Europeias, 2000, p.12).

Perante o reconhecimento de desenvolver estas competências, surge a preocupação da existência da capacidade individual em responder aos constantes desafios das sociedades modernas. A revolução da tecnologia digital deu origem a transformações sociais inesperadas, profundas e dinâmicas, da mesma forma que permitiram identificar carências em determinadas competências, como no domínio das tecnologias de informação e comunicação que por sua vez, definiram os níveis de desemprego (Comissão das Comunidades Europeias, 2000).

Os ODS, definidos na Agenda 2030 abrangem as várias dimensões do desenvolvimento sustentável nos níveis: social, económico e ambiental. Os ODS apresentam uma melhoria aos anteriores Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), numa visão mais integrada da Humanidade e de forma a promover um compromisso genuíno entre líderes mundiais com “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, como refere o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, no Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 Objetivos para Transformar o Nosso Mundo (Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2018)¹⁴.

Ainda na sequência do objetivo comum para o desenvolvimento comunitário, o Tratado de Lisboa (2007), que consagra não só a coesão económica e a social, mas também a territorial, está intrinsecamente associada a temáticas diferentes áreas onde se inclui

a promoção de cidades sustentáveis e globalmente competitivas, a resolução dos problemas de exclusão social existentes em algumas zonas de certas regiões, mas alargadas e em bairros urbanos desfavorecidos, a melhoria do acesso à educação, aos cuidados de saúde e à energia em regiões remotas, e as dificuldades que certas regiões suportam devido à sua geografia específica (Comissão das Comunidades Europeias, 2008, p.3)

de forma a permitir a participação ativa da comunidade e consequentemente na promoção do seu desenvolvimento. Assim, perante a questão de António M. Figueiredo (2021) sobre a existência ou não de “um *trade-off* entre as questões da eficiência e as distributivas da equidade” (p.134), o autor conclui que, sendo esta uma solução política, deve por isso ser encontrada através de “contextos e modelos de governação em que os interesses regionais estejam amplamente representados” (p.135), dado ao facto desta questão “parecer ser

¹⁴ https://e4k4c4x9.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf

intrínseca às próprias políticas de coesão” (p.135), marcada pelas desigualdades espaciais, atendendo à crescente globalização.

Por conseguinte, o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia (2009), enfatiza o facto de que “as políticas públicas podem contribuir para que os territórios potenciem os seus recursos” (Comissão das Comunidades Europeias, 2008, p.3), mas não basta interligar territórios com meios de transporte para que possa “haver acesso adequado à saúde e à educação (...) há que estabelecer boas ligações entre as empresas e os centros de investigação” (p.6 e7).

Destes contextos, ressalva-se o princípio democrático de subsidiariedade, consagrado no Artigo 5.º, n.º 3, do Tratado da UE, a par com o princípio da proporcionalidade. A subsidiariedade visa “garantir um determinado grau de autonomia a uma autoridade subordinada a uma instância hierarquicamente superior, ou a uma autoridade local em relação ao poder central” (Parlamento Europeu, 2024), ou seja, por um lado garantir o poder de decisão e de ação dos Estados-Membros, mas por outro, promover uma maior aproximação dos cidadãos. Assim, o princípio da subsidiariedade, determina que “a União intervém apenas se e na medida em que os objetivos da ação considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, tanto ao nível central como ao nível regional e local” (EUR-Lex, 2019, s.p.). O princípio da subsidiariedade, é considerado pela EUR-Lex, “fundamental para o funcionamento da União Europeia” (2015, s.p.) em particular “para a tomada de decisão a nível europeu” (idem) promovendo uma tomada de decisão mais próximo possível dos cidadãos, pelo que cabe ao Estado desenvolver o envolvimento e a participação, sem dispensar a necessária “pedagogia da emancipação” (Santos, 2002, p.239).

O DC assume-se assim, na visão de Gómez, et al. (2007), como método interventivo de forma a “concretizar o protagonismo das comunidades locais nos processos de transformação e mudança social que as afetam: a um “ser mais e melhor” na construção histórica da Humanidade e na evolução dos povos” (p.118), o que permite denotar uma preocupação com as condições de vida das pessoas.

Os autores são de opinião que o DC deverá ser, essencialmente, um processo educativo e formativo, que tenha um impacto significativo particularmente em termos de empoderamento social e de desenvolvimento económico, mas também ao nível político, cultural e administrativo. Consequentemente, o DC promove a criação de uma comunidade mais forte, resiliente e sustentável, e o que converge para a importância dos diferentes organismos, nomeadamente a administração, a população e os recursos comunitários

“ajustarem os seus papéis dentro da comunidade e nos processos levados à prática para continuar a melhorar o seu bem estar e qualidade de vida” (p.135).

Arroteia (2008), faz um paralelo entre vários autores na conceitualização, importância e propósito do DC onde corrobora com Grácio, 1988, e alude que este decorre de “uma vontade de transformação e de progresso que há nas populações ou que desperte nelas por adequada intervenção” (p. 131). O autor, em concordância com Carmo, 1998, e com o relatório de 1950, denominado *Progreso Social através do Desenvolvimento Comunitário*, define DC como sendo “o processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa” (idem, p.131), e destaca ainda Ezquiel Ander-Egg, 1980, que citado por Carmo, 1980, refere que o DC é

uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, o estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida (Arroteia, 2008, p. 131).

Ainda no seguimento do paralelo, o autor alude Nogueira Mascareñas (1996), que explana o conceito de DC referindo que “supõe a realização de atividades educativas relacionadas com o bem-estar da comunidade que as acolhe” (p.131). Em relação a este facto, Silva (1963) já salientava que, não basta olhar o desenvolvimento em termos económicos, pois, de acordo com o nível de atraso das regiões quer cultural, económico e socialmente, e corrobora com o P.^e Ledret e com o Círculo de Economie et Humanisme, usando a expressão “o desenvolvimento não é meramente quantitativo, uma questão de - «mais ter»; é, igualmente, um fenómeno qualitativo – deve traduzir-se, portanto, por «mais ser» ou «melhor ser»” (Silva, 1963, p. 542), ou seja, numa perspetiva holística das reais necessidades da população, já que “só um processo que mergulhe as suas raízes na mentalidade da população e seja capaz de operar nela uma transformação suficientemente profunda terá garantia de ser eficaz e de ter continuidade” (p.542), reforça a autora.

Na sequência de múltiplas diretivas, recomendações, comunicados, relatórios de destaca-se o Tratado da União Europeia (TUE) (2016), no seu artigo 3.^o, que determina os objetivos da União, nomeadamente a promoção da paz, dos seus valores e do bem-estar das populações, numa lógica de combate a qualquer tipo de exclusão ou discriminação social. Os objetivos salvaguardados no TUE (2016) estão em consonância com o referido no 9.^o

artigo do Tratado do Funcionamento da União Europeia (2016)¹⁵ que salienta a definição e execução das políticas com base no combate aos diferentes tipos de discriminação e/ou exclusão social quer seja, “sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual” promovendo um nível elevado de educação, de formação e de proteção da saúde humana, e o artigo 151.º, apoiado nos direitos sociais fundamentais presentes na Carta Social Europeia (1961) e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores (1989) na prossecução contra a exclusão social, pelo que “reconhece e promove o papel dos parceiros sociais ao nível da União, tendo em conta a diversidade dos sistemas nacionais” (Art. 152.º).

Alinhado ainda com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000), que se tornou juridicamente vinculativa através do Tratado de Lisboa (2007) teve por objetivo “reforçar a proteção dos direitos fundamentais, à luz da evolução da sociedade, do progresso social e da evolução científica e tecnológica” (Preâmbulo), pelo que o seu âmbito de aplicação destinam-se às “instituições, órgãos e organismos da União, na observância do princípio da subsidiariedade, bem como os Estados-Membros, apenas quando apliquem o direito da União” (Art. 51.º).

Reflexo destes documentos base, surge o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017), com vista a reforçar e melhorar a aplicação dos direitos sociais através de instrumentos concretos, nomeadamente de legislação específica e suporte financeiro, de forma a garantir a proteção social, a redução das desigualdades, da pobreza e da exclusão social nas diferentes políticas económicas dos países da UE. Neste documento, dividido em três grandes áreas, em alinhamento com os ODS, nomeadamente a igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, onde fica consagrado no primeiro de quatro princípios, que

Todas as pessoas têm direito a uma educação inclusiva e de qualidade, a formação e aprendizagem ao longo da vida, a fim de manter e adquirir competências que lhes permitam participar plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho (UE, 2017, p.11).

Com um total de vinte princípios, cinco na área de condições de trabalho justas, e dez para a proteção e inclusão social, são estes os princípios que escoram o Plano de Ação Sobre o

¹⁵ https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e definem metas para a concretização de cada um dos princípios de forma a serem exequíveis, num horizonte até 2030.

O papel da saúde é, desta feita, enfatizado por Rando e Madureira (2022) pela sua abrangência no conceito de bem-estar e “daí a importância deste conceito na intervenção comunitária, a qual só pode ser entendida, por ser equivalente, como intervenção para a saúde” (p.135), estreitamente relacionado com o DC.

À guisa de reflexão, o DC só é possível na lógica de, para além da auscultação e do sentir da comunidade, está o cuidar e zelar da mesma. Tolentino Mendonça (2021), cita e corrobora com a antropóloga Margaret Mead, que aquando questionada sobre qual seria, a seu ver, o primeiro marco de civilização humana, referiu que seria a descoberta de um fémur quebrado e cicatrizado, pois simboliza “que uma pessoa não foi deixada para trás sozinha, que alguém a acompanhou na sua fragilidade, dedicou-se a ela oferecendo o cuidado necessário e garantindo a sua segurança até que recuperasse” (Mendonça, 2021, p.14), para ilustrar a essência humana e a cerne da comunidade, pois “é na comunidade que a História começa e se relança, quando do “eu” somos capazes de passar ao “nós” e de dar a este uma determinada configuração histórica, espiritual e ética” (idem, p.14).

2.^a Parte - Investigação empírica

CAPÍTULO IV ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro;
a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz.
Platão, Êutifron.

4 Considerações Metodológicas

No decorrer deste capítulo estão estabelecidas as bases metodológicas que orientam o desenvolvimento do presente trabalho, cujas características visam uma abordagem rigorosa de forma a garantir a validade e confiabilidade dos resultados obtidos.

Este trabalho de investigação assume o pendor qualitativo, consubstanciado num estudo de caso (Yin, 2003). A investigação qualitativa “ênfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das perceções pessoais” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 11), tal como nos inspira Platão, a trazer a luz à temática deste estudo.

4.1 Problema de investigação

Inaugurada a primeira sala de estimulação multissensorial Snoezelen em contexto de Centro Comunitário na Região Autónoma da Madeira (RAM) em 2019, irrompe a curiosidade, que por sua vez torna-se fundamento para o interesse no foco central desta investigação de aferir quais as mais-valias e repercussões desta abordagem para a comunidade local.

Em alinhamento com Coutinho (2016) que refere que a importância do problema de investigação, poderá ser formulado ou emergente, pelo que

- Centra a investigação numa área ou domínio concreto;
- Organiza o projeto, dando-lhe direção e coerência;
- Delimita o estudo, mostrando as suas fronteiras;
- Guia a revisão da literatura para a questão central;
- Fornece um referencial para a redação do projeto;
- Aponta os dados que será necessário obter (pp. 49-50).

Por conseguinte, assume-se, como ponto de partida claro, exequível e relevante para o desenvolvimento da investigação.

4.2 Questão de investigação

Consciente da importância deste trabalho para aferir a relação Snoezelen na QdV pretende-se, investigar a resposta à seguinte questão: Qual o contributo da abordagem multissensorial Snoezelen, enquanto recurso num Centro Comunitário, na Qualidade de Vida das Pessoas que a utiliza?

A questão foi formulada em concordância com Gomes (2022) que apoiada em MacMillan e Shumaker (1997), Coutinho (2016) Quivy e Campenhoudt (2008), identifica características fundamentais que permitem que a questão reflita de forma clara o intuito da investigação, nomeadamente

Exequível – tem de ser respondida mediante a recolha de dados;

Relevante – importante para a actualidade, quer em termos de conhecimento, quer em termos de fenómenos ou factos sociais (relevância teórica e prática);

Clara – sem dúvidas, precisa, curta, objetiva, evitando ambiguidade ao ponto de, sendo testada em várias pessoas, terem todas a mesma compreensão;

A pergunta não deve ser filosófica – com reflexões que não permitam a recolha de dados empíricos;

A pergunta só pode tratar do que existe;

A pergunta não pode fazer juízos de valor;

A pergunta deve ser aberta;

A pergunta deve ser realista;

A pergunta não deve ser descritiva;

A pergunta deve estar diretamente relacionada com o tema de investigação;

A pergunta deve fazer referência a vários conceitos chave da investigação;

A pergunta deve fazer referência à população que será estudada;

A pergunta deve fazer referência à abordagem metodológica, isto é, os termos que utiliza devem dar pistas ao método (Gomes, 2022, p.69).

4.3 Objetivos

Os objetivos pretendem clarificar as características ou fatores, identificados na problemática que norteia o estudo.

4.3.1 Objetivo Geral

Investigar o contributo da abordagem Snoezelen num centro comunitário.

4.3.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a abordagem Snoezelen enquanto resposta para a comunidade;
- Analisar as áreas de abrangência da intervenção Snoezelen num centro comunitário;
- Auscultar a perceção dos dirigentes sobre a utilização desta abordagem para a equidade social;
 - Aferir o impacto da intervenção Snoezelen na Qualidade de Vida das Pessoas que a utiliza.

4.4 Justificação e pertinência da investigação

A escolha deste tema decorre do interesse em compreender o papel da abordagem Snoezelen, atendendo à sua transversalidade tanto no que diz respeito à sua aplicabilidade como no público-alvo, tendo por base as mais valias da sua utilização tanto na QdV dos utilizadores como consequente contributo no desenvolvimento comunitário. Numa lógica de, não só projetar uma estratégia de intervenção na comunidade assente na colaboração intersectorial e colaborativa, mas também de promoção da equidade em áreas determinantes como a saúde e a educação.

A intervenção Snoezelen numa perspetiva comunitária, permite ainda ser enquadrada no plano de ação das políticas de coesão, de acordo com as prioridades da política de coesão da UE para 2021-2027¹⁶, nomeadamente numa maior proximidade aos cidadãos numa dinâmica social e inclusiva.

Diante do exposto, considera-se que a inovação trazida pelo CC#1 está na incorporação no seu espaço físico de uma sala desenhada e preparada para a implementação da abordagem Snoezelen. A sala, disponível à comunidade sem qualquer custo, merece um

¹⁶ https://ec.europa.eu/regional_policy/policy/how/priorities_en?etrans=pt

olhar crítico e fundamentado no sentido de aferir o seu contributo, constrangimentos e eficácia possibilitando, quiçá, uma recomendação a replicar noutros CC.

Embora este seja um espaço criado recentemente, inaugurado a 9 de setembro de 2019 e confrontado com as restrições decorrentes da pandemia declarada a 11 de março de 2020 pela OMS, decorrente da doença infecciosa causada pelo vírus SARS-Cov-2 do coronavírus (COVID-19).¹⁷ Não obstante o seu período de atendimento ao público ser ainda bastante curto, encontramos interesse em contextualizar este recurso numa perspetiva de relação entre a QdV da comunidade e o DC atendendo a que a abordagem Snoezelen abrange todas as faixas etárias independentemente de ter ou não alguma patologia associada.

4.5 Metodologia Qualitativa

A metodologia traduz-se no *como* e *com que* ferramentas o investigador vai desenvolver o tema em estudo, pois “analisa e descreve os métodos, distancia-se da prática para poder tecer considerações teóricas em torno do seu potencial na produção de conhecimento científico” (Coutinho, 2016, p.25). Desta feita, este capítulo pretende mostrar os passos que levaram do desenho à execução desta investigação decorrente dos procedimentos e princípios metodológicos que a norteiam, assentes nos objetivos delineados.

Com a intenção de compreender as especificidades e “complexidade de um caso único” (Stake, 2012, p. 11) e assim responder à questão central deste estudo, com foco em discernir *qual o contributo da abordagem Multissensorial Snoezelen enquanto recurso comunitário na qualidade de vida dos seus utilizadores?*, pautado pelo objetivo mais alargado de *investigar o contributo da abordagem Snoezelen num CC*, através de objetivos específicos delineados, nomeadamente, *1) conhecer a abordagem Snoezelen enquanto resposta para a comunidade; 2) analisar as áreas de abrangência da abordagem Snoezelen num CC; 3) auscultar a perceção dos dirigentes sobre a utilização desta abordagem para a equidade social e aferir o impacto da abordagem Snoezelen na qualidade de vida dos seus utilizadores*. Estes objetivos afunilam-se de modo a depreender o entendimento dos decisores políticos perante a existência deste recurso disponível à comunidade e qual o impacto na qualidade de vida das pessoas que o utilizam.

Neste contexto, o método que mais aporte traz a esta investigação é o estudo de caso, pois permite uma visão holística e integrativa de forma a responder às questões orientadoras,

¹⁷ https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1

tendo em conta que “o caso é uma coisa específica, uma coisa complexa e em funcionamento” (Stake, 2009, p. 18). Não obstante, de acordo com Amado e Ferreira (2017) ao investigador interpretativo importa particularizar o seu objeto de estudo, de forma atenta às especificidades que a caracterizam, numa ótica de uso de “critérios de compreensão e pertinência” (p.46) sem, no entanto, descurar da preocupação com a generalização.

Para Coutinho, (2016), a definição de investigação qualitativa não é consensual, e frisa a existência de manuais que consideram esta abordagem como a que “não é quantitativa” e continua, citando Wiersma (1995), na definição deste tipo de investigação como a “que descreve os fenómenos por palavras em vez de números ou medidas” (p. 28), contudo, Flick (2005) ressalva que “a investigação qualitativa e a quantitativa não são opostos inconciliáveis” (p. 41).

Os dados qualitativos, são, de acordo com Bogdan e Biklen (1994) “ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas” (p.16) não se cingindo à operacionalização de variáveis, mas privilegiam o contacto com os indivíduos em contexto natural. Assente nesta que é, de acordo com os autores, a primeira das cinco características principais deste tipo de investigação, ou seja, a “fonte direta de dados é o ambiente natural” (p. 47). O facto deste tipo de investigação ser descritiva e minuciosa, pois “tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo” (p.49), pelo que “os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados” (p.49) tendendo a analisar os dados de forma indutiva onde o processo da análise de dados é comparada a um funil “as coisa estão abertas de início (ou no topo) e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo” (p.50). A quinta e última característica prende-se com o significado, através de “estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador” (p.51). Assim depreende-se que este tipo de investigação recorre a estratégias através das quais resulte dados descritivos que permitam um olhar minucioso sobre a perspetiva dos participantes da investigação.

Flick (2005) complementa a ideia referindo que “ as duas posições – o estudo dos pontos de vista subjectivos e a fundamentação teórica do interaccionismo simbólico – é um dos polos destacados da investigação qualitativa.” (p. 20). Assim sendo, a utilização desta metodologia, permite que ao investigador integrar o contexto onde o *caso* está a decorrer, de forma direta, recolher dados tanto através de questionário, como de observação naturalista não participante e analisar dados documentais. E é nesse ponto de procedimentos, que a análise de conteúdo se constitui como pressuposto teórico de análise.

O âmbito desta pesquisa empírica, que pretende compreender o fenómeno em análise, está pois, enquadrada no modelo qualitativo, pois “é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (Flick, 2007, p.28).

Este modelo pretende explicar e descrever factos que daí advêm, além de ter o potencial para facultar informações significativas, tanto através das interpretações relatadas pelos participantes, como facultar informações relevantes através da comunicação não verbal e comportamentos dos participantes, bem como na interpretação de literatura temática deste estudo. Não obstante, Flick (2007) revalida a afirmação de Herbert Blumer, 1969, “A postura inicial do cientista social e do psicólogo quase sempre carece de familiaridade com o que de fato ocorre na esfera da vida que ele se propõe estudar” (p.18).

Em suma, este tipo de investigação recorre a estratégias que visam produzir dados descritivos, permitindo uma análise aprofundada da perspetiva dos participantes.

4.6 Estudo de caso

Este estudo enquadra-se na abordagem metodológica do estudo de caso, por procurar responder às questões fundamentais, na perspetiva de Yin (2005): *como e porquê*. O autor considera o estudo de caso um método legítimo de investigação, pelo que o autor elucida que esta é uma técnica de pesquisa abrangente que define como “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (p.32) de uma forma holística, ou seja, visa o entendimento do *caso* “no seu todo e na sua unicidade” (Coutinho, 2013, p.335).

Não obstante, para Yin (2005) o estudo de caso é apenas mais uma das múltiplas formas de “fazer pesquisa em ciências sociais” (p.19) embora qualquer uma apresente vantagens e desvantagens. No entanto, a essência encontra-se em estar em concordância com as três condições fundamentais “a) tipo de questão da pesquisa; b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; c) o foco em fenómenos históricos, em oposição a fenómenos contemporâneos” (p.9).

Gómez (2021) corrobora, pois considera que esta unidade de análise é um fenómeno que ocorre num contexto específico, já que de facto este procedimento depreende um estudo minucioso que “permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (Ludin, 2016, p. 122). Desta forma, permite explorar a complexidade de determinados contextos, utilizando uma

variedade de fontes de dados, quando aplicado corretamente, este torna-se um método valioso para a investigação científica, garantindo, assim, a obtenção de uma variedade de vertentes dos acontecimentos que ocorrem e são observáveis (Gómez, 2021, p. 18).

O intuito principal do estudo de caso, de acordo com Stake (2012), é conseguir compreender em profundidade da sua singularidade, pois “o caso é uma coisa específica, uma coisa complexa e em funcionamento” (p.18). Em concordância com Louis Smith, o autor corrobora com a definição de caso como um *sistema limitado*, pois trata-se de “um objeto e não de um processo” (p.18). Assim, “o caso é um sistema integrado” (p.18) em que “as partes não têm de estar a funcionar bem” (p.18).

4.7 Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Os procedimentos utilizados nesta investigação para a recolha de dados, em consonância com a metodologia escolhida, alicerçou-se na utilização da entrevista semiestruturada, comumente aplicada na investigação no âmbito da Educação, e na análise documental. A aplicação de duas ou mais técnicas de investigação prende-se com a possibilidade de triangulação da informação recolhida.

Coutinho (2013) refere que é através da entrevista que “o investigador percebe a forma como os sujeitos interpretam as suas vivências” (p.341), e é considerada por Amado (2014) uma técnica de recolha de dados de excelência, que a par com a observação direta permitem aferir as questões de investigação.

Contudo, Amado (2014) reforça que a investigação qualitativa não é uma simples aplicação de uma técnica ou conjunto de técnicas, mas “tem atrás de si toda uma visão do mundo, dos sujeitos humanos e da ciência, que influencia a escolha e está presente na aplicação de qualquer técnica ou procedimento” (p.205). A entrevista complementada com a observação e a análise documental, possibilita a posterior triangulação metodológica o que permite a validação e a fiabilidade do estudo, pois “para se obter uma boa ‘consistência’ e ‘confiança’ nos resultados (...) são necessários pelo menos dois grandes requisitos” (p.367).

4.7.1. Entrevista semiestruturada

Na ótica de Amado e Ferreira (2014), a entrevista é “um método, por excelência, de recolha de informação” (p. 207) que conta com pressupostos como “emoções, necessidades inconscientes, influências interpessoais [e é] uma conversa intencional orientada por objetivos precisos” (p. 207). Os autores destacam a variedade de formas que uma entrevista

pode assumir, pelo que são diferenciadas pela sua estrutura e função. No caso deste estudo, recorreu-se à entrevista semiestruturada ou semidiretiva aplicadas às entidades em cargos de liderança e relevância para a temática, decorrendo nos respetivos locais de trabalho, o que permitiu um maior *à-vontade* ao entrevistado.

Esta *conversa intencional*, decorreu assente num “plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interação se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado” (Amado & Ferreira, p.208). Desta feita, este processo, teve por base um guião previamente delineado e organizado com prosseguimento lógico tendo como meta os objetivos estipulados para esta investigação. O guião foi elaborado de forma a compreender, no geral, a perceção dos diretores e coordenadora sobre o contributo do Snoezelen no contexto de um CC na RAM, tendo por base a QdV. No caso da responsável pela aplicação da abordagem Snoezelen, a orientação das questões seguiu no sentido de conhecer a dinâmica das intervenções e aferir o impacto destas intervenções na qualidade de vida das Pessoas que a utilizam.

Gomes (2022), citando Abarello (2011) explica que a entrevista “visa o aprofundamento e verificação do fenómeno em estudo” (p. 131), “exige um elevado esforço de preparação” (Amado & Ferreira, 2014, p. 213), pelo que as pessoas a entrevistar devem “tratar-se de pessoas que, pela sua experiência de vida quotidiana, pelas suas responsabilidades, estatuto, etc., estejam envolvidas ou em contacto muito próximo com o problema que se quer estudar.” (p. 214).

Gonçalves et al. (2021) aludem que a este método estão inerente três variáveis distintas que, apoiados em Sommers-Flanagan & Sommers-Flanagan, identificam como sendo “o entrevistador, o entrevistado e as interações” (p. 72). Assim sendo, para alcançar o objetivo da entrevista, o entrevistador deverá, não só transmitir “respeito e interesse” como deverá também “estar atento ao seu comportamento [do entrevistador], nomeadamente, o estabelecimento de contacto visual, a linguagem corporal, as qualidades vocais (...) [e] tomar “notas mentais” do comportamento observado” (p. 72), e por fim, a “reflexão do ponto de vista dos participantes” (Coutinho, 2013, p.350), o que, a par com as competências interpessoais, permite estabelecer um *rapport*, ou seja, uma comunicação bem sucedida.

4.7.2. Análise documental

A análise documental, enquanto método de investigação implica o acesso a dados, através de documentação, sobre a temática em estudo com o propósito de classificar dados pertinentes, de forma a possibilitar compactar e facilitar aceder à informação, ou seja, “esclarecer a especificidade e o campo de acção da análise de conteúdo” (Bardin, 1977, p. 45).

Albarello et al. (2011) defendem que “a pesquisa documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não” (p. 30), sendo fulcral na heurística da investigação ou mesmo na triangulação de métodos. Estes autores salientam que é “na interpretação das fontes de informação, assumem idêntica importância a análise dos documentos e as lacunas, os silêncios e as suas ausências” (Gonçalves et al., 2021, p. 121).

Posto isto, esta investigação foi construída nas evidências decorrentes de autores de referência onde se destacam os trabalhos de Paul Pagliano (2012) e Amélia Martins (2016); trabalhos científicos e fontes diversas nomeadamente legislação de enquadramento dos CC, seus estatutos e regulamentos.

4.8 Técnicas de análise e interpretação de dados de dados

Uma vez que um estudo qualitativo pressupõe a recolha de informação, sendo que neste caso, como já mencionado, foi efetivada através de entrevistas e da análise documental. A interpretação requer a sujeição dessas “informações a um tratamento metodológico” (Campenhoudt & Quivy, 2019, p.323), relacionando e agrupando por temas ou através da comparação, de acordo com as hipóteses que os autores identificam enquanto “intermediários entre a reflexão do investigador e os seus materiais, graças aos quais pode objetivar os conhecimentos que daí retira e evitar assim interpretações arbitrárias e inconstantes.” (pp. 323-324).

A análise de dados qualitativos pode, de acordo com Gomes (2022), ser enquadrada em várias dimensões de onde a autora destaca “duas dimensões que se completam: codificação e categorização dos sujeitos entrevistados; e a organização, codificação e categorização das informações recolhidas” (p. 136).

Na visão de Bardin (1977) “a sutileza dos métodos de análise de conteúdo” (p. 29) deverá responder aos objetivos identificados pelo autor, como “a *ultrapassagem da incerteza*” (idem), que diz respeito à dúvida que o investigador deve colocar à sua

interpretação sobre os dados analisados, abrindo-a ao questionamento perante outras perspectivas “e o *enriquecimento* da leitura” (idem), ou seja, a revisão da leitura em maior detalhe, poderá conferir “mecanismos de que *a priori* não tínhamos a compreensão” (idem), no entanto o autor salvaguarda afirmando que “não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo” (p. 30), pelo que o investigador deve se reinventar a cada momento.

Gonçalves e Marques (2021) ressalva que os resultados obtidos através do método qualitativo é, tendencialmente descritivo e sujeito à particular atenção ao pormenor, às “categorias de temas/resultados, identificação de teorias/hipóteses e resultados não generalizáveis em termos estatísticos, procurando antes a generalização teórica” (p. 147).

Bardin (1977) recorre a Chaumier, 1974, para definir análise documental, como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação” (p.45), pelo que a autora conclui que a análise documental é uma “fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (p. 46). Importa aqui fazer ainda a distinção entre a análise documental e a análise de conteúdo, que para Bardin (1977) distingue-se em três tópicos, a saber:

A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).

A análise documental faz-se, principalmente por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo.

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (p. 46).

Assim sendo, a técnica considerada neste estudo pretende analisar a informação decorrente da documentação facultada *in loco* e *online*.

4.8.1. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo não é uma técnica, mas “um leque de apetrechos” (Bardin, 1977, p.31), alicerçada na exploração do teor de informações escritas por palavras e/ou números. Caracteriza-se por “uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi

narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista (...) [e] permite formular as regras de inferência” (Guerra, 2006, p.62).

Pelo que Amado (2017) refere, corroborando, que este conceito, de carácter mais descritivo e quantitativo tem evoluído “para um sentido mais interpretativo e inferencial” (p.304) de adita que o seu principal propósito consiste “em proceder à descrição objetiva, sistemática e, eventualmente quantitativa de tais conteúdos” (p.305).

Bardin (1977) define análise de conteúdo como sendo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p.42). A autora acrescenta que “qualquer análise objectiva procura fundamentar impressões e juízos intuitivos” (p.43).

A principal função da análise de conteúdo é reduzir toda a informação ao essencial, definindo-as em categorias analíticas, “identificando padrões e dando sentido a grandes quantidades de informação” (Brandão, Ribeiro & Costa, 2021, p.129). Advindo dos estudos e análise dos documentos, sobressaem ideias, padrões e conceitos que se identificam enquanto categorias.

Deste modo, destacam-se o bem-estar e a QdV, que refletem e permitem discernir, em última instância, nas mudanças percebidas das Pessoas que utilizam a sala Snoezelen através do registo do seu entendimento orientado pelo guião fornecido à E#3; a coesão e inclusão social na medida que este espaço abrange todas as Pessoas transversal nas idades. Através desta categoria é possível compreender que tipo de pessoas usam este espaço e as respetivas idades; o tipo de apoio potenciado pelas diferentes áreas de abrangência que esta abordagem possibilita, desde a terapêutica à educacional e a percepção dos órgãos de direção/coordenação nesta matéria.

4.8.2. Triangulação de dados

O trabalho de pesquisa é orientado por métodos e técnicas, de acordo com os objetivos estipulados e “servem de apoio durante a pesquisa para a boa condução dos trabalhos” (Ludin, 2016, p. 116) onde, de forma a corroborar o conhecimento científico, é possível recorrer à triangulação “dos métodos e, por sua vez, destes com as técnicas” (p.116) o que permite, que estas sejam vistas enquanto “instrumentos de operacionalização dos métodos”(p.116).

A triangulação é uma das estratégias que acrescentam validade e fiabilidade dos estudos qualitativos de acordo com Gonçalves (2021). Esta técnica é identificada pelo autor como a estratégia que combina “diferentes pontos de vista, métodos e materiais empíricos diversificados” (p.51), citando Denzin & Lincoln (2000) acrescentam serem passíveis de se apresentarem como “estratégia capaz de acrescentar rigor, amplitude e profundidade à investigação” (p.51).

Pela diversidade metodológica na recolha de dados na abordagem qualitativa, Amado (2014) refere que cada técnica *per se*, embora válida, é limitada, pelo que a utilização da triangulação acrescenta fiabilidade ao estudo. De salientar a proposta de alteração, feita por Richardson, 2003 referida por Amado (2014), de que o procedimento principal da investigação qualitativa “não deve ser o triângulo, mas um cristal [pois] os cristais crescem, mudam, alteram-se” (p.374) o autor corrobora, citando Richardson, 2003, que se deve aliar a “simetria e substância com uma infinita variedade de figuras, substâncias e transmutações, multidimensionalidades e ângulos de aproximação” (p. 374) a metáfora do cristal, dá a entender a multiplicidade de géneros de expressão onde não há “uma realidade única a ser traduzida pelas palavras do investigador, mas uma realidade complexa, descritível a múltiplas vozes, cores e sons” (p. 393) pelo que Amado também alerta para “o perigo de fazer passar a mensagem de que “vale tudo”” (p.393).

Posto isto, a triangulação permite o acesso do investigador a pontos de vista que irão corroborar ou não, a sua análise permitindo uma maior credibilidade, validade e fiabilidade do estudo.

4.9. Considerações Éticas

Citando Rodrigues (2023) “não há ciência sem ética, nem ética sem consciência” (p.126), ou seja, a ética é o prumo através da qual é possível edificar em alinhamento toda a estrutura da investigação, qual de um edifício em construção se trate.

Após as atrocidades decorrentes da segunda Guerra Mundial, é criado em 1947 o Tribunal Internacional de Nuremberg, na Alemanha, através do qual surge o Código de Nuremberg. Este documento traduz-se num referencial ético, que foi pioneiro no estabelecimento de princípios fundamentais através dos quais determina diretrizes para qualquer pesquisa. À data, estava vocacionada para a medicina incidindo na obrigatoriedade do consentimento do sujeito da mesma, para qualquer tipo de procedimento clínico. Este documento evoluiu, em 1964, para a Declaração de Helsínquia da Associação

Médica Mundial, Princípios Éticos para a Investigação Médica em Seres Humanos também ela especialmente vocacionada para a investigação clínica, apoiada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 pela Assembleia Geral da ONU. No entanto Rodrigues (2023) sublinha que esta declaração

não serve apenas à área científica da saúde. Ela é uma guia fundamental e conjugada com a Proteção de Dados e com as recomendações da União Europeia fazem-nos redimensionar os projetos e os estudos e mostram-nos até onde pode a Ciência ir. (p.137)

Este documento foi objeto ao longo do tempo, de sucessivas revisões e atualizações que originou sete documentos melhorados, sendo o mais recente datado de 2013.

Com esta contextualização histórica, é possível compreender o quão recente os cuidados a ter em conta nos estudos de investigação em que o ser humano esteja envolvido e quão ténue é a linha que separa a ética enquanto virtude idónea no discernimento de cada pessoa.

As ciências sociais regem-se pelas diretrizes da Regulação Ético-Deontológica da Carta da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE), que diligencia a sua ação na elevação dos padrões de construção ética da comunidade científico-educacional portuguesa. Este organismo pretende credibilizar a ação dos seus investigadores, na regulação da prática científica e estética (Baptista, 2014), pelo que em 2021 surge a edição revista e atualizada, que de acordo com a presidente da direção da SPCE, Isabel Menezes, “traz uma renovada reflexão sobre as questões éticas na investigação educacional” (Batista et al., 2021, p. 8). Deste modo, este documento que é apoiado e é referência “para a decisão contextualizada, autónoma e esclarecida, feita por cada investigador/a, na sua relação com: os/as participantes da investigação” (p.9).

Inscrevendo-se “num quadro de respeito pelos direitos humanos, pelos valores democráticos e pelos princípios da ciência, situando-se em linha com os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Baptista, 2014, p. 6), com o intuito de ser um referencial de boas práticas e de conduta a cada investigador e com a comunidade de investigação. No âmbito da sua ação que pretende “ser pautada pelo princípio fundamental de respeito por cada Pessoa, enquanto ser humano único, inserido em comunidades e em grupos sociais” (p. 7), pois poderá envolver grupos de Pessoas que, pelas

suas capacidades, podem estar privados de alguma capacidade exigindo dos investigadores especial prudência.

O consentimento informado é crucial no processo de investigação, pois esclarece a natureza e objetivos da investigação e informa os participantes das fases pelos quais poderão estar envolvidos. Deverá ainda, ser assegurada a descrição e confidencialidade dos dados fornecidos “os investigadores deverão proceder de acordo com os requisitos legais em vigor sobre Proteção de Dados Pessoais” (Baptista, 2014. p.11), o investigador deve ainda, e segundo o princípio de integridade e respeito, zelar pelo direito de assinatura, garantindo o direito pela propriedade intelectual (Baptista, 2014).

Esta investigação foi alicerçada e edificada em concordância com as questões éticas, na medida em que estas “atravessam de uma forma muito acutilante todo o processo de condução e escrita de um estudo de caso” (Amado et al., 2014, p.141). Em alinhamento com as orientações decorrentes da Comissão de Ética da Universidade da Madeira (CEUMa), que se apresenta enquanto órgão colegial e independente de caráter consultivo para “promover e garantir a observância de princípios éticos e deontológicos no funcionamento global da instituição, nomeadamente no que respeita às atividades de investigação científica”¹⁸.

Sendo que “a recolha de dados é, provavelmente, onde a ética se mostra mais” (Rodrigues, 2023, p.129), foi solicitado um parecer à CEUMa através do formulário disponibilizado por esta Comissão onde foi contextualizado o tipo de estudo e todos os seus meandros na recolha de dados, desde o consentimento informado, livre e esclarecido dos participantes neste estudo, assinado pelos mesmos, a ocultação da identidade e local, bem como a confidencialidade dos dados e as orientações de segurança e posterior destruição dos dados recolhidos.

Posto isto, a Política de Proteção de Dados Pessoais (PPDP) da Universidade da Madeira (UMa), assente na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados¹⁹, de forma a aplicar o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD). A PPDP, visa a proteção da privacidade dos dados pessoais, que compreende como sendo “qualquer informação relativa a uma pessoa singular que a identifique ou a torne identificável («titular dos dados»)”²⁰, pelo que foram criadas documentos para obtenção do Consentimento

¹⁸ <https://www.uma.pt/sobre/extensao-universitaria/comissao-de-etica/apresentacao>

¹⁹ <https://www.uma.pt/sobre/extensao-universitaria/encarregado-de-protecao-de-dados/apresentacao>

²⁰ <https://www.uma.pt/privacidade-e-terminos-de-utilizacao/>

Informado, Esclarecido e Livre para Participação em Estudos de Investigação, com a garantia de anonimato assinado pelas pessoas intervenientes neste estudo.

CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS

“dar à luz’ os resultados”
(Amado & Vieira, 2017, p. 380)

5. Enquadramento

Este capítulo versa sobre apresentação e a análise dos resultados desta investigação empírica, que foram obtidos através das entrevistas semiestruturadas, no período entre julho e outubro de 2024, *in loco*. Dada a natureza do estudo, as entrevistas decorreram no ambiente natural das pessoas diretamente ligadas à temática, com o objetivo de recolher dados de natureza qualitativa. Posto isto, passaremos à apresentação, categorização e análise de forma a, como Amado e Vieira (2017) tão bem metaforizam, “*dar à luz os resultados*” (p.380) .

5.1. Delimitação do campo de estudo e participantes

Norteadada pela ideia de Coutinho (2013) de que “num estudo qualitativo a amostra é sempre intencional, porque não há qualquer razão para que seja representativa da população”(p.330), para esta auscultação foram escolhidas um total de dez pessoas, cujo contributo para a contextualização do tema revela uma vivência relevante para responder à cerne da questão: *Qual o contributo da abordagem multissensorial Snoezelen, enquanto recurso comunitário, na Qualidade de Vida dos seus utilizadores?*

Foram selecionadas pela sua representatividade, não obstante a política de proteção de dados, vamos identificar este CC como CC#1, e neste mesmo seguimento de ideias, também os entrevistados serão identificados com a codificação E# acompanhado pela numeração decorrente da ordem de execução da entrevista.

5.2. Caracterização do espaço

A sala denomina de sala de estimulação multissensorial localiza-se no CC#1 cujo edifício foi alvo de recuperação e inaugurado no final do terceiro trimestre de 2019, com capacidade para receber 50 pessoas.

O CC#1 está bem localizado e com bons acessos e surge com o objetivo principal de assumir-se “como fator de desenvolvimento local, social e de promoção da cidadania”²¹.

No entanto, devido a alterações da orgânica política e administrativa com efeitos a partir de abril de 2020 bem como os constrangimentos decorrentes do COVID-19, atrasou a criação de um modelo de gestão do CC#1, que a E#2 lamenta e refere que, apesar de haver um documento enquadrador não oficial, “deveria haver um documento em que se descrevesse tudo aquilo que o centro comunitário pode fazer, mas neste momento nós não temos nada aprovado. Legalmente” (E#2).

Este espaço está dotado de “uma sala Snoezelen e depois tem duas salas multiusos que não estão separadas fisicamente, por isso só dá para fazer uma atividade de cada vez [por razões de acústica] (E#2). Na deslocação ao espaço, constatou-se ainda a existência de uma sala de reuniões, com apoio de cozinha, duas instalações sanitárias, sendo uma delas adaptada e uma pequena arrecadação.

A par das atividades com abordagem Snoezelen, cuja sala está equipada com uma cama de água, uma coluna de água, cortina de luzes e uma piscina de bolas, no CC#1 decorrem mais dois projetos, a Universidade Sénior e o Coro. A E#2 refere que o coro é uma atividade com boa adesão, pois “começámos por volta de 20 e já temos 36, 37 elementos”.

Esta entrevistada refere que existe ainda uma atividade relacionada com o bem estar denominado “*Om-chanting*”. E parcerias com “CACI, que é o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão”; o “centro de saúde”; o “CREE, que é o Centro de Recursos Educativos Especializados” e o “lar de idosos”, podendo ser utilizado pela “população em geral” (E#1). De referir que as atividades descritas “já fazem parte do Plano Anual” (E#2) e são de carácter gratuito, pois “se é o centro comunitário a promover a atividade, é claro que vai ser gratuita. Se é uma pessoa, a nível individual, que quer utilizar uma das salas, ou uma empresa, ou um grupo de (...) pediram-nos espaços, e nós temos as salas taxadas, e aí nós pedíamos um dinheiro” (E#2). No caso de entidades privadas que peçam o espaço, que multiusos, que a sala Snoezelen, “neste caso, sendo privado, é taxado” (E#2).

5.3. Caracterização dos participantes

Com o intuito de compreender o entendimento das chefias relativamente às políticas organizacionais e as dinâmicas inerentes ao CC#1, de acordo com as suas especificidades, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos E#1 e E#2 e E#5.

²¹ <https://www.madeira.gov.pt/Portals/28/Imagens/Jornal%20I.pdf>

O E#1, responsável pelo gabinete da administração pública regional, na dependência da Secretaria Regional das Finanças, enquanto responsável pelo CC#1, a desempenhar funções desde 2020; a E#2, que ocupa o cargo de coordenação e a E#5 responsável pelos CC's da RAM.

Para contextualizar a aplicação da abordagem Snoezelen, foram identificadas a E#3 psicomotricista de profissão e responsável pela sala Snoezelen afeta à Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia e a E#4 enfermeira afeta à Secretaria de Saúde e Proteção Civil.

Perante a necessidade de compreender qual o contributo, na perspetiva das Pessoas que utilizam a sala Snoezelen, através da estreita colaboração com a psicomotricista, enquanto elemento mais presente na intervenção neste contexto, foi pedido às pessoas que respondessem a algumas questões. Esta auscultação, por intermédio da E#3, contou com cinco perspetivas, pelo que sendo, algumas crianças, contamos com a participação dos encarregados de educação das quatro crianças que utilizam a sala Snoezelen do CC#1, que de forma mais direta constata, ou não, as diferenças.

Quanto à caracterização deste grupo de Pessoas que utilizam a sala multissensorial, são: uma adulta de 41 anos, professora de 1.º ciclo, a E#6, e na “voz” dos respetivos encarregados de educação, a E#7, uma menina de 6 anos, estudante; a E#8, uma menina de 5 anos, a frequentar a pré escolar; o E#9, um menino de 4 anos estudante do pré escolar e o E#10, um menino de 6 anos estudante.

Ultrapassados alguns constrangimentos de agenda, em particular com as chefias, foram feitas todas as diligências de forma que se pudesse reunir todas as condições necessárias para que as entrevistas fossem possíveis, pelo que no geral, decorreram bem.

5.4. Procedimentos

Com o propósito central de observar para compreender melhor a perspetiva das pessoas nos respetivos contextos, no âmbito deste estudo de caso, todo o trabalho de campo decorreu predominantemente *in loco*, o que *per se*, possibilita um maior conforto para os participantes, mas também uma contextualização decorrente dos fatores não verbais.

Num primeiro momento, com o intuito de formalizar os pedidos de autorização para recolha de dados, foram estabelecidos contactos telefónicos para auscultação e posteriormente oficializados através de email aos próprios, nos casos das chefias, ou aos

superiores hierárquicos de cada profissional. De referir que a E#4, não obteve a respetiva autorização para colaborar neste estudo.

As questões orientadoras foram sintetizadas num guião facultado a cada participante de forma a contextualizar o objetivo e estrutura do estudo, facilitando o momento da entrevista presencial. As mesmas foram gravadas em áudio, com o conhecimento e consentimento dos intervenientes, pelo que irão respeitar as orientações da proteção de dados.

No decorrer da análise de conteúdo das entrevistas e restante material, o investigador tem em mente questões orientadoras, nomeadamente a frequência com que ocorre determinada palavra ou situação, qual a sua relevância, o que e como avaliar e qual a relação entre elas delineando uma orientação. No entanto, Vala (1999) e Morgado (2012) enfatizam as *operações mínimas* que devem ser tidas em conta, a saber, delimitar a pesquisa não só através de objetivos mas também do respetivo enquadramento teórico de referência; constituir um *corpus*, no caso desta investigação as entrevistas; definir as categorias, ou seja, a classificar e sintetizar os conteúdos essenciais; definir e utilizar três tipos de unidades de análise, a unidade de registo, de contexto e de enumeração, sendo que esta escolha deverá ser bem ponderada, já que “diferentes tipos de unidades podem conduzir a diferentes resultados” (Morgado, 2012, p.109); a quantificação; a fidedignidade e a validade, pois “qualquer plano de análise de conteúdo pressupõe a elaboração de um conjunto de procedimentos” (Vala, 1999, p. 109) o que permite credibilizar o estudo.

5.5. Análise de conteúdo das entrevistas

As entrevistas foram orientadas por um guião através da qual foi delineada uma sequência de ideias que, de acordo com o destinatário, fosse mais ao encontro do objeto desta investigação (ver anexo X). Norteado pela cerne da questão de investigação sobre *qual o contributo da abordagem Snoezelen, enquanto recurso comunitário, na qualidade de vida das Pessoas que a utiliza?*, em alinhamento com problemática inicial, de compreender quais as mais valias e repercussões do Snoezelen para a comunidade local.

5.5.1. A Abordagem Multissensorial Snoezelen como recurso no Centro Comunitário

Para compreender a problemática, dentro da amplitude da questão de investigação, foi delineado um objetivo geral que visa investigar o contributo da abordagem Snoezelen num CC.

Nesta ordem de ideias, o E#1 afirma que “A sala Snoezelen veio colmatar necessidades específicas e terapêuticas de um determinado público alvo devidamente identificado nossa comunidade local, proporcionando-lhes melhor bem-estar e qualidade de vida”. Esta afirmação é contextualizada pela posição de liderança que ocupa, pois revela um domínio mais lato. Provavelmente por se encontrar numa posição hierárquica relativamente recente, pois na resposta à questão sobre o seu envolvimento na criação do CC e, consequentemente à criação e abertura da sala Snoezelen, o E#1 respondeu que “não desempenhava as atuais funções à data da sua criação” em congruência com a Portaria n.º125/2020, que aprova a organização interna do Gabinete da Vice-Presidência do Governo e dos Assuntos Parlamentares.

Já a E#2 diz que “pela experiência que eu tenho desde o início, a sala de Snoezelen tem sido muito procurada. Se é procurada é porque é necessária.”, no entanto de igual modo ao E#1, a E#2 “eu não estava ligada quando abriu...”.

Relativamente à E#3, que faz intervenção Snoezelen no CC “há quatro [anos]”, é da opinião que “nas pessoas, nos mais idosos, principalmente aqui do centro comunitário, eu sinto, e é aquilo que eles dizem, e normalmente eles vêm cá procurar um momento de descanso, de relaxar e de tirar algumas dores. Normalmente é o que eles dizem. E voltam, porque sentem que melhoram”.

A E#5 é a responsável pelos CC's da RAM, ou seja, pertence à ISSM, IP-RAM, revela uma perceção abrangente e conhecimento sobre a temática muito embora não tenha sob a sua alçada o CC em estudo, visto que o mesmo “está na dependência direta da SRF [Secretaria Regional das Finanças]” (E#1). Na sua perspetiva, considera que “nós temos, a nível de estrutura física, temos logo uma limitação óbvia no sentido de fazer uma sala Snoezelen. Neste momento não temos em qualquer um dos, seja em que centro for, em nenhum deles, não conseguimos ter estrutura física para fazer uma sala Snoezelen.” No entanto, reconhece a importância e utiliza, como alternativa a possibilidade de haver “esta parceria, por exemplo, com o CISM [Centro de Inclusão Social da Madeira]”, muito embora “Nós tentamos proporcionar essa experiência a quem nunca a tenha tido. Porque de forma

regular não temos. Até porque temos às vezes um problema também que é os transportes. E nem sempre temos os transportes ou porque o autocarro avariou, ou porque a carrinha avariou”.

A E#5 reforça ainda que com a utilização pelas equipas dos diferentes CC de diferentes alternativas, que no seu entendimento vão ao encontro da filosofia Snoezelen. Assim, afirma que “as várias sensações são trabalhadas nos centros comunitários através de outro tipo de instrumentos técnicos, que são desenvolvidos, e através de outro tipo de técnicas. E, normalmente, as atividades, consoante o tipo de atividades, obviamente, mas, sobretudo, as atividades de grupo, normalmente são sempre iniciadas com um momento de aquietação, com um momento de calma.” Ao complemento que a investigadora refere, que o “Snoezelen em si é um conceito que pode ser aplicado não necessariamente dentro de uma sala” a E#5 identifica vários projetos, nomeadamente “o Projeto Florescer” que “, é um caderno de práticas de *Mindfulness* e gestão emocional para crianças dos 6 aos 12 anos”; “projeto *O Caminho Também é Um Lugar*, que também está vocacionado muito para as crianças que integram o primeiro ciclo”; “o *Banco do Tempo Trocado por Miúdos*, que foi uma história infantil, escrita por um dos técnicos do Centro Comunitário de São Martino, e que está destinada a estas crianças, e que pretende promover, junto dos mais novos, os valores e princípios associados ao Banco do Tempo”; “projeto *Crescer.com*, que é o que está na newsletter, neste momento. Já são trabalhadas as questões da violência, do *bullying*”; “o *Adolescer*, que é *adoles*, e depois entra parênteses, ser, S-E-R. Isto está descrito como uma viagem interior”(E#5).

De facto através do domínio da AMsS é possível “abrir” o leque das suas possibilidades, tal como observamos ao longo do capítulo II, decorrente da adequação dos diferentes ambientes como o meio aquático, jardins sensoriais ou através da adaptação da sala utilizada ajustando-a às necessidades e preferências da Pessoa, nomeadamente a iluminação, o tipo de música, as texturas e quiçá o aroma presente de acordo com o prévio conhecimento do perfil sensorial e da sensobiografia, Deste modo é possível adequar os objetivos, no ambiente, mas também a adaptação de outros ambientes, bem como outras estratégias de forma a promover não só a autorregulação mas também o acesso à Pessoa.

5.5.2. O contributo do Snoezelen

Para compreender o contributo da sala de estimulação multissensorial Snoezelen para a coesão e inclusão social dos diferentes grupos, colocamos a questão de forma mais

abrangente *conhecer a abordagem Snoezelen enquanto resposta para a comunidade e especificada no como fazem*, cuja resposta da E#2, de acordo com a sua observação, refere que quem implementa “divide mais ou menos seis, sete que entram dentro da sala e outros ficam aqui a brincar”, no entanto a E#3 retifica que apenas em caso de ser “por exemplo alguma escola, algum ATL, nesse sentido é em grupo”, já que dá preferência à intervenção individualizada sublinhando que as sessões “são feitas individuais, sempre”(E#3). Na subcategoria *quem implementa*, a E#2 contextualiza que “são pessoas que tiraram, houve aqui no início do ano, em setembro, uma formação especializada na sala Snoezelen, que eu por acaso também fiz” e identifica as diferentes entidades que recorrem a esta valência, muito embora em ocasiões pontuais.

5.5.3. Áreas de atuação e público-alvo

A diversidade nas valências de tipos de intervenção possíveis através deste recurso, passa não só pela área da saúde, mais especificamente nas diferentes terapias, como também a área educativa. Essa diversidade é confirmada pela E#2, “a utilização da sala Snoezelen pelo CACI, que é o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, que vem duas vezes por mês aqui”; “Temos também a utilização da sala Snoezelen por uma enfermeira, especialista em saúde mental, que trabalha no centro de saúde e que também faz aqui duas sessões por semana”; “temos o CREE também, que também utiliza uma sala de estimulação, que é o Centro de Recursos Educativos Especializados. Aí eles utilizam um dia por semana, e aí é uma psicomotricista que está a trabalhar nas escolas e que vem cá um dia para utilizar a sala. Tem mais ou menos sete sessões nesse dia, faz sete sessões com crianças e está sempre” e acrescenta que “Também houve um pedido este ano e penso que anteriormente a eu ter cá estado também já tinha sido utilizada (...) pela Fundação (...) que é o lar de idosos”. A E#3 identifica-se sendo psicomotricista.

De acordo com os dados referidos no Jornal Trimestral do CC#1 “A sala de estimulação multissensorial recebeu cerca de 310 sessões promovidas por técnicos especializados, ligados à educação e à saúde”²² no período compreendido entre outubro e dezembro de 2022. A referida fonte acrescenta ainda que os utilizadores têm idades compreendidas entre os 3 e os 70 anos.

Relativamente à subcategoria público-alvo, podemos constatar a diversidade na subcategoria anterior que abrange crianças relativamente ao CREE, jovens e adultos com

²² <https://www.madeira.gov.pt/Portals/28/Imagens/Jornal%20I.pdf>

deficiência do CACI e idosos do lar quer seja de forma individualizada quer seja em pequenos grupos.

Quanto aos critérios de seleção, a E#2 afirma que “estão abertas à população, a qualquer tipo de pessoa, é só... tem de se inscrever antecipadamente. Depois a psicomotricista (...) atempadamente, também quer saber que tipo de pessoa é que é, se tem algum problema de saúde, para saber depois como é que vai trabalhar a sessão com a pessoa que se inscreveu”, pelo que a E#3 acrescenta que “todas as pessoas tem a possibilidade de vir, está partilhado no Facebook, nós quando vamos às escolas também dizemos. Não há assim nenhuma regra para as pessoas poderem participar”.

Relativamente à divulgação, a E#2 refere que por ser um meio pequeno, resulta bem “a palavra passa a palavra”, mas também têm o “Facebook do Centro Comunitário”, a E#3 identifica também “Numa EMAEI”, ou seja Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, e acrescenta que “as pessoas dizem às outras” pelo que “quem realmente experimenta acaba por vir”.

À questão sobre *como teve conhecimento da sala*, a E#6 diz ter sido no âmbito de uma “reunião de equipa multidisciplinar” a E#7 “através da escola”, a E#8 “através da educadora”, a E#9 refere que “Desde a sua inauguração do feedback da mesma tem sido positivo, entre a população” e a E#10 “através de uma funcionária que é da minha família”.

5.5.4. Áreas de abrangência

Dentro da categoria relativa às áreas de abrangência, foram identificadas as seguintes áreas pela E#2: a “utilização da sala Snoezelen pelo CACI, que é o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão”, ou seja, esta valência é uma resposta, através de atividades ocupacionais, para jovens a partir dos 18 anos com deficiência ou incapacidade. “Temos também a utilização da sala Snoezelen por uma enfermeira, especialista em saúde mental, que trabalha no centro de saúde e que também faz aqui duas sessões por semana.”; o “CREE também, que também utiliza uma sala de estimulação, que é o Centro de Recursos Educativos Especializados. Aí eles utilizam um dia por semana, e aí é uma psicomotricista que está a trabalhar nas escolas e que vem cá um dia para utilizar a sala. Tem mais ou menos sete sessões nesse dia, faz sete sessões com crianças”, ou seja, uma população de crianças e jovens em idade escolar, normalmente neuro atípicas. A entrevistada refere ainda que foi

“pedido da utilização da sala pela Fundação (...), que é o lar de idosos (...) quem vinha, a dinamizava com eles”.

A E#3 esclarece que as Pessoas que utilizam a sala Snoezelen poderá ter a ver “se há uma patologia associada, já tive pessoas por exemplo que vêm relaxar porque estão num momento difícil da vida ou porque tiveram AVC’s ou Parkinson”, ou seja, fica aqui patente a transversalidade da aplicação da abordagem Snoezelen.

5.5.5. Perceção dos dirigentes e profissionais sobre o contributo do Snoezelen

Na auscultação da perceção dos dirigentes sobre a utilização desta abordagem para a promoção da QdV e equidade social, o E#1 refere que “A sala Snoezelen veio colmatar necessidades específicas e terapêuticas de um determinado publico alvo devidamente identificado nossa comunidade local, proporcionando-lhes melhor bem-estar e qualidade de vida”, já a E#2 perante a questão afirma que “Pois, eu acho!” (...)Por isso é uma mais-valia”.

Na identificação sobre qual o impacto da intervenção Snoezelen na qualidade de vida das pessoas que a utiliza, a E#3 identifica “o relaxar, o tónus, parece que há uma melhoria com algumas sessões, pelo menos isso eles demonstram” e acrescenta que “No caso das crianças, talvez, melhora o foco na escola (...)Normalmente, têm melhores noites de sono, é isso que os pais relatam, melhores noites de sono, mais atenção”.

5.5.6 A Perceção da Qualidade de Vida das Pessoas que Utilizam a Sala Snoezelen

Na *razão pela qual utiliza a sala Snoezelen*, a E#6 diz “Utilizei o espaço para a minha própria sanidade mental, procurando relaxar do stress do dia a dia”; E#7 “oferece a possibilidade de usar diversas ferramentas multissensoriais de forma a estimular a criança a se envolver no ambiente e libertar-se das suas inibições mais facilmente”; E#8 “melhoramento da estabilidade emocional e psicomotricidade”; E#9 “pelas diversas dinâmicas que a sala e a professora dinamiza”; E#10 “Tenho utilizado a sala para ajudar o meu filho a gerir melhor as emoções e a impulsividade”.

Os participantes identificaram na questão relativa às *diferenças identifica antes e depois da sessão*, E#6 “Ficamos mais serenos”; E#7 Após a sessão encontro a minha filha mais solta, mais desinibida e alegre”; E#8 “fica mais calma após as sessões e muito feliz”;

E#9 “Sai feliz e com vontade de voltar. Noto também que sai mais relaxado”; E#10 “A criança no antes está muito agitada, e depois muito mais calma e recetiva”.

Na identificação sobre *que diferenças sente no dia-a-dia*, quanto à subcategoria, *em que aspetos da vida*, a E#6 “É um espaço que me ajudou a descomprimir, a encontrar paz e silêncio”; E#7 “Encontro uma criança sobretudo mais feliz”; E#8 “tornou-se menos retraída e mais sociável, além de ter melhorado o equilíbrio físico”; E#9 “Ele frequentou poucas vezes, no entanto gosta muito, e ficava feliz quando ia à sala”; E#10 “A experiência tem sido muito positiva, apesar de achar que deveria ser um pouco mais de tempo, mas compreendo que para chegar a todas as necessidades da ilha tem de ser assim.”. Na subcategoria *se sente que tem mais / menos qualidade de vida*, a E#6 não respondeu à questão; a E#7 “Sinto uma melhoria na qualidade de vida bastante significativa”, a E#8 “ganhou mais qualidade de vida” e as E#9 e E#10 não responderam.

As respostas relativas à questão *qual a regularidade que frequenta o espaço?*, foram, na E#6 “uma vez ao mês pois a procura é grande e há que dar oportunidade a todos”; E#7 “Uma vez por mês”; E#8 “uma vez ao mês”; E#9 “Duas vezes por mês” e o E#10 “uma a duas vezes por mês”

De forma a compreender o grau de satisfação, dos participantes desta auscultação, questionou-se *se recomendaria o espaço a familiares e/ou amigos*, foram obtidas as seguintes respostas: E#6 “Sim recomendaria e já o fiz”; E#7 “Com toda a certeza que recomendaria este espaço a qualquer pessoa que necessite de estimulação sensorial”; E#8 “Sim”; E#9 “Sim, claro!” e o E#10 “Sim, recomendo”.

Já no que diz respeito a uma opinião sobre o CC em questão, todos reconhecem a importância, pelo que a E#6 afirma que “Acho que o espaço do Centro Comunitário tem sido bem aproveitado para muitos e diversos projetos e deve continuar a ser aproveitado para o bem da comunidade”; a E#7 “O centro comunitário é uma grande mais-valia para toda a comunidade”; E#8 “Ótima valência para a população”; E#9 “A nível geral é positiva, tem dinamizadas diversas atividades interessantes e deverá continuar, pois é uma mais-valia para a população” e o E#10 “É um espaço muito agradável bem equipado. Penso que satisfaz a necessidade da população no geral, desde crianças a idosos.”

Considerações finais

Ao longo destas páginas cuja temática decorreu da vontade de cruzar, compreender e esclarecer conceitos abordados no decorrer deste mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário, sob a perspetiva da filosofia Snoezelen, linha de estudo que entronca neste trabalho de investigação.

Concluído todo o processo de estudo, são aqui apresentadas reflexões, algumas conclusões e recomendações consideradas pertinentes para fundamentar não só a sua pertinência, mas a relevância de, ainda que pareçam pequenos, o contributo que as ações de um pequeno grupo possam ter no grande grupo, ou seja, na comunidade, de forma a garantir os princípios básicos do desenvolvimento comunitário.

Através do CC#1, foi possível compreender a importância deste recurso disponível na comunidade abrangendo áreas fundamentais como a educação e a saúde. Se por um lado temos as crianças que em contexto Snoezelen melhoram a atenção e a concentração que se reflete nas aprendizagens, por outro temos os adultos e idosos que relaxam o tónus e a mente que se reflete, de uma forma generalizada na sua QdV.

A disponibilização à comunidade de um espaço específico para desenvolver a filosofia Snoezelen nas diferentes áreas de abrangência, potencializa uma resposta comunitária que promove focar recursos em resposta às demandas da comunidade. Esta resposta possibilita uma intervenção de carácter social que se reflete numa cidadania mais participada e esclarecida o que fortalece o DC.

Evidentemente, como diz Sampaio da Nóvoa (2005), só através da educação se apruma o desenvolvimento. Corrobando com o autor e articulando com algumas das unidades curriculares deste mestrado, verifica-se a existência de uma interligação em dois níveis complementares: ao nível micro, através do desenvolvimento do indivíduo numa perspetiva ao longo da vida; e ao nível macro, pela influência da comunidade que se constitui a partir da multiplicidade das pessoas. Esta diversidade humana reflete-se em aspetos complexos — biológicos, culturais, históricos e psicossociais — e é precisamente esta riqueza que possibilita a singularidade de cada indivíduo, traduzindo-se no desenvolvimento possível através da multiculturalidade.

Da área científica da saúde incluída no plano curricular, a saúde e bem-estar permitiu refletir temáticas promotoras de uma literacia para saúde mais esclarecida e eficaz. A igualdade de género, numa era onde esta temática é ainda controversa, destaca a importância

da educação e conseqüente o desenvolvimento e a responsabilidade social para a irradiação de todo o tipo de violência incluindo a violência de gênero.

Numa dimensão mais lata enquadra-se a correlação entre a educação, desenvolvimento e migrações num mundo cada vez mais globalizado, onde a crescente preocupação e consciencialização da sustentabilidade ambiental e o seu impacto na QdV no planeta.

O desenvolvimento abarca igualmente, portanto, a coesão territorial já que determina no espaço e no tempo a identidade daquela comunidade e se reflete nas diferentes dinâmicas urbanas, na sustentabilidade, na mobilidade e acessibilidade das pessoas aos bens e serviços disponíveis através da sua participação ativa das pessoas que ali residem e enquanto principais agentes do desenvolvimento. Assim, o conceito de periferia emerge como algo que circunscreve a tal identidade moral e ética enquadrada nos diferentes, na dualidade entre o centro e a periferia e os diferentes tipos de poder, nomeadamente o económico através do qual o princípio da subsidiariedade que imputa o direito e responsabilidade da comunidade com a mais-valia da possibilidade de recorrer a órgãos superiores em caso de necessidade aumentando a possibilidade da justiça.

No decorrer do aporte conceptual e bibliográfico de cada uma das unidades curriculares, constatei que o CC enquanto estrutura física, é considerada uma ponte entre a comunidade e o poder político local que promove uma participação cívica mais ativa. Esta estrutura polivalente de proximidade, deverá ter em conta a sua localização estratégica de forma a assegurar a acessibilidade de todos os cidadãos, garantir a promoção de um sentimento de pertença, tornando-se facilitadora do exercício dos direitos e deveres dos cidadãos. Esta intervenção social, está assente na interligação dos conceitos-chave, relembrando: a participação, a parceria e a base local, em consonância com os objetivos da UE dos ODS e em conformidade com os pressupostos do TFUE. Este alinhamento de intervenção social, traduz-se na otimização da melhoria dos níveis de vida e como consequência na melhoria do bem estar e da QdV da comunidade.

É possível afirmar que a promoção do DC decorre na necessidade da ONU criar uma entidade especializada nas áreas de educação, ciência e cultura através da UNESCO. A ação desta organização internacional, está assente na agregação de meios económicos e sociais que promovam a coesão social nas zonas mais fragilizadas do nosso planeta.

É pois, através destas formas de olhar a complexidade do desenvolvimento comunitário, qual caleidoscópio, que se alimentou a intenção de compreender o papel da abordagem Snoezelen nesta resposta comunitária. Esta filosofia não farmacológica embora

ainda recente, tem revelado a sua potencialidade em diferentes áreas com base na percepção sensorial sendo que são reconhecidas diferentes formas de sentir.

No decorrer do II Capítulo, foi fundamentado através do aporte de fontes mundialmente reconhecidas, a história, o conceito e aplicabilidade da AMsS. Com efeito, observou-se através da literatura, que o Snoezelen, enquanto abordagem multissensorial, tem vindo a ganhar notoriedade surgindo nos mais diversos contextos transversais nas idades e propósitos. Esta filosofia, assente na estimulação multissensorial, não diretiva nem farmacológica pretende serenar a Pessoa através da imersão no aqui e agora que o momento proporciona. É através do circuito algo complexo do mundo das sensações, como são recebidas, interpretadas e como responde a esse estímulo que as Pessoas, em particular as que têm alguma fragilidade conseguem comunicar, de forma verbal ou não verbal o que reflete a diversidade de áreas de abrangência na AMsS.

A intervenção da AMsS assenta nos eixos relacional, sensorial de bem-estar e relaxamento, pelo que a formação especializada do profissional facilita a comunicação efetiva da Pessoa e deste modo adequar o ambiente sempre que necessário. Deste modo é fundamental adequar uma dieta sensorial de acordo com as especificidades do indivíduo, possível através de instrumentos tais como o perfil sensorial, sensobiografia, passaporte sensorial entre outros, que poderão ser criados, adaptando à situação da Pessoa. Desta forma torna-se possível identificar os indicadores do perfil sensorial da Pessoa e consequente monitorizar para avaliar a evolução da intervenção, pois são cruciais para acompanhar a evolução com base em dados concretos e individualizados.

O III capítulo que resume e contextualiza a comunidade na era atual, fortemente marcada pela globalização, pela disseminação dos *mass media* o envelhecimento demográfico e o seu reflexo no bem-estar e na QdV das pessoas. Com este enquadramento, é possível fazer um paralelo entre os conceitos aqui abordados, nomeadamente o DC, a comunidade, o CC e o relacionar com o contributo que o aporte do recurso à AMsS.

Posto isto, da investigação empírica patente na segunda parte deste estudo que teve como finalidade explicar o fenómeno social inerente à existência de uma sala Snoezelen num CC. Para tal, foram reunidos dados relevantes para o explorar. Importa assim, destacar o problema em pesquisa: um CC criado recentemente, que embora alvo de constrangimentos estruturais nomeadamente a pandemia e a reestruturação política e administrativa local, aquando da sua conceção já contemplava a existência de uma sala de estimulação multissensorial. Apoiada na literatura explanada na primeira parte deste estudo, foi possível constatar a importância da formação na área de Snoezelen. Esta formação leva aos eixos de

saber prático que Pagliano (2012) identifica: o saber adequar o ambiente; saber que estímulo ou estímulos usar de acordo com a especificidade da Pessoa; saber porque o está usando e por último, mas não menos importante, saber quando o usar. Através destes eixos é possível adequar e aceder às especificidades da Pessoa. Não obstante, o autor refere que tendo em conta a transversalidade de propósitos e idades das Pessoas que beneficiam desta filosofia, podem ser assistidos por facilitadores de áreas distintas, inclusive cuidadores e pais dando seguimento às orientações do profissional.

Quanto à resposta à questão de investigação, centrada no contributo da AMsS, enquanto recurso comunitário na QdV, os dados obtidos permitem identificar elementos-chave que contribuem para a sua compreensão, à luz do objetivo definido. Pelo que na perspetiva do E#1 a sala Snoezelen vai ao encontro das “necessidades específicas e terapêuticas de um determinado público-alvo devidamente identificado na nossa comunidade local, proporcionando-lhe melhor bem-estar e qualidade de vida”, a E#3 responde de uma forma mais específica salientando o relaxamento e uma melhor atenção/concentração em contexto escolar. Através da E#3 foi possível contextualizar, enquadrar e verificar a dinâmica da sala, relativamente aos últimos quatro anos, data a partir da qual esta profissional utiliza a AMsS, inicialmente para alguns casos decorrentes da sua intervenção como psicomotricista, mas também intervém com pessoas sem comorbilidades. Considero que este testemunho foi o que mais foi ao encontro das questões e objetivos propostos, o que se revelou uma grande mais-valia. Não obstante a formação académica desta profissional e o seu interesse pela temática, a falta de uma formação mais especializada no Snoezelen revela-se ser um aspeto a melhorar, pois através de uma melhor preparação é possível atender às mais diversas características das Pessoas.

Tratando-se de um estudo de caso, assente na metodologia qualitativa, foi formulado um guião com questões que procuravam responder aos objetivos e questão central deste estudo. Num total de nove entrevistas, três às chefias ligadas ao CC, das duas profissionais a utilizar, à data, apenas conseguimos a colaboração de uma e quanto às Pessoas que utilizam esta sala, foram feitas cinco entrevistas através da estreita colaboração da profissional que utiliza a sala.

No decorrer da fase de entrevistas, que se iniciou com a E#2, ficou implícito algum desconforto sobre a temática a que se deve, na minha interpretação, ao pouco conhecimento sobre a temática, o mesmo sucedeu com o E#1, Apesar da E#5 dominar um pouco mais a temática da relação bem estar e QdV assente em projetos específicos, mas não necessariamente em sala adequada para uma intervenção específica através da AMsS. Não

obstante o facto de ser o único CC com esta valência, ser recente e verificar-se alguma subutilização desta sala, este estudo serve para dar a conhecer a AMsS, a sua vasta abrangência de situações em que pode ser usada, a prevenção que a comunidade pode usufruir nas diferentes áreas da saúde e da educação e a importância de saber como potencializar este recurso.

No meu ponto de vista, a existência da sala Snoezelen num CC enquanto estrutura de proximidade à comunidade, poderá revelar-se um recurso valioso na medida em que possibilita recorrer a um ambiente com características diferenciadas. O fator determinante recai sobre a importância dos CC's enquanto polos de desenvolvimento não só local como social e a sua mais-valia enquanto promotores de cidadania.

Finalizo com uma reflexão analítica para abordar as limitações e recomendações deste estudo. Quanto às limitações destaca-se o facto de ser uma amostra pequena que condiciona alguma generalização, também o facto de ser caso único, até à data, o que seria interessante se houvesse mais para um estudo comparativo de práticas e perspetivas. Esta é uma infraestrutura muito recente pelo que a divulgação e rentabilização da sala Snoezelen é ainda reduzida. Este é um meio pequeno e periférico condicionou uma auscultação mais próxima dos utilizadores. No que diz respeito às recomendações, saliento a importância da formação especializada em Snoezelen para uma melhor rentabilização do espaço e do tempo para que mais pessoas possam utilizar e potencializar os equipamentos da sala. Apesar dos constrangimentos enfrentados, estou ciente de que esta investigação poderá constituir um contributo relevante para estudos futuros sobre esta temática. Espero, igualmente, que este trabalho possa servir de alavanca para a valorização e a implementação da AMsS, enquanto promotora da QdV na comunidade.

Referências

- Almeida, L.B. (2018). *Introdução à Neurociência, Arquitetura, Função, Interações, e Doença no Sistema Nervoso*. 2.ª Edição. Climepsi Editores.
- Amado, J. & Freire, I. (2014). *Estudo de caso na investigação em educação*. Amado, J. (2.ª Edição). Manual de Investigação Qualitativa em Educação. (pp.121-144) Imprensa da Universidade de Coimbra..
- Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática*. Caderno de Estudos Africanos (p.35-70). Open Edition Journals.
- Amaro, R.R. (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. 1.ª Edição. Leigos para a o Desenvolvimento. <https://docplayer.com.br/215815188-Manual-de-praticas-e-metodos-sobre-grupos-comunitarios-rogerio-roque-amaro.html>
- Baillon, S., van Diepen, E & Prettyman, R. (2002). *Multi-sensory therapy in psychiatric care*. (pp.444-452). Advances in Psychiatric Treatment. Vol. 8. Published online by Cambridge University Press. <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/DFE3A6312127D34F2CEE058749AB6E81/S135551460001110Xa.pdf/multi-sensory-therapy-in-psychiatric-care.pdf>
- Barros, R. (2011). *Genealogia dos Conceitos em Aprendizagem de Adultos: Da Educação Permanente à Aprendizagem ao Longo da Vida – Um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. (1.ª Edição). Chiado Editora.
- Baltazar, M. (2004). *Políticas Sociais: Solidariedades Planeadas*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Évora. <https://home.uevora.pt/~mcpr/Doc2.pdf>
- Bonfim, C. J., Saraiva, M. E., Curto, M. J., Abrantes, M. L. & Ferreira, S. P. (2000). *Centro Comunitário*. Direcção-Geral da Acção Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. https://www.seg-social.pt/documents/10152/51562/Centro_comunitario/a0a29948-aba9-446b-afc0-8561ad725e37
- Branco, F. & Gonçalves, J. (2021). *Envelhecimento, Redes e Serviços e Apoio Comunitário*. (pp. 147-158). Pinto J. C. e Pinto H. R. *Envelhecimento: Dimensões e Contextos*. Universidade Católica Editora.

Brandão, C., Ribeiro, J. & Costa, A. P. (2021). *Análise de Dados*. No S. P. Gonçalves (1.^a Edição), *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações* (pp.125-158). Pactor.

Burbules, N. C. & Torres, C. A. (2000). *Globalização e Educação: Uma Introdução*. (pp. 11-26). Burbules, N. C. & Torres, C. A. (2004). *Globalização e Educação: Perspetivas Críticas*. Artmed Editora.

Canavarro, M. (2010). *Qualidade de Vida: Significados e Níveis de Análise*. (pp. 3 – 21).

Canavarro, M., Serra, A. (2010). *Qualidade de Vida e Saúde: Uma Abordagem na Perspetiva da Organização Mundial de Saúde*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Carmo, H., Esgaio A., Pinto C., & Pinto P. (2015). *Desenvolvimento Comunitário*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Carvalho, S., Martins, F., Martins, A., Barbosa, R. e Vicente, S. (2023). *Effectiveness of Snoezelen in Older Adults With Neurocognitive and other Pathologies: a systematic review of the literature*. Journal of Neuropsychology. pp.1–20. DOI: 10.1111/jnp.12346. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/153242/2/645818.pdf>

Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. (2018). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 Objetivos para Transformar o Nosso Mundo*. https://e4k4c4x9.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf

Comissão das Comunidades Europeias. (2000). *Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida*. <https://dne.cnedu.pt/dmdocuments/Memorando%20sobre%20Aprendizagem%20Longo%20da%20Vida%20pt.pdf>

Comissão das Comunidades Europeias. (2008). *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia - Tirar Partido da Diversidade Territorial*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52008DC0616>

Coutinho, E., Dias, H., Santos, M.J., Leitão, A.L., Pires, A.S., Feliciano, A., Pereira, C.N., Loureiro, M.P., Rasteiro, R., Martins & Machado, V. (2021). *Promoção de saúde da mulher: desafios e tendências*. Escola Superior de Viseu. <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/7076/1/LivroPromo%c3%a7%c3%a3oSa%c3%badeMulher.pdf>

Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/M, de 16 de novembro. *Aprova a orgânica do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/34-2012-191100>

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2006/M, de 18 de abril. *Aprova o Estatuto do Sistema de Acção Social da Área de Segurança Social na Região Autónoma da Madeira.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/9-650160>

Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2020/M, de 21 de janeiro. *Aprova a orgânica da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar-regional/10-2020-128326624>

Degani, M., & Chariglione, I. P. (2019). *Uma proposta da abordagem Snoezelen em estimulação multissensorial no contexto da Gerontologia – um ensaio reflexivo.* Revista Kairós-Gerontologia, 22 (2), 175–196. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2019v22i2p175-196> <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/45609>

Delors, J., Al-Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., Manley, M., Quero, M., Savané, M., Singh, K., Stavenhagen, R., Suhr, M. & Nanzhao, Z. (1998). *Educação um Tesouro a Descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.* UNESCO/Edições ASA/Cortez. http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf

Despacho Normativo n.º 1/2023, de 27 de fevereiro. *Aprova o Regulamento Interno dos Centros Comunitários do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.*

<https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202023/ISerie-039-2023-02-27sup.pdf>

Domingues, L. (2005). *Políticas Sociais em Mudança, o estado, as empresas e a intervenção social.* Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. (2018-2022). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.* Camões – Instituto da cooperação e da Língua. <https://ened-portugal.pt/pt/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-94-2018>

Faure, E., Herrera, F., Kaddoura A., Lopes, H. Petrovki, A., Rahnema, M. & Ward, F. (1982) *Learning to Be, The World of Education Today and Tomorrow*. (7th impression). UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000001801>

Fernandes, J. V. (1988). *Da Alfabetização/Educação de Adultos à Educação Popular/Comunitária: Relevância do Contributo de Paulo Freire*. (pp. 113-150). Apple, M. & e Nóvoa, A. (1998). *Paulo Freire: Política e Pedagogia*. Porto Editora.

Ferreira, D. G. (2021). *Envelhecimento e saúde mental*. (pp. 147-158). Pinto J. C. & Pinto H. R. *Envelhecimento: Dimensões e Contextos*. Universidade Católica Editora.

Ferreira, F. D. (2015). *Efeitos da Estimulação Multissensorial pelo Método Snoezelen em Adultos com Paralisia Cerebral*. Escola Superior de Saúde. Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/16250/1/Efeitos%20da%20estimula%C3%A7%C3%A3o%20multissensorial%20pelo%20m%C3%A9todo%20Snoezelen%20em%20adultos%20com%20paralisia%20cerebral.pdf>

Figueiredo, A. M. (2021). *Políticas de Inovação e Coesão Territorial: o Equilíbrio Impossível ou necessário da Política Regional de Nova Geração*. (pp.129-156). Marques, J. L. & Carballo-Cruz, F. (2021). *30 anos de Ciência Regional em Perspetiva*. Edições Almedina.

Fórum das Cidades. (2008). *Comunicação da Comissão Europeia, que marcou o início de uma consulta pública sobre coesão territorial na União Europeia*. <https://www.forumdascidades.pt/content/livro-verde-sobre-coesao-territorial-europeia-2008>

Fowler, S. (2008). *Multisensory Rooms and Environments, Controlled Sensory Experiences for People with Profound and Multiple Disabilities*. Jessica Kingsley Publishers. https://books.google.pt/books?id=f3IGsdYU2GwC&printsec=frontcover&dq=Multisensory+rooms+and+environments+fowler&hl=pt%20T&sa=X&ved=0ahUKEwjtd2A2PbjAhX_BWMBHVZNDx8Q6AEIKTAA#v=onepage&q&f=true

Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. (2.^a Edição). Afrontamento.

Freire, P. (2012). *Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários à Prática Educativa*. Edições Pedagogo, Lda.

Freire, P. (2018). *Pedagogia do Oprimido*. (3.^a Edição). Edições Afrontamentos.

Gómez, E.E. (2021). *Desenhos de Investigação Qualitativa*. S. P. Gonçalves (1.ª Edição), *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações* (pp.3-23). Pactor.

Gómez, J. A., Freitas, O. M. & Callejas, G. V. (2007) *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local, Perspetivas Pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. (1.ª Edição). Profedições.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, sentidos e formas de uso*. Princípiã. (1.ª Edição).

Modelização das Políticas e das Práticas de Inclusão Social das Pessoas com Deficiências. (2007). *Qualidade de Vida – Modelo Conceptual*. Centro de Reabilitação Profissional de Gaia & Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. https://crpg.pt/wp-content/uploads/Modelo_de_Qualidade_de_Vida-2.pdf

Jesuino, B.M. (2021). *Educação para a Felicidade e o Bem-estar*. Editora RH. Levy, D. (2021). *A Saúde Mental Positiva e os seus Desafios no Mundo Moderno*. (pp.274-299).

Klugman, J. (2010). *A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. https://idris.org.br/wp-content/uploads/2014/05/PNUD_HDR_2010.pdf

Koning, M., Múrias, C., Ribeiro, R., Carvalho, A. & Lopes, L. (2012). *Lideranças Partilhadas – Caderno de Trabalho: Propostas e literacia para a igualdade de género e a qualidade de vida*. Fundação Cuidar O Futuro.

Lopes, A. F. (2018). *O impacto de um programa de estimulação multissensorial na qualidade de vida, depressão e ansiedade num doente internado nos cuidados paliativos de um centro hospitalar da zona interior do país: estudo de caso*. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=191748

Ludín, I. (2016). *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. Escolar Editora

Martins, M. (2012). *Snoezelen with old people: Sensory Stimulation for Better Quality of Life*. Journal of Aging & Innovation, Volume 1. Ed. 1 (pp.53-68) <https://www.journalofagingandinnovation.org/wp-content/uploads/6-snoezelen.pdf>

Martins, M.A. (2016). *Utilidade Instantânea e recordada da abordagem Snoezelen em idosos Institucionalizados e modelos cognitivos de eficácia em cuidadores*. (tese de doutoramento). Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/29529>

- Mayo, M., Mendiweso-Bendek, Z. & Packham, C. (2013). *Community Development, Community Organising and Third Sector – University Research Partnerships*. (pp. 3-18).
- Mayo, M., Mendiweso-Bendek, Z. & Packham, C. (2013). *Community Research for Community Development*. Palgrave Macmillan.
- Mendes, G. (2023) *Educação e Desenvolvimento. Um embrião nas práticas pedagógicas participativas*. In, Rodrigues, L. & Sousa, J. M. (Org.). *Educação e Desenvolvimento Comunitário*. (pp. 161-170). (1.ª Edição). Imprensa Académica.
- Mendonça, J. T. (2021). *Ao encontro das cidades futuras*. Rede Cultura 2027 / Município de Leiria.
- Morgado, J. (2012). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação*. De Facto Editores.
- Nações Unidas. (1945). *Carta das Nações Unidas e o Estatuto da Tribunal Internacional de Justiça*. Departamento de Informação Pública.
- Nóvoa, A. (2005). *EVIDENTEMENTE – Histórias da Educação*. (2.ª Edição). Asa Editores.
- Nunes, E. (2011). *Celebração do 25.º Aniversário da Carta de Ottawa*. (pp. 200-202). Elsevier Doyma - Revista Portuguesa de Saúde Pública. <https://www.elsevier.es/index.php?p=revista&pRevista=pdf-simple&pii=S0870902511700244&r=323>
- ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>
- Organização Mundial da Saúde. (1946). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf
- Organização Mundial da Saúde. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>
- Parlamento Europeu. (2024). *O Princípio da Subsidiariedade*. Ficha Técnica sobre a União Europeia. https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_1.2.2.pdf

Parreira, M. (2018). *Snoezelen Experience: Intervenções do Enfermeiro Especialista promotoras do Conforto Materno-fetal*. Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/27961/1/tese%20mestrado%20final%20maria%20miguel%20snoezelen%208CMESMO.pdf>

Paulo, M. & Casado, J. (2021). *Intervenção em estimulação Multissensorial e Snoezelen*. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. (pp:23-34) INFAD Revista de Psicologia, N°1 - Volumen 2. ISSN: 0214-9877. <http://hdl.handle.net/10662/13378>
https://dehesa.unex.es/bitstream/10662/13378/1/0214-9877_2021_1_2_23.pdf

Pereira, I. C., Mateus, J. D., Simões, M. C., Serra, N. M., Ferreira, S. A. & Pinho, T. I. (2017). *Referencial teórico e metodológico para o desenvolvimento comunitário na SCML – Sebentas Ação Social*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Centro Editorial.

Pereira, S. (2021). *Perceção de Pais e Profissionais de Educação sobre Estimulação Multissensorial e Snoezelen*. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Politécnico de Leiria. https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/7213/1/Relat%C3%B3rio%20Final%20de%20Mestrado_S%C3%B3nia%20Pereira_P%C3%B3s%20Defesa_ap%C3%B3s%20corre%C3%A7%C3%B5es%20formais.pdf

Pinkney, L. (2000). *Assessment of the multisensory environment*. *British Journal of Therapy and Rehabilitation*, 7(4). <https://doi.org/10.12968/bjtr.2000.7.4.13884>

Pires, A. L. (2014). *Editorial, Educação formal, não formal e informal: transversalidades e inter-relações*. (pp.1-9). Medi@ções, Revista OnLine. (Vol.2 – n.º2 – 2014). Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Educação. https://mediacoes.es.e.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/download/74/pdf_35

Portaria n.º 125/2020, de 14 de abril. *Aprova a organização interna do Gabinete da Vice-Presidência do Governo e dos Assuntos Parlamentares, designado abreviadamente por GVP*. <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202020/ISerie-067-2020-04-14.pdf>

Portaria n.º 17/2017, de 23 de janeiro. *Aprova os Estatutos do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, abreviadamente designado ISSM, IP-RAM, os quais estabelecem a organização interna e as respetivas competências dos serviços e dos estabelecimentos integrados que funcionam na sua dependência*.

<https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202017/ISerie-015-2017-01-23.pdf>

Rafael, S., & Piscalho, I. (2017). *A intervenção precoce na infância e o(s) percurso(s) para a inclusão: um estudo de caso*. Revista Interacções. 12(41).
<https://doi.org/10.25755/int.10835>

<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10835>

Rando B. & Madureira, C. (2022). *Prevenção e promoção da saúde e do bem-estar em contexto comunitário*. (pp.133-153). Santos, T. e Nery, M. (2022). *Psicologia Clínica e da Saúde – Da Teoria à Intervenção*. Edições Sílabo.

Rego, A., Pina e Cunha, M., Gomes, J., Campos e Cunha, R., Cabral-Cardoso C. & Marques C. (2020). *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano*. Edições Sílabo, Lda. (3.^a Edição).

Relatório da Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida. (2017). *Cuidar o Futuro, Um Programa Radical Para Viver Melhor*. Fundação Cuidar o Futuro.
https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/03/relatorio_cuidar-o-futuro-v1.pdf#page=466.00

Resolução das Nações Unidas n.º 75/131. (2020). *United Nations Decade of Healthy Ageing (2021-2030)*. General Assembly.
<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n20/363/87/pdf/n2036387.pdf?token=hEvtLnsz8fJFbzSeRN&fe=true>

Sachs, I. (2010). *Barricadas de ontem, campos de futuro*. (pp.334-54). *A terceira margem. Em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
<https://www.scielo.br/j/ea/a/mrZLmdBPvQR7hFpDqmLDkML/?format=pdf&lang=pt>

Sánchez, F. & Abreu, M. (2010.). *Benefícios da Terapia Snoezelen em utentes com demência*. VI Complemento de Formação em Enfermagem.
<http://www.forbrain.pt/uploads/documentos/9%20Beneficios%20da%20Terapia%20Snoezelen.pdf>

Santos, B. (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade*. (8.^a Edição). Edições Afrontamento.

Santos, C., Martins, T. & Ferreira, T. (2009). *Saúde e Qualidade de Vida: Contributos Teóricos*. (pp.15-27). Sequeira, C., Santos, C., Borges, E., Abreu, M., & Sousa, M. (2009).

Saúde e Qualidade de Vida: Estado da Arte. Núcleo de Investigação em Saúde e Qualidade de Vida. Escola Superior de Enfermagem do Porto.

Schalock, R. e Alonso, M. (2002). *Handbook on Quality of Life for Human Service Practitioners*. American Association of Mental Retardation - Books and Research Monographs Editor. <https://archive.org/details/handbookonqualit0000scha/mode/1up>

Schofield, P. (2013). *Evaluating Snoezelen for relaxation within chronic pain management*. *British Journal of Nursing*. Volume 11, Issue 12 (s.p.). DOI: [10.12968/bjon.2002.11.12.10304](https://doi.org/10.12968/bjon.2002.11.12.10304)

<https://www.magonlinelibrary.com/doi/epdf/10.12968/bjon.2002.11.12.10304>

Sebastião, J. (2009). *Democratização do ensino, desigualdades sociais e trajetórias escolares*. Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a ciência e a tecnologia.

Sella, M. (2008). *Snoezelen: um caminho para o mundo sensorial*. Gráfica Capital, Ltda.

Serrano, P. (2021). *A Integração Sensorial – No desenvolvimento e aprendizagem da criança*. 4.ª Edição. Papa-Letras.

Silva, Maria (1963). *Bases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISSN 0003-2573, ZDB-ID 434001-2. - Vol. 1.1963, 4, p. 538-558. <https://www.studocu.com/pt/document/universidade-aberta/desenvolvimento-comunitario/fases-de-um-processo-de-desenvolvimento-comunitario/32116427>

Teixeira, V. L. (2014). *Snoezelen... Perceções sobre a sua utilidade junto de crianças com Paralisia Cerebral*. Instituto Superior de Ciências Educativas. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24998/1/Tese%20Snoezelen-Paralisia%20Cerebral%20Vera%20Teixeira.pdf>

Teodoro, A. (2010). *Educação, Globalização e Neoliberalismo, os novos modos de regulação transnacional das políticas de educação*. Edições Universitárias Lusófonas.

Thiry, M. (2014). *Snoezelen, un monde en quête de sens par la sensorialité*. (pp. 67-71). L'Observatoire. N.º80. <https://revueobservatoire.be/Snoezelen-un-monde-en-quete-de-sens-par-la-sensorialite>

UE (2017). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. UE. https://commission.europa.eu/system/files/2017-12/social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_pt.pdf

- UNECE. (2021). *Guidelines for Mainstreaming Ageing*. United Nations. https://unece.org/sites/default/files/2021-03/ECE-WG.1-37_Guidelines_for_Mainstreaming_Ageing_1.pdf
- UNECE. (2021). *Orientações para a integração do envelhecimento*. ONU. https://unece.org/sites/default/files/2022-11/PRT_Guidelines_for_Mainstreaming_Ageing.pdf
- Vala, J. (1999). *Análise de conteúdo*. (pp. 101-128). Silva, A. & Pinto, J. (Org.). *Metodologia das Ciências Sociais*. (10.^a Edição). Edições Afrontamento.
- Venâncio, J. S. (2016). *Estimulação multissensorial: terapia de Snoezelen para idosos com demência*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/5449/1/Trabalho-de-projeto-JV_.pdf
- Verdugo, M., Schalock, R., Arias, B., Gómez, L. & Urríes, B. (2013). *Calidad de Vida*. In *book: Discapacidad e Inclusión*. (pp.443-461). Amarú Editors. https://www.researchgate.net/publication/283211086_Calidad_de_Vida
- Verheul, A. (2014). *Snoezelen – “niets moet, alles mag” - Snoezelen – “nothing has to be done, everything is allowed”* (pp.26-44). ISNA-MSE’s XII World Conference. (2014). *Everyday Multisensory Environments, Wellness Technology and Snoezelen*. HAMK University of Applied Sciences. https://www.theseus.fi/bitstream/handle/10024/81320/HAMK_ISNAMSE_2014_ebook.pdf#page=26.99
- Werthein, J. & Cunha, C. (2000). *Fundamentos da Nova Educação*. Cadernos UNESCO. Série Educação. Vol.5. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129766>
- WHO. (1986). *Carta de Ottawa*. <https://www.who.int/teams/health-promotion/enhanced-wellbeing/first-global-conference>

Apêndices

Apêndice A: *Pedido de Autorização a Instituições*

ASSUNTO: Pedido de autorização para recolha de dados qualitativos (...), no âmbito do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário

Funchal, 28 de junho de 2024

À Coordenação

Exmas.(os) Senhoras (es)

Eu, Susana Maria Alves da Luz Silva, na qualidade de mestranda do 2.º ano do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário na Universidade da Madeira, a realizar a minha Dissertação, sob o tema “**A Abordagem Multissensorial Snoezelen – Um recurso comunitário na Região Autónoma da Madeira**”, com a orientação científica da Professora Ana Maria França Freitas Kot-Kotecki, de acordo com o documento em anexo, venho por este meio solicitar à Vossa Direção/Coordenação, autorização para acesso, consulta e recolha de dados pertinentes a esta investigação, bem como recolha de dados qualitativos sob forma de entrevistas, questionários e análise documental, cujo guião será atempadamente enviado a Vossas Exas.

A finalidade desta investigação visa responder à questão: Qual o contributo da abordagem multissensorial Snoezelen, enquanto recurso comunitário, na Qualidade de Vida dos seus usuários? Pelo que o objetivo geral visa investigar o contributo da abordagem Snoezelen num Centro Comunitário. Quanto aos objetivos específicos, são: Conhecer a abordagem Snoezelen enquanto resposta para a comunidade; Analisar as

áreas de abrangência da intervenção Snoezelen num centro comunitário; Auscultar a percepção dos dirigentes sobre a utilização desta abordagem para a equidade social e aferir o impacto da intervenção Snoezelen na Qualidade de Vida dos seus usuários.

Sendo que a Região Autónoma da Madeira conta com diversos Centros Comunitários, inclusive sob a alçada deste Instituto, torna-se premente auscultar a responsável pelos mesmos a fim de melhor compreender tanto as políticas inerentes, como um melhor entendimento das dinâmicas organizacionais.

Esta investigação, assumida como estudo de caso, pretende ser edificada em conformidade com as questões éticas, adotadas pela Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE) e em linha com a Comissão de Ética da UMa, de modo a assegurar o anonimato dos participantes, em consonância com o documento em anexo.

Informo, desde já que estarei ao dispor para qualquer informação ou questão relativa a esta investigação, através dos contactos em rodapé.

Agradecendo antecipadamente a colaboração,

Aguardo a Vossa resposta.

Com os melhores cumprimentos

A investigadora e Mestranda da UMa

(Susana Maria Silva)

Susana Maria Silva
✉ 2004510@student.uma.pt
☎ 969305383



Apêndice B: *Consentimento Informado*

Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em estudos de Investigação

Identificação do Investigador: Susana Maria Alves da Luz Silva

Título do estudo: A Abordagem Multissensorial Snoezelen – Um recurso comunitário na Região Autónoma da Madeira

Enquadramento: O Desenvolvimento Comunitário implica uma metodologia de intervenção de promoção e de mobilização dos recursos humanos e institucionais com o propósito de fomentar o empoderamento da comunidade, numa dimensão territorial.

Sendo um dos propósitos do Desenvolvimento Comunitário assegurar o bem estar da comunidade, pretende-se investigar qual o impacto de uma sala específica para a intervenção através da abordagem multissensorial Snoezelen num Centro Comunitário da Região Autónoma da Madeira.

O modelo Snoezelen trata-se de uma abordagem considerada inovadora que promove a estimulação sensorial e o relaxamento, utilizada em áreas diversas e com propósitos distintos, que passam pela intervenção terapêutica, educacional, lúdica e de bem-estar. Transversal no público-alvo, esta abordagem tem vindo a ganhar notoriedade tanto pela filosofia presente como nos resultados que daí advêm.

Inaugurada a primeira sala de estimulação multissensorial Snoezelen em contexto de Centro Comunitário, na Região Autónoma da Madeira, irrompe como foco central desta investigação que possibilite o entendimento do contributo da utilização do Snoezelen para a comunidade e em que medida fomenta a coesão social das quais as mais-valias e repercussões desta abordagem para a comunidade local.

Explicação do estudo: Este estudo de investigação pretende utilizar a metodologia qualitativa, com recurso à técnica de recolha de dados sob a forma de entrevista semiestruturada presencial e, na concordância do entrevistado será recolhida em simultâneo a gravação da mesma, no local da investigação, ou seja, no Centro Comunitário do Porto Santo no decorrer da segunda semana de junho. De sublinhar que a gravação da entrevista semiestruturada será destruída após o término do estudo.

Condições e financiamento: não se aplica

Anonimato e confidencialidade: Será garantida a confidencialidade e uso exclusivo dos dados recolhidos para o presente estudo, asseguramos o anonimato omitindo os dados de identificação, garantindo que a identificação dos participantes nunca será tornada pública em caso algum; bem como a garantia de que os contactos serão feitos sempre em ambiente de máxima privacidade.

De acrescentar que apresento a minha disponibilidade para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir ao longo do estudo.

Por favor, leia com atenção esta informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações.

Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Assinatura de quem pede consentimento: _____



Declaração de Consentimento do Participante

Eu, _____ declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Assinatura legível e manuscrita:

Data: ___ / ___ / _____

Apêndice C: *Guião da entrevista semiestruturada*

Introdução

O Desenvolvimento Comunitário, implica uma metodologia de intervenção de promoção e de mobilização dos recursos humanos e institucionais com o propósito de fomentar o empoderamento da comunidade, numa dimensão territorial.

Sendo um dos propósitos do Desenvolvimento Comunitário assegurar o bem estar da comunidade, pretende-se investigar qual o impacto de uma sala específica, preparada para a intervenção através da abordagem multissensorial Snoezelen num Centro Comunitário da Região Autónoma da Madeira.

O modelo Snoezelen trata-se de uma abordagem considerada inovadora que promove a estimulação sensorial e o relaxamento, utilizada em áreas diversas e com propósitos distintos, que passam pela intervenção terapêutica, educacional, lúdica e de bem-estar. Transversal no público-alvo, esta abordagem tem vindo a ganhar notoriedade tanto pela filosofia presente como nos resultados que daí advêm.

Inaugurada a primeira sala de estimulação multissensorial Snoezelen em contexto de Centro Comunitário, na Região Autónoma da Madeira, irrompe como foco central desta investigação saber sobre o entendimento do contributo da utilização da abordagem multissensorial Snoezelen para a comunidade, em que medida fomenta a coesão social, quais as mais-valias e repercussões desta abordagem para a comunidade local.

Anonimato e confidencialidade: Será garantida a confidencialidade e uso exclusivo dos dados recolhidos para o presente estudo, asseguramos o anonimato omitindo os dados de identificação, garantindo que a identificação dos participantes nunca será tornada pública em caso algum; bem como a garantia de que os contactos serão feitos sempre em ambiente de máxima privacidade.

De acrescentar que apresento a minha disponibilidade para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir ao longo do estudo

Guião de entrevista semiestruturada

- Direção/coordenação dos CC

Blocos temáticos	Objetivos específicos do bloco	Questões
<p>Parte I</p> <p>Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados</p>	<p>Recordar os objetivos da entrevista</p> <p>Motivar o entrevistado instigando-o como colaborador</p> <p>Garantir a confidencialidade dos dados</p> <p>Solicitar autorização para gravar</p> <p>Informar a duração prevista da entrevista</p>	
<p>Parte II</p> <p>Políticas organizacionais</p>	<p>Aferir a génese do Centro Comunitário</p> <p>Compreender a importância do envolvimento entre as parcerias e a comunidade</p>	<p>Qual a génese deste Centro Comunitário?</p> <p>No seu entendimento estes CC foi uma mais valia para a comunidade local?</p> <p>Que nível de autonomia detém? Em que áreas?</p> <p>Qual a sua orgânica?</p> <p>Que valências estão disponíveis nos diferentes CC e que impacto revelam nas respetivas comunidades?</p> <p>Que tipos de parcerias este CC estabelece com a comunidade?</p> <p>Da sua experiência, que documentos considera relevantes para compreender a evolução dos CC (é possível disponibilizar?)</p>

Parte III Finalizar da entrevista Agradecimentos	Reforçar a garantia de confidencialidade Agradecer a disponibilidade e colaboração	
---	---	--

Guião de entrevista semiestruturada

- Responsável pelo Gabinete da Administração Pública Regional no Porto Santo

Blocos temáticos	Objetivos específicos do bloco	Questões
<p>Parte I</p> <p>Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados</p>	<p>Recordar os objetivos da entrevista</p> <p>Motivar o entrevistado instigando-o como colaborador</p> <p>Garantir a confidencialidade dos dados</p> <p>Solicitar autorização para gravar</p> <p>Informar a duração prevista da entrevista</p>	
<p>Parte II</p> <p>Políticas organizacionais</p>	<p>Aferir a génese do Centro Comunitário</p> <p>Compreender a importância do envolvimento entre as parcerias e a comunidade</p> <p>Auscultar a perceção dos dirigentes sobre a utilização da intervenção Snoezelen num CC perspetivando a equidade social</p>	<p>Acompanhou a criação do CC?</p> <p>Qual a sua orgânica?</p> <p>Com que tipo de lideranças conta?</p> <p>Que nível de autonomia detém? Em que áreas?</p> <p>Que valências estão disponíveis no CC e que impacto revelam na comunidade?</p> <p>Que tipos de parcerias estão estabelecidas com este CC?</p> <p>Qual o seu parecer do impacto deste recurso para a comunidade local?</p> <p>As pessoas aderiram bem a esta resposta comunitária?</p> <p>Reconhecem a sua importância?</p> <p>Da sua experiência, que documentos considera relevantes para compreender as mais-valias deste recurso desde a sua abertura até à data?</p> <p>Sendo um CC um local de empoderamento e colaboração ativa na comunidade, em que aspeto considera que a sala Snoezelen um recurso?</p>
<p>Parte III</p> <p>Finalizar da entrevista</p>	<p>Reforçar a garantia de confidencialidade</p>	

Agradecimentos	Agradecer a disponibilidade e colaboração	
----------------	---	--

Guião de entrevista semiestruturada

- Coordenadora do Centro Comunitário do Porto Santo

Blocos temáticos	Objetivos específicos do bloco	Questões
<p>Parte I Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados</p>	<p>Recordar os objetivos da entrevista Motivar o entrevistado instigando-o como colaborador Garantir a confidencialidade dos dados Solicitar autorização para gravar Informar a duração prevista da entrevista</p>	
<p>Parte II Políticas organizacionais</p>	<p>Contextualizar e caracterizar o Centro Comunitário do Porto Santo Identificar as valências deste CC Compreender a importância das parcerias Analisar o impacto da intervenção Snoezelen num centro comunitário</p>	<p>As pessoas aderiram bem a esta resposta comunitária? Reconhecem a sua importância? Qual o nível de autonomia deste CC e em que áreas? Que valências estão disponíveis no CC e que impacto revelam na comunidade? Como são feitas as parcerias estabelecidas com este CC? Da sua experiência, que documentos considera relevantes para compreender as mais-valias deste recurso desde a sua abertura até à data? Sendo um CC um local de empoderamento e colaboração ativa na comunidade, em que aspeto considera que a sala Snoezelen um recurso? Qual o impacto deste recurso para a comunidade local?</p>
<p>Parte III Finalizar da entrevista Agradecimentos</p>	<p>Reforçar a garantia de confidencialidade Agradecer a disponibilidade e colaboração</p>	

Guião de entrevista semiestruturada

- Responsável pela Sala Snoezelen

Blocos temáticos	Objetivos específicos do bloco	Questões
Parte I Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados	Recordar os objetivos da entrevista Motivar o entrevistado instigando-o como colaborador Garantir a confidencialidade dos dados Solicitar autorização para gravar	

	Informar a duração prevista da entrevista	
<p>Parte II Abordagem Multissensorial Snoezelen</p>	<p>Identificar motivações intrínsecas</p> <p>Analisar as áreas de abrangência da intervenção Snoezelen num centro comunitário</p> <p>Aferir o impacto da intervenção Snoezelen na Qualidade de Vida dos seus usuários</p>	<p>Há quanto tempo exerce a sua profissão?</p> <p>Para si, como é trabalhar neste meio?</p> <p>As sessões acontecem de forma individual ou em grupo? Se ambas, em que situações?</p> <p>Como funciona a sua utilização, é feita uma inscrição/sinalização/recomendação? Por marcação?</p> <p>Com que regularidade os usuários utilizam esta sala?</p> <p>Que impacto considera que a abordagem Snoezelen tem nos usuários? É-lhe reportado ou nota algum tipo de evolução?</p> <p>Consegue referir algum tipo de melhoras na QdV dos usuários?</p>
<p>Parte III Finalizar da entrevista Agradecimentos</p>		

Apêndice D: Guião de entrevista para as Pessoas que utilizam a Sala Snoezelen

- Pessoas que utilizam a sala Snoezelen
- Famílias

Objetivos específicos	Questões
Garantir a confidencialidade dos dados Solicitar autorização para gravar	
Recolher dados da caracterização pessoal	Idade / género / situação profissional
Aferir o impacto da intervenção Snoezelen na Qualidade de Vida dos seus usuários	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como teve conhecimento deste espaço (sala Snoezelen)? 2. Qual a razão de o utilizar? 3. Pode explicar que diferenças sente, entre o antes e o pós sessão? 4. Exemplifique que diferenças sente, no seu dia a dia, desde que frequenta este espaço? Em que aspetos da sua vida? Sente que tem mais/menos qualidade de vida? 5. Qual a frequência/regularidade com que frequenta este espaço? Pretende continuar a frequentar? 6. Recomendaria este espaço a familiares/amigos? 7. Qual a sua opinião acerca deste Centro Comunitário?

A Abordagem Multissensorial Snoezelen - um recurso comunitário na Região Autónoma da Madeira

Agradeço a sua participação